



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE

NELSON PASSOS ALFONSO

**ANÁLISE DISCURSIVA DA VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA: UM
ESTUDO GEOSSOCIAL DO ETARISMO NO MUNICÍPIO DE CAMPO
GRANDE/MS**

Campo Grande/MS
2026

NELSON PASSOS ALFONSO

**ANÁLISE DISCURSIVA DA VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA: UM
ESTUDO GEOSSOCIAL DO ETARISMO NO MUNICÍPIO DE CAMPO
GRANDE/MS**

Defesa de Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Estudos linguísticos

Linha de pesquisa: Língua, Discurso e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues

Campo Grande/MS

2026

A378a Alfonso, Nelson Passos

Análise discursiva da violência contra a pessoa idosa : um estudo geossocial do etarismo no município de Campo Grande - MS / Nelson Passos Alfonso. – Campo Grande, MS: UEMS, 2026.
110 p.

Dissertação (Mestrado) – Letras– Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2026.

Orientador: Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues.

1. Etarismo 2. Análise de discurso 3. Violência 4. Pessoa idosa I. Rodrigues, Marlon Leal II. Título

CDD 23. ed. - 401.41

NELSON PASSOS ALFONSO

**ANÁLISE DISCURSIVA DA VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA: UM
ESTUDO GEOSSOCIAL DO ETARISMO NO MUNICÍPIO DE CAMPO
GRANDE/MS**

Defesa de Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Estudos linguísticos

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof. Dr. Nataniel dos Santos Gomes
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof. Dr. Ovídio da Conceição Batista Júnior
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial/SENAC

Campo Grande/MS, de 03 de agosto de 2026

Aos meus pais, Clotildo de Assis Alfonso e Eloiza Passos Alfonso, pessoas idosas que me ensinaram, ontem e hoje, o valor da dignidade que aqui defendo. Vocês não são apenas memória: são presença, autonomia e protagonismo vivos no presente, prova de que envelhecer não é deixar de existir, mas continuar existindo com direito à voz, à liberdade e ao respeito.

À minha filha, Isadora Guimarães Alfonso, que hoje começa a construir sua própria história e que, no futuro, também envelhecerá. Que ela cresça sabendo reconhecer, em seus avós e em toda pessoa idosa, protagonistas de suas próprias vidas — e que aprenda, desde já, que toda pessoa importa, em qualquer idade.

Esta dissertação nasce do amor por vocês três — passado, presente e futuro de uma mesma família — e se converte em compromisso: que nenhuma palavra, nenhum silêncio e nenhuma indiferença continuem a violentar quem envelhece, e que a dignidade de cada pessoa seja sempre reconhecida, em qualquer tempo da vida.

AGRADECIMENTOS

Ingressei no Programa de Pós-Graduação em Letras aos 54 anos de idade e encerro este ciclo aos 55, prova viva de que o conhecimento não tem prazo de validade e de que a vida acadêmica pode, sim, ser reiniciada, retomada e reinventada em qualquer momento da existência. Este trabalho é fruto de encontros, generosidade e afeto de muitas pessoas, às quais dedico meus mais sinceros agradecimentos.

Ao meu amigo, professor doutor José Barreto dos Santos, que me apresentou ao campo do conhecimento e me conduziu, ainda nos anos 2000, ao ensino superior como professor. Ao longo de toda a minha vida, sua presença me marcou simbolicamente, sempre somando bom diálogo, boa filosofia e trocas verdadeiras. Em 2023, renovamos nossa amizade e, mais uma vez, ele me alçou, fazendo a ponte para o meu ingresso no mestrado, bem como me orientou e auxiliou generosamente ao longo de toda esta caminhada. São trinta anos de amizade que a vida transformou em irmandade. Pessoa idosa de grande sabedoria, José Barreto simboliza, para mim, o momento presente que vivo.

Ao meu orientador, professor doutor Marlon Leal Rodrigues, que confiou em mim para desenvolver esta dissertação e minhas ideias, sinalizando sempre, de forma agregadora e enriquecedora, os caminhos dos meus estudos. Foi ele quem me apresentou à Eni Orlandi, hoje meu grande alicerce teórico nesta dissertação e em tantos outros olhares construídos a partir da lente orlandiana.

Ao professor doutor Ovídio da Conceição Batista Júnior, pessoa agregadora de grande conhecimento teórico, que atravessou minha jornada no mestrado. Hoje, tenho a honra de ser seu amigo e a imensa gratidão por todos os conhecimentos, contribuições e luzes trazidas ao meu estado da arte. Registro também minha alegria e reconhecimento pelo acolhimento de sua esposa e de suas filhas ao longo desta jornada.

Ao professor doutor Nataniel dos Santos Gomes, de quem tive a honra de ser aluno em disciplina durante minha formação, e que trouxe pontos importantes de aperfeiçoamento para este trabalho e para além dele.

À professora doutora Aline Saddi Chaves, uma honra ter sido seu aluno em disciplina. Encantei-me pelos conhecimentos compartilhados, entre os quais carrego permanentemente o conceito de cronotopo, além de seus olhares, que tanto enriqueceram e aperfeiçoaram este trabalho.

À Universidade da Maturidade, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, ao coordenador professor doutor Djanires Legeano Neto, aos professores do programa de extensão e, de modo muito especial, aos alunos e alunas com quem tive a alegria, o privilégio e a honra de conviver desde minha chegada ao corpo de professores colaboradores, há pouco mais de três anos.

Às instituições da sociedade civil, às pessoas, aos jornalistas de cada entrevista concedida em rádio e televisão, enfim, a pessoas de todas as idades que me constituíram para meu aprimoramento pessoal e que renovaram e continuam renovando minhas razões para acreditar no ser humano — especialmente na transformação, e não na conservação das coisas como se encontram atualmente na sociedade.

RESUMO

Esta dissertação analisa discursivamente o etarismo no município de Campo Grande (MS), com o objetivo de compreender as narrativas e justificativas que sustentam a violência contra a pessoa idosa e de contribuir para a formulação de políticas públicas de proteção a esse grupo. A pesquisa fundamenta-se na Análise do Discurso de linha francesa, sobretudo nas formulações de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, articulando os conceitos de discurso, sujeito, ideologia, condições de produção, interdiscurso, memória discursiva, paráfrase e polissemia, silenciamento, preconceito discursivo e resistência discursiva. O *corpus* é constituído pela notícia sobre um acidente de trânsito envolvendo um casal de pessoas idosas, publicada no perfil do jornal Campo Grande News no Instagram, em agosto de 2025, e pelos comentários suscitados por essa publicação, interpretados à luz do conceito de etarismo geossocial, que articula a materialidade do espaço urbano de Campo Grande às práticas discursivas nele inscritas. A análise, de natureza qualitativa, evidencia a predominância da paráfrase sobre a polissemia nos enunciados examinados, a operação conjunta do ageísmo positivo, expresso por diminutivos que infantilizam a pessoa idosa, e do ageísmo negativo, marcado pela desumanização explícita, além do funcionamento do silenciamento constitutivo, que desloca para o corpo idoso a responsabilidade pública pela precariedade da infraestrutura urbana. Os resultados apontam, ainda, um hiato entre o arcabouço legal de proteção à pessoa idosa e sua tradução em práticas discursivas cotidianas, revelado, inclusive, pela classificação estatística do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul (DETRAN-MS). Conclui-se que o etarismo em Campo Grande constitui uma categoria geossocial e não apenas atitudinal ou individual, de modo que sua compreensão e superação demandam a articulação entre a análise discursiva e o compromisso com políticas públicas, educacionais e comunicacionais voltadas à pessoa idosa.

Palavras-chave: Etarismo. Análise do Discurso. Violência. Pessoa Idosa. Geossocial. Campo Grande-MS.

ABSTRACT

This dissertation discursively analyzes ageism in the municipality of Campo Grande (MS), aiming to understand the narratives and justifications that sustain violence against older persons and to contribute to the formulation of public policies for the protection of this group. The research is grounded in French-line Discourse Analysis, particularly the formulations of Michel Pêcheux and Eni Orlandi, articulating the concepts of discourse, subject, ideology, conditions of production, interdiscourse, discursive memory, paraphrase and polysemy, silencing, discursive prejudice, and discursive resistance. The corpus consists of a news report on a traffic accident involving an older couple, published on the Campo Grande News profile on Instagram in August 2025, and the comments elicited by that publication, interpreted in light of the concept of geosocial ageism, which articulates the materiality of Campo Grande's urban space with the discursive practices inscribed within it. The qualitative analysis reveals the predominance of paraphrase over polysemy in the statements examined, the joint operation of positive ageism, expressed through diminutives that infantilize older persons, and negative ageism, marked by explicit dehumanization, in addition to the functioning of constitutive silencing, which shifts onto the older person's body a public responsibility for the precariousness of urban infrastructure. The results further point to a gap between the legal framework protecting older persons and its translation into everyday discursive practices, revealed even by the statistical classification of the State Department of Traffic of Mato Grosso do Sul (DETRAN-MS). It is concluded that ageism in Campo Grande constitutes a geosocial category, and not merely an attitudinal or individual one, so that its understanding and overcoming demand the articulation between discourse analysis and a commitment to public, educational, and communication policies aimed at older persons.

Keywords: Ageism. Discourse Analysis. Violence. Older Persons. Geosocial. Campo Grande-MS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – <i>Print screen</i> do vídeo “Idosos e Mobilidade Urbana – Parte 3”	36
Figura 2 – <i>Print screen</i> da tese de Silva (2023)	37
Figura 3 – Post do Campo Grande News sobre acidente com idosos	63
Figura 4 – <i>Print screen</i> da plataforma estadual de trânsito	73
Figura 5 – Comentário de publicação no Instagram.....	75
Figura 6 – <i>Print screen</i> de comentários na publicação do perfil @campograndenews	78
Figura 7 – <i>Print screen</i> de comentários na publicação do perfil @campograndenews	81
Figura 8 – <i>Print screen</i> de comentários na publicação do perfil @campograndenews	86
Figura 9 – <i>Print screen</i> de comentários na publicação do perfil @campograndenews	88
Figura 10 – <i>Print screen</i> de comentários na publicação do perfil @campograndenews	89
Figura 11 – Veículo envolvido em racha	92
Figura 12 – Momento do acidente de trânsito	93
Figura 13 – <i>Print screen</i> de comentários na publicação do perfil @campograndenews	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dissertações defendidas por ano no PPGLetras/UEMS.....	32
Quadro 2 – Trabalhos destacados: organização cronológica	33
Quadro 3 – Estereótipos negativos de pessoas idosas na mídia	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
CONTRAN	Conselho Nacional de Trânsito
CTB	Código de Trânsito Brasileiro
DETRAN-MS	Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFMS	Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
INPEA	International Network for the Prevention of Elder Abuse
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
MDHC	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
MS	Mato Grosso do Sul
NBR	Norma Brasileira (ABNT)
OAB/MS	Ordem dos Advogados do Brasil – Mato Grosso do Sul
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PPGLetras	Programa de Pós-Graduação em Letras
Sisep	Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UMA	Universidade da Maturidade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Quanto ao termo	14
Panorama do tema	15
O Etarismo como fenômeno social: invisibilidade e estereótipos	19
A Invisibilidade Social do Etarismo	20
O etarismo ou idadismo contra si próprio	22
Fatores de negligência política e social	22
Implicações para as interações sociais	23
Análise discursiva	24
Lacuna de pesquisa – Objeto	25
1 DA CIDADE MORENA AO SUJEITO PESQUISADOR: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DE UM ESTUDO GEOSSOCIAL	27
1.1 Ponto de partida.....	27
1.2 As Condições de Produção do Espaço Urbano de Campo Grande.....	29
2 ESTADO DA ARTE: LACUNAS E CONTRIBUIÇÕES NA ANÁLISE DISCURSIVA DO ETARISMO	32
2.1 Mapeamento da Produção Acadêmica no PPGLetras/UEMS: Lacunas e Pertinência da Pesquisa.....	32
2.2 Panorama da produção acadêmica sobre o etarismo e suas relações com a presente pesquisa.....	33
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	40
3.1 Considerações iniciais.....	40
3.2 O conceito de discurso	41
3.3 O sujeito na análise do discurso.....	42
3.4 Condições de produção.....	44
3.5 Interdiscurso e formação discursiva	46
3.6 Ideologia.....	47
3.7 Paráfrase e polissemia	48
3.8 Memória discursiva	50
3.9 Enunciados e efeitos de sentido.....	52
3.10 Silenciamento	53
3.11 Preconceito discursivo	54
<i>3.11.1 O preconceito linguístico.....</i>	<i>55</i>

3.12 Resistência discursiva	57
3.13 Arcabouço teórico-discursivo para a análise do etarismo	60
4 CORPUS.....	62
4.1 O <i>Corpus</i> em Perspectiva: Instagram, Acidente e Discurso no Espaço Geossocial de Campo Grande.....	62
5 ANÁLISES	66
5.1 Discurso de estereótipos de pessoas idosas	66
5.2 Nota metodológica sobre recorte etário do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul (DETRAN-MS).....	72
5.3 Pessoas idosas condutoras em Campo Grande (MS).....	74
5.4 Enunciado de base	75
5.5 Análise dos enunciados	78
5.5.1 <i>“Idosos não enxergam direito tadinhos”</i>	78
5.5.2 <i>“Devido a idade, provavelmente não se deram conta que não tinha a chance de passar ali”</i>	81
5.5.3 <i>“Não vi buraco engolindo ninguém aí,vi um véio teimoso tentando passar um carro num trieirinho de terra e se dar mal”</i>	86
5.5.4 <i>“Idoso X volante: problema na certa”</i>	87
5.5.5 <i>“Idoso com dificuldades para dirigir cai em buraco aberto sem sinalização adequada”</i>	89
5.5.6 <i>“Pô tá vendo que não passa ...idoso e teimoso heim”</i>	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104

INTRODUÇÃO

A demanda por este estudo emerge a partir do crescimento expressivo da população com 60 anos ou mais em comparação a outros grupos etários no Brasil. Segundo os dados coletados pelo Censo Demográfico do IBGE (2022), há 32,1 milhões de pessoas idosas no país, representando cerca de 15% dos habitantes. No que se refere ao recorte regional, observa-se que, em Mato Grosso do Sul, esse índice atinge 18,71%, ao passo que, em Campo Grande, a parcela corresponde a 14,96% do total, com uma distribuição de 43,10% de homens e 57,36% de mulheres.

Não obstante os avanços demográficos, o etarismo manifesta-se de forma insidiosa por meio da internalização dos estereótipos. Sob esse prisma, Palmore, Branch e Harris (2005) elucidam que as vítimas de preconceito tendem a adotar a imagem negativa imposta pelo grupo dominante, passando a agir de modo a confirmar o estigma, o que consolida uma profecia autorrealizável.

Diante desse cenário de transição demográfica acelerada, a violência contra a pessoa idosa emerge como um fenômeno social complexo que exige atenção urgente. Com efeito, tal problemática tem despertado iniciativas do Governo Federal, como as do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, que buscam mobilizar a sociedade para alertar sobre todas as formas de violência contra a pessoa idosa. É importante ressaltar que tais práticas são bastante comuns e acarretam consequências aos direitos humanos da pessoa idosa, como, por exemplo, a baixa autoestima e a exclusão dos espaços sociais e laborais. Em consequência disso, este trabalho tem como tema o modo como o etarismo se manifesta discursivamente no município de Campo Grande (MS).

Quanto ao termo

O termo idadismo, ou etarismo (em inglês, *ageism*), foi cunhado em 1969 por Robert Butler (OPAS, 2022), gerontólogo americano que foi o primeiro diretor do Instituto Nacional do Envelhecimento nos Estados Unidos. Apesar de o idadismo existir há séculos, em variados países, contextos e culturas, o conceito é relativamente novo e ainda não existe em

todos os idiomas, o que pode dificultar a conscientização sobre esse fenômeno social e a promoção de mudanças.

As línguas que carecem de um termo específico para o idadismo tendem a usar um termo substituto, como Altersdiskriminierung, no alemão, que capta apenas a dimensão da discriminação. Outros idiomas que têm um termo específico, como o espanhol (edadismo ou edaismo) e o francês (âgisme), só agora estão começando a usá-lo mais amplamente. Ainda que o idadismo inclua todo e qualquer estereótipo, preconceito e discriminação com base na idade, outras palavras também têm sido usadas para indicar o idadismo contra crianças e jovens, inclusive os conceitos de adultismo e criancismo.

Embora a cunhagem do termo por Butler (OPAS, 2022) seja relativamente contemporânea, a urgência em combater as desigualdades geradas pela idade fez com que instituições globais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), estabelecessem diretrizes robustas, a exemplo da Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030). No Brasil, tal movimentação internacional reflete na adesão a metas que visam mudar a forma como pensamos, sentimos e agimos com relação à idade.

Nessa perspectiva, torna-se imperativo salientar que o etarismo não se limita a opiniões isoladas, mas constitui um sistema de estereotipagem sistemática. À luz dessas considerações, Palmore, Branch e Harris (2005, p. 272) definem o fenômeno como um processo de diferenciação e discriminação contra pessoas devido à sua idade avançada, funcionando como uma “profecia autorrealizável” (self-fulfilling prophecy). Em decorrência disso, a pessoa idosa acaba por internalizar rótulos negativos, como o de senilidade ou incapacidade, o que retroalimenta a construção discursiva de declínio que observamos nas interações digitais em Campo Grande (MS).

Panorama do tema

Inicialmente, no final do século XX e início do XXI, a principal preocupação associada ao envelhecimento era a dependência, especialmente em relação ao impacto sobre os gastos públicos, com discussões centradas em como o aumento da população idosa poderia pressionar os sistemas de saúde e previdência social. Há de se considerar, no entanto, que o foco tem se deslocado para a qualidade de vida e a garantia dos direitos das pessoas idosas. Nesse cenário, destaca-se que o Brasil, por meio da Organização das Nações Unidas,

está envolvido e aderiu à Década das Nações Unidas para o Envelhecimento Saudável (2021-2030). A iniciativa global visa promover ações conjuntas para melhorar a qualidade de vida de pessoas idosas, famílias e comunidades, com a Organização Pan-Americana da Saúde liderando a agenda na região das Américas. A Década aborda quatro áreas de ação:

I. Mudar a forma como pensamos, sentimos e agimos com relação à idade e ao envelhecimento; II. Um ambiente amigável da pessoa idosa é um lugar melhor para todos; III. Entregar serviços de cuidados integrados e de atenção primária à saúde centrados na pessoa e adequados à pessoa idosa; IV. Propiciar o acesso a cuidados de longo prazo às pessoas idosas que necessitem (OPAS, 2020).

Articulando essas premissas, ressalta-se, ainda, que a OPAS, no ano de 2022, publicou o Relatório Mundial sobre o Idadismo, no qual assevera que

O idadismo surge quando a idade é usada para categorizar e dividir as pessoas de maneira a causar prejuízos, desvantagens e injustiças, e para arruinar a solidariedade entre as gerações. Durante o curso da vida, o idadismo assume diferentes formas. Por exemplo, um adolescente pode ser ridicularizado por iniciar um movimento político; tanto pessoas mais velhas como mais novas podem não ser chamadas para uma vaga de trabalho em função da idade que têm, ou uma pessoa idosa pode ser acusada de fazer bruxaria e ser expulsa de seu lar e sua aldeia. O idadismo prejudica nossa saúde e nosso bem-estar e é uma grande barreira para que sejam sancionadas políticas eficazes e adotadas medidas que promovem o envelhecimento saudável, conforme reconhecem os Estados Membros da Organização Mundial da Saúde (OMS) na Estratégia e plano de ação global sobre envelhecimento e saúde e na Década do Envelhecimento Saudável: 2021-2030 (OPAS, 2022, p. 2).

No que tange à natureza desse fenômeno, o idadismo manifesta-se por meio de

[...] estereótipos (como pensamos), preconceitos (como nos sentimos) e discriminação (como agimos) direcionadas às pessoas com base na idade que têm. O idadismo pode ser institucional, interpessoal ou contra si próprio. O idadismo institucional se refere às leis, regras, normas sociais, políticas e práticas institucionais que restringem injustamente as oportunidades e prejudicam sistematicamente indivíduos em função da idade deles. O idadismo interpessoal surge em interações entre dois ou mais indivíduos, enquanto o direcionado contra si próprio ocorre quando o idadismo é internalizado pela pessoa e usado contra ela mesma. O idadismo começa na infância e é reforçado com o tempo. Desde a mais tenra idade, as crianças captam mensagens subentendidas emitidas pelas pessoas de seu círculo sobre os estereótipos e preconceitos de sua cultura, mensagens essas que são internalizadas em pouco tempo. Depois, as pessoas usam esses estereótipos para fazer inferências e orientar seus sentimentos e comportamentos em direção a pessoas de diferentes idades e a si próprias (OPAS, 2022, p. XVII).

Tendo em vista a existência desse tipo de prática na atualidade, as normas de direito surgem não apenas como reguladoras, mas como garantidoras da dignidade. Conforme afirma a jurista Maria Helena Diniz (2012, p. 21),

Somente as normas de direito podem assegurar as condições de equilíbrio imanentes à própria coexistência dos seres humanos, possibilitando a todos e a cada um o pleno desenvolvimento das suas virtualidades e a consecução e gozo de suas necessidades sociais, ao regular a possibilidade objetiva das ações humanas.

Por outro lado, para que a proteção jurídica seja efetiva, faz-se necessário distinguir as sutilezas terminológicas que envolvem o preconceito etário. Embora muitas vezes utilizados de forma intercambiável, os conceitos de ageísmo e discriminação por idade possuem nuances distintas, segundo destaca Goldani (2010, p. 428):

Embora preconceito etário e discriminação por idade costumem ser considerados como sinônimos, o fato é que o primeiro remete essencialmente ao sistema de atitudes, muitas vezes atribuídas por indivíduos e pela sociedade a outros em função da idade, enquanto a discriminação por idade descreve comportamentos que favorecem pessoas de determinada idade.

Como resposta a essa falta de contestação social e visando romper com a invisibilidade do preconceito, o ordenamento jurídico brasileiro passou a internalizar garantias fundamentais. Nesse movimento de consolidação de direitos, a Constituição Federal assegura, em seu Artigo 230, que “[...] A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (Brasil, 1988, art. 230). Apesar dessas garantias fundamentais, a definição etária de pessoa idosa na Constituição Federal do Brasil é de 65 anos de idade para fins de garantia a gratuidade dos transportes coletivos urbanos, como preconiza o Art. 230, § 2º.

Posteriormente à promulgação do documento, outro marco nacional para as pessoas idosas ocorreu com a Lei n.º 8.842, de 1994, que criou a Política Nacional do Idoso. Essa legislação determina que as “[...] pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos” (Brasil, 1994) são consideradas idosas, independente dos critérios etários estabelecidos para acesso a outras políticas públicas.

No ano de 1997, o Deputado Federal Paulo Paim apresentou, na Câmara Federal do Brasil, o Projeto de Lei n.º 3.561, propondo a criação do Estatuto do Idoso, o qual ressalta a necessidade de consolidar as leis e decretos existentes, que, por serem isolados ou desconhecidos, nem sempre são cumpridos. O texto destaca a preocupação com o “[...] total desconhecimento, não só do próprio idoso como da população em geral sobre os seus direitos” como ponto de partida (Paim, 1997, p. 8).

Recebido pela sociedade brasileira como o conjunto de normas mais relevantes para esse grupo, o Estatuto, ao regular os direitos, destaca mecanismos rigorosos de combate à discriminação:

Art. 4º – Nenhuma pessoa idosa será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei.

Art. 27. Na admissão da pessoa idosa em qualquer trabalho ou emprego, são vedadas a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir.

Art. 96. Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade:

Pena – reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

§ 1º Na mesma pena incorre quem desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo.

§ 2º A pena será aumentada de 1/3 (um terço) se a vítima se encontrar sob os cuidados ou responsabilidade do agente (Brasil, 2003).

Inspirada pelo sucesso do Estatuto da Criança e do Adolescente, a proposta também envolve a criação de Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais do Idoso, de caráter permanente e deliberativo, para fiscalizar e garantir o cumprimento das disposições (Brasil, 2003).

A justificativa do projeto enfatiza que a legislação busca, além da proteção, "[...] respeitar a sua cidadania, aproveitar o seu potencial produtivo, adequar o ambiente familiar e os estabelecimentos públicos às suas características físicas, intelectuais e psíquicas" (Paim, 1997, p. 8). O documento também contrapõe a visão do idoso como um "[...] estorvo para o Tesouro" (Paim, 1997, p. 8), defendendo o resgate da memória nacional e a valorização das contribuições das gerações anteriores para o desenvolvimento do país.

Em suma, o Estatuto do Idoso é apresentado como um instrumento para resgatar a "[...] dívida que o país tem com este seu cidadão, cujas ações construíram a Nação [...]" (Paim, 1997, p. 8), buscando promover a dignidade, a participação social e a garantia dos direitos fundamentais dos idosos. A proposta de lei tramitou por seis anos na esfera legislativa federal até a sua aprovação, sanção presidencial e publicação no Diário Oficial da União, em 03 de outubro de 2003. É importante salientar que esse arcabouço legal não é estático: ele acompanha a evolução das sensibilidades sociais e terminológicas. Exemplo disso é a atualização constante da norma para refletir uma visão mais humanizada do sujeito

e um rigor punitivo compatível com a gravidade das violações, como se observa em alterações legislativas recentes.

A esse respeito, destaca-se que, no ano de 2022, a Lei n.º 14.423 alterou a Lei n.º 10.741/2003 para substituir as expressões “idoso” e “idosos” por “pessoa idosa” e “pessoas idosas”. Já a Lei n.º 15.163, de 2025, modificou o Código Penal e o Estatuto da Pessoa Idosa, recrudesando as penas para crimes de abandono, maus-tratos e exposição a perigo da integridade física ou psíquica.

As normativas legais e os avanços legislativos estabeleceram, portanto, um pilar fundamental para a proteção desse grupo vulnerável. Apesar da existência do arcabouço jurídico essencial, a realidade revela que o etarismo permanece sendo um fenômeno social complexo. Isso porque suas manifestações, regularmente, transcendem as tipificações da lei, permeando as interações de formas sutis, invisíveis e, por vezes, internalizadas pela própria pessoa idosa. Nessa perspectiva, compreende-se que a proteção legal, embora indispensável, opera na superfície de um problema cujas raízes são discursivas. Assim, o etarismo transcende as manifestações individuais e se configura como um sistema estruturado pelo dizer.

O Etarismo como fenômeno social: invisibilidade e estereótipos

Nas interações sociais, a violência baseada no critério de idade pode assumir diversas formas, como a do abuso físico, psicológico, financeiro ou negligência, e é frequentemente influenciada por fatores políticos e sociais.

A compreensão da profundidade dessas diversas formas de violência revela a capilaridade do etarismo nas estruturas sociais. Os dados do Observatório Nacional dos Direitos Humanos para Campo Grande/MS demonstram essa realidade de forma contundente, uma vez que destacam que “[...] as violações de direitos humanos de pessoas idosas, por tipo de violação, destacam-se: integridade física – maus tratos (55.028), integridade psíquica – tortura (50.557), integridade psíquica – constrangimento (41.075) e integridade – negligência (21.106)” (Brasil, 2022). Esses números representam a materialização da violência em suas diferentes dimensões.

Como se percebe, o abuso físico manifesta-se nos maus-tratos à integridade física, enquanto a violência psicológica encontra expressão na tortura e no constrangimento à integridade psíquica. A negligência, por sua vez, aparece explicitamente como uma das

violações mais frequentes, além do abuso financeiro, embora não detalhado especificamente na lista, mas que está implicitamente contemplado nas proibições do Art. 96 do Estatuto da Pessoa Idosa, que criminaliza as práticas de “[...] impedir ou dificultar seu acesso a operações bancárias” (Brasil, 2003) e o direito de contratar serviços afins.

Esses números, entretanto, representam apenas a materialização final de processos simbólicos anteriores. Para desvelar como essas agressões se tornam “aceitáveis” ou “naturais”, é preciso recorrer ao conceito de estereotipia. Conforme elucida Orlandi (2004), o estereótipo simplifica o real e fundamenta o preconceito ao fixar sentidos rígidos sobre o sujeito. Nas palavras da autora,

No século XIX, a noção de estereotipia, que tem antes a ver com a própria técnica de produção de impressos, ganha sentido fortemente pejorativo [...] Como o estereótipo deriva de um processo de categorização e de generalização (deslizando para generalidade) simplifica o real, favorecendo uma visão esquemática, própria aos preconceitos [...] Mesmo que esta noção seja marcada pela noção de preconceito, inexatidão, crença geral, ela traz consigo a ideia de estabilidade e esta certamente será a base de muitas reflexões que não se limitarão ao simplismo das oposições: individual/social; criativo/banal; crença/realidade etc. Assim chegamos à ambivalência dessa noção que faz entrar para a reflexão a relação do indivíduo com o outro e consigo mesmo, dos grupos com seus membros etc. (Orlandi, 2004, p. 45).

A contribuição de Orlandi ilumina, portanto, a dimensão discursiva do etarismo: os estereótipos que recaem sobre a pessoa idosa — de fragilidade, improdutividade, declínio cognitivo ou obsolescência social — não são meras crenças individuais, mas construções coletivas cristalizadas que, ao simplificarem o real, naturalizam a hierarquia etária e tornam invisíveis as violações dela decorrentes. É nessa lógica que o constrangimento se banaliza, a negligência se justifica e os maus-tratos se perpetuam sem o devido reconhecimento social ou jurídico. A estabilidade a que a autora se refere não é, portanto, neutra: ela sustenta estruturas de dominação que dispensam a violência explícita, operando cotidianamente por meio da linguagem, do silêncio institucional e da exclusão simbólica. Compreender o etarismo, assim, exige ir além do registro das violações e alcançar os processos que as precedem e as legitimam — o que torna indispensável tanto o olhar analítico sobre o discurso social quanto o compromisso político com a visibilidade e a proteção dos direitos da pessoa idosa.

A Invisibilidade Social do Etarismo

Conforme demonstra o Pequeno Manual Anti-idadista (Menezes; Duarte, 2025), o ageísmo representa uma das formas de discriminação mais difundidas, aceitas e invisíveis na sociedade contemporânea. Na mesma direção, o Relatório Mundial sobre o Idadismo reforça que “[...] O idadismo é prevalente, profundamente arraigado e mais socialmente aceito que outras formas de vieses. O idadismo é muitas vezes visto como jocoso ou, na pior das hipóteses, inofensivo” (OPAS, 2022, p. XVII). A partir dessa premissa, compreende-se que a invisibilidade com que tal aspecto circula socialmente permite que o etarismo se perpetue sem questionamentos significativos, naturalizando práticas discriminatórias que seriam inaceitáveis se direcionadas a outros grupos sociais.

Tal invisibilidade manifesta-se, por conseguinte, por meio de múltiplos mecanismos sociais que operam nas dimensões ideológica, institucional, interpessoal e internalizada do ageísmo. Em um primeiro momento, nota-se a normalização de estereótipos que retratam a pessoa idosa como frágil, improdutivo, dependente ou incapaz – o que o manual denomina como “microidadismos”, discriminações sutis e cotidianas profundamente enraizadas no imaginário social. Essas caracterizações se contrapõem à visão que o Estatuto da Pessoa Idosa busca promover, garantindo à pessoa idosa “todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana” e “todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (Brasil, 2003, art. 2º). Apesar de a legislação estabelecer uma proteção integral, a invisibilidade social do etarismo impede que tais direitos sejam plenamente reconhecidos e respeitados na prática.

Sob esse prisma, a invisibilidade é agudizada pelas dinâmicas familiares, nas quais são estabelecidas relações de dependência e confiança que mascaram violações de direitos. Nesse contexto, o Estatuto da Pessoa Idosa impõe à família, à comunidade e ao Poder Público o dever de assegurar à pessoa idosa “todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar, e impedindo qualquer forma de negligência, discriminação, exploração ou abuso” (Brasil, 2003, art. 4º). No entanto, a naturalização do etarismo na esfera familiar e social acaba por subverter tais deveres, invisibilizando a violação de direitos que, em outras circunstâncias, seriam claramente condenados. Essa invisibilidade estrutural, portanto, não é mera omissão, mas resultado de uma construção social que nega a dignidade e a humanidade plena das pessoas idosas, perpetuando desigualdades que demandam desconstrução sistemática e compromisso com uma perspectiva anti-idadista.

O etarismo ou idadismo contra si próprio

A invisibilidade externa do etarismo é acompanhada por um fenômeno ainda mais insidioso: o idadismo direcionado contra si próprio. Sob esse prisma, urge considerar que o idadismo se estabelece como o terceiro grande “-ismo”, revelando-se como uma das faces mais perversas da exclusão por sua natureza universal e subjetiva.

Conforme sistematizado na *Encyclopedia of Ageism* por Palmore, Branch e Harris (2005), o idadismo não se restringe às instâncias institucionais ou interpessoais: ele atua profundamente na subjetividade por meio da internalização dos estigmas. Esse processo ocorre quando a pessoa idosa absorve os estereótipos negativos – como a ideia de que a velhice é sinônimo de incapacidade, lentidão ou obsolescência – e passa a aceitá-los como parte de sua própria identidade.

A internalização não é um evento isolado, mas sim o que os autores definem como uma profecia autorrealizável (*self-fulfilling prophecy*) (Palmore; Branch; Harris, 2005). Assim, ao ser interpelado por discursos que naturalizam sua suposta fragilidade, o sujeito idoso passa a agir de modo a confirmar esses estigmas. Em decorrência disso, é possível observar, em algumas situações, uma espécie de retirada voluntária de espaços sociais, profissionais e comunitários. O indivíduo, acreditando-se inadequado devido à idade cronológica, torna-se o agente da própria exclusão, legitimando discursivamente o silenciamento que a sociedade lhe impõe.

Essa dinâmica realimenta os preconceitos sistêmicos. Quando o idoso se autoexclui por acreditar na própria inaptidão, a sociedade interpreta esse movimento não como um efeito da violência discursiva, mas como uma confirmação natural da incapacidade geracional. Assim, a internalização dos estigmas fecha um ciclo de retroalimentação da discriminação, no qual o sujeito é, ao mesmo tempo, alvo e reproduzidor da ideologia etarista.

Fatores de negligência política e social

Para além da esfera individual, a violência etarista é alimentada por fatores de negligência política e social. Essa omissão estatal e coletiva manifesta-se em dimensões que se inter-relacionam, criando um ciclo de retroalimentação da discriminação.

No âmbito social, essa prática se revela na normalização do etarismo, a partir da qual a gravidade da exclusão é diluída sob o pretexto de ser um fenômeno “natural” do ciclo vital.

Outrossim, a diferenciação nos espaços laborais representa uma faceta crítica dessa omissão. Como observado, a violência etarista acarreta danos severos à autoestima, apartando indivíduos de ambientes onde sua experiência seria relevante. Essa segregação, contudo, não é meramente acidental: ela reflete uma falha estrutural em promover a inclusão.

Já sob o viés político, a negligência evidencia-se no hiato entre o robusto arcabouço legal brasileiro e sua aplicação pragmática. Embora a Constituição de 1988 e o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/2003) ofereçam proteção teórica, a eficácia dessas normas permanece mitigada pela falta de implementação. A título de exemplificação, o Projeto de Lei n. 3.561, de Paulo Paim, já sinalizava essa dicotomia ao buscar consolidar leis que, por serem desconhecidas ou isoladas, raramente atingem sua finalidade social. O texto sublinha que o “total desconhecimento” (Brasil, 2003) sobre os próprios direitos é o óbice primário que precisa ser superado.

Implicações para as interações sociais

A invisibilidade e a internalização dos estereótipos, combinadas com a negligência política, criam um padrão sistemático de exclusão. Em decorrência disso, o indivíduo idoso pode passar a aceitar o “papel de idoso” como uma verdade natural – e não social – e a acreditar que deve comportar-se de forma limitada devido à idade cronológica (Palmore; Branch; Harris, 2005).

Sob essa ótica, as interações cotidianas tornam-se espaços onde o etarismo se manifesta por meio de atitudes de desrespeito, humilhação e menosprezo. Tais condutas encontram-se, inclusive, tipificadas no § 1º do Art. 96 do Estatuto da Pessoa Idosa, que penaliza quem “[...] desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo” (Brasil, 2003). Essas manifestações, embora aparentemente menores, contribuem para a construção de um ambiente social hostil à participação plena do cidadão idoso.

Ao rastrear essa realidade no cenário de Campo Grande/MS, observa-se que, diante de sua expressiva população idosa e do significativo número de denúncias, as dinâmicas discriminatórias tornam-se uma realidade palpável. Os 854 casos de violência registrados em 2022 não representam apenas números estatísticos: evidenciam, fundamentalmente, a necessidade urgente de compreender os mecanismos discursivos que sustentam e legitimam essas práticas no tecido social sul-mato-grossense.

Análise discursiva

A complexidade do etarismo como fenômeno social aponta para a necessidade de uma abordagem analítica que vá além da constatação superficial da discriminação. É nesse contexto que se torna imperativa uma análise discursiva que possa desestabilizar os mecanismos linguísticos e narrativos por meio dos quais o etarismo é construído, mantido e reproduzido nas interações sociais.

Nesse cenário, a Análise do Discurso emerge como ferramenta essencial para compreender como as diversas formas de violência etarista são justificadas e normalizadas por meio da linguagem. Isso porque ela permite identificar os padrões discursivos que sustentam os maus-tratos físicos, a tortura psicológica, o abuso financeiro e a negligência, revelando os dizeres que legitimam essas práticas como naturais ou inevitáveis.

Ademais, a perspectiva discursiva possibilita a investigação dos fatores que negligenciam aspectos políticos e sociais, questionando como os discursos públicos e privados moldam a percepção social da velhice. Com base nessa abordagem, torna-se possível examinar como a sociedade fala sobre o envelhecimento e como essa linguagem contribui para a invisibilidade e marginalização da população idosa.

O estudo geossocial em Campo Grande/MS, por sua vez, oferece o contexto necessário para essa análise, permitindo observar como essas dinâmicas discursivas se manifestam em um ambiente urbano específico. A investigação dos padrões discursivos locais, articulada com os dados demográficos e as estatísticas de violência, proporcionará uma compreensão mais profunda dos mecanismos com os quais o etarismo se perpetua nas interações sociais contemporâneas.

Para a plena compreensão da abordagem proposta, faz-se necessário adentrar os conceitos fundamentais que alicerçam este estudo, a começar pela natureza geossocial da análise. Ancorando-se na geografia crítica de Milton Santos (2006, p. 63), compreende-se o espaço geográfico como "um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações", isto é, como uma totalidade que resulta da interação permanente entre a materialidade física do território e as práticas sociais que nele se inscrevem e o transformam. É justamente essa indissociabilidade entre o físico e o social que a presente pesquisa nomeia como geossocial: o entendimento de que os fenômenos discursivos analisados não podem ser dissociados das condições materiais, urbanas e territoriais em que emergem — de modo que

esta dissertação se aproximará, no Capítulo 1, da noção de *conectividade* proposta por Dias (2018, p. 119).

Ao transpor essas balizas conceituais para a materialidade dos fatos, ressalta-se que Campo Grande é a capital de Mato Grosso do Sul e foi fundada em 21 de junho de 1872, quando colonizadores oriundos de Minas Gerais se estabeleceram em terras férteis da Serra de Maracaju, na confluência dos córregos Prosa e Segredo, tendo sua emancipação político-administrativa como município ocorrido em 26 de agosto de 1899 (IBGE, 2023). Conhecida popularmente como "Cidade Morena" em razão da coloração avermelhada de seu solo — alcunha cuja origem remonta às primeiras décadas do século XX, conforme será discutido na seção 1.2 desta dissertação (Dal Moro, 2015) — a cidade se destaca pela extensa arborização e pelo planejamento urbano com avenidas largas, elementos que integram sua identidade discursiva conforme descrito por Attianesi e Passamani (2018).

Geograficamente, o município situa-se no sul da região Centro-Oeste, com clima tropical, apresentando estação quente e úmida e outra amena e seca, com temperatura média de 24°C. Possui altitude média entre 500 e 675 m e área territorial de 8.082,978 km² (IBGE, 2023). Além disso, o município está situado sobre o Planalto de Maracaju-Campo Grande, na Bacia Sedimentar do Paraná, e sobre o divisor de águas Paraná-Paraguai (IBGE, 2023).

Sua população, segundo o Censo Demográfico do IBGE (2022), é de 898.100 habitantes, com densidade demográfica de 111,11 hab/km², constituindo-se na capital mais populosa do estado. O município apresenta expressiva diversidade cultural, com descendentes de diferentes etnias e migrantes de outros estados brasileiros.

A economia local, em seu turno, é impulsionada pelo setor terciário (comércio e serviços), pela construção civil e pela agroindústria (Mato Grosso do Sul, 2025). Quanto à infraestrutura, a cidade conta com instituições de saúde e de ensino superior — a exemplo do IFMS, da UFMS e da UEMS — e com transportes que incluem o Aeroporto Internacional e entroncamento rodoviário. Culturalmente, reflete a herança indígena, europeia e asiática, perceptível na gastronomia — tereré, sobá, chipa — e em seus monumentos, aspectos que reforçam a singularidade da formação urbana discutida por Attianesi e Passamani (2018).

Lacuna de pesquisa – Objeto

A escolha do tema da violência contra pessoas idosas nos espaços sociais justifica-se por sua densa relevância social e acadêmica. Esse fenômeno, frequentemente

invisibilizado, compromete diretamente o bem-estar desse grupo vulnerável, de modo que a pesquisa visa lançar luz sobre a problemática para subsidiar a formulação de políticas públicas eficazes.

Nesse sentido, este trabalho propõe uma leitura qualitativa e discursiva, de modo a analisar não apenas o que se diz sobre a pessoa idosa, mas como esse dizer produz efeitos de sentido que naturalizam a exclusão. Diante do exposto, a principal questão que esta pesquisa busca responder é: como o etarismo se manifesta discursivamente no Município de Campo Grande (MS)? Para discuti-la, o objetivo geral deste estudo é o de analisar discursivamente o etarismo, com o intuito de compreender as narrativas e justificativas que sustentam esses comportamentos, visando contribuir para a formulação de políticas públicas de proteção à pessoa idosa.

Especificamente, objetiva-se: 1. Identificar os padrões discursivos presentes nas interações sociais que envolvem violência contra pessoas idosas, buscando compreender como esses padrões se manifestam e são perpetuados; 2. Descrever as justificativas utilizadas para legitimar ou minimizar comportamentos violentos, analisando como elas refletem e reforçam dinâmicas de poder e hierarquias; 3. Caracterizar as estratégias discursivas empregadas pelas pessoas idosas em resposta à violência, explorando como essas estratégias podem contribuir para a resistência ou perpetuação do ciclo de violência; 4. Traçar um panorama das influências culturais, sociais e econômicas que moldam as interações discursivas, destacando os fatores que podem agravar ou mitigar a violência; 5. Descobrir possíveis intervenções discursivas que possam ser implementadas para reduzir a violência contra pessoas idosas, promovendo um ambiente social mais seguro e respeitoso; 6. Analisar como os discursos identificados refletem as dinâmicas de poder nos espaços sociais, avaliando o impacto dessas dinâmicas na perpetuação da violência; e 7. Verificar a eficácia das políticas públicas existentes na proteção de pessoas idosas contra a violência, explicando possíveis lacunas e sugerindo melhorias baseadas nos achados discursivos.

1 DA CIDADE MORENA AO SUJEITO PESQUISADOR: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DE UM ESTUDO GEOSSOCIAL

1.1 Ponto de partida

Nascido em 04 de dezembro de 1970, em Campo Grande (MS), filho de Clotildo de Assis Alfonso e Eloiza Passos Alfonso e pai de Isadora Guimarães Alfonso, constituo-me, ao longo desta pesquisa, como sujeito duplamente atravessado pelas condições de produção que aqui investigo: de um lado, a experiência de mais de duas décadas de militância jurídica em defesa dos direitos da pessoa idosa; de outro, o percurso, mais recente, de retorno aos bancos universitários como pesquisador da linguagem. É esse entrelaçamento entre a vivência profissional e a trajetória acadêmica que constitui o que aqui denomino como ponto de partida.

No ano de 2000, iniciei minha carreira docente em uma instituição de ensino superior privada, a convite do professor doutor José Barreto dos Santos. Àquela época, uma inquietude já me tomava: a de devolver à sociedade um trabalho voltado à política pública e à defesa de um segmento populacional. Por alguns meses, interroguei-me sobre qual campo de atuação eu deveria priorizar, até que se impôs, com mais força, aquela causa que mais me sensibilizava: a da pessoa idosa.

A partir de então, passei a olhar para a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Mato Grosso do Sul (OAB/MS), como um legítimo espaço de atuação, e propus ao então presidente da instituição a criação de uma comissão de defesa dos direitos da pessoa idosa, cuja presidência iniciei. Ao longo de mais de vinte anos, desenvolvi trabalhos de representação da OAB/MS junto ao Fórum de Defesa dos Direitos do Idoso; participei da criação do Conselho Municipal do Idoso de Campo Grande, no qual fui eleito presidente e, posteriormente, atuei como vice-presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa; tornei-me membro fundador e diretor jurídico da Associação Brasileira de Alzheimer, regional de Mato Grosso do Sul; e integrei a Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Nesse percurso, coordenei, em conjunto com outras instituições, a Caminhada Feliz Terceira Idade em Ação, realizada anualmente por ocasião das comemorações do Dia Nacional e Internacional do Idoso, que percorria as principais ruas da área central de Campo

Grande, mobilizando a mídia, o comércio e a sociedade civil para a sensibilização, o respeito e a visibilidade da pessoa idosa. Ao longo desses anos, protagonizei defesas, manifestações e representações no âmbito do Poder Legislativo municipal de Campo Grande e da Assembleia Legislativa do Estado, sempre voltadas à garantia dos direitos e da pessoa idosa.

Desde 2023, atuo como professor colaborador da Universidade da Maturidade na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UMA/UEMS). A convivência e a troca de experiências proporcionadas pela sala de aula da UMA/UEMS inspiraram-me a retornar aos estudos formais, movimento do qual o professor doutor José Barreto dos Santos, mais uma vez, exerceu de modo decisivo ao incentivar-me a conhecer o Mestrado em Letras da UEMS, sobretudo no que concerne à Teoria da Análise do Discurso de matriz francesa.

Nessa direção, ingressei, no primeiro semestre de 2024, como aluno especial no Programa de Mestrado em Letras, cursando a disciplina Análise do Discurso Franco-Brasileiro, ministrada pelo professor doutor Marlon Leal Rodrigues. O contato com os acadêmicos da UMA/UEMS e com a estrutura da universidade amadureceu, em mim, o olhar sobre a discriminação etária sofrida pela pessoa idosa, seus estereótipos e seus silenciamentos, ao mesmo tempo em que a disciplina cursada me entusiasmou a avançar nos estudos da Análise do Discurso. A interação e a sinergia estabelecidas com o professor Marlon Leal Rodrigues foram decisivas para que eu me dedicasse a uma área do conhecimento diversa da minha formação originária.

Em 2025, aprovado oficialmente como aluno regular do Programa de Mestrado em Letras, iniciei o projeto que resultou nesta dissertação, dedicado ao estudo do etarismo com um olhar específico voltado à cidade de Campo Grande. Concomitantemente, segui atuando em sala de aula junto aos alunos da UMA/UEMS e no projeto de extensão voltado ao desenvolvimento de atividades de mediação extrajudicial junto à comunidade, ouvindo e conhecendo mais densamente as falas das pessoas idosas e das gerações mais jovens.

É essa caminhada — de advogado militante a professor e, agora, a pesquisador da linguagem — que constitui o meu lugar de fala, pautado na experiência concreta da defesa jurídica e social da pessoa idosa e que, ao encontrar a Análise do Discurso, converteu a indignação militante em objeto de investigação científica.

1.2 As Condições de Produção do Espaço Urbano de Campo Grande

Para compreender as dinâmicas sociais e os efeitos de sentido que permeiam o município de Campo Grande, faz-se imperativo, primeiramente, investigar a sua identidade cultural e a gênese de sua nomenclatura popular. Historicamente atrelada às características de seu solo, a capital sul-mato-grossense construiu uma imagem poética e acolhedora na memória discursiva local, conforme elucida Dal Moro (2015, p. 1):

O próprio cognome Cidade Morena é ilustrativo de uma ideia-força ainda muito presente na sociedade, se bem que as explicações sobre a origem da expressão nem sempre tendam para o mesmo ponto. Em linhas gerais, o sentido primeiro desse termo, pelo que indicam alguns registros, foi mencionado na década de 1910 por Francisco de Aquino Corrêa. Este religioso pensou a urbe como uma ‘terra roxa dos guavirais selvagens.’ Por causa da cor vermelha ou roxa de sua terra, a cidade passou a ter esta denominação, sendo tal passagem inclusive documentada, embora não de forma literal, na obra Terra Natal. Campo Grande surge então como um lugar que tinha ‘terras tão roxas e mimosas’. Daí uma das formas para concebermos esta urbe como Cidade Morena, sendo que depois da criação do Estado de Mato Grosso do Sul passou-se a chamá-la também Capital Morena.

A identidade territorial ganhou contornos políticos e administrativos distintos no final da década de 1970, momento em que a cidade foi alçada ao posto de capital de um novo estado federativo, reconfigurando suas condições de produção socioeconômicas. Sobre esse marco divisório, destaca-se que:

A porção sul desta Unidade Federativa – por vezes chamada à época sul de Mato Grosso – foi denominada Mato Grosso do Sul. Em linhas gerais, o período de transição findou em 1979 e a partir de então MS passou a ser efetivamente concebido como uma UF, contando, de fato, com aparato político-administrativo, bem como institucional, de Estado (Dal Moro, 2015, p. 2).

Impulsionada por essa nova roupagem administrativa, a cidade consolidou uma formação discursiva atrelada ao progresso acelerado. Esse deslumbramento com o desenvolvimento local não passou despercebido por grandes figuras nacionais da época. A título de exemplo,

[...] Monteiro Lobato, escritor ainda dos mais conhecidos neste país, também teceu algumas palavras sobre Campo Grande... considerou-a não como uma ‘cidade de fim de civilização, de beira-sertão...’. Para Lobato, Campo Grande é ‘cidade de começo de civilização, é a coisa mais reconfortadora que em tais alturas alguém possa esperar’. Para ele, Campo Grande tinha a potencialidade de ser a ‘futura São Paulo de Mato Grosso’ devido às mentalidades e ambições trazidas ao lugar pelos migrantes e imigrantes que nela aportavam, e que eram provenientes de todos os lugares do mundo [...]. Reúnem-se nela todas as condições favoráveis para uma das grandes futuras cidades do Brasil. Subirá a 50 mil, a 100 mil, a 200 mil habitantes – e parece que o urbanista que lhe traçou as ruas e praças teve perfeita consciência disso (Dal Moro, 2015, p. 3).

Por outro lado, ao interrogar a evidência desse desenvolvimento vertiginoso, nota-se que a urbanização de Campo Grande foi acompanhada por uma profunda segregação socioespacial. A pluralidade demográfica, estimulada pelo êxodo rural e pela busca por oportunidades, gerou bolsões de vulnerabilidade que contrastavam com o centro modernizado. O discurso de progresso da elite local produziu, como contraponto, o silenciamento e a marginalização daqueles que não se encaixavam no ideal de modernidade. Sobre essa reconfiguração territorial e suas desigualdades, Dal Moro (2009, p. 130-131) esclarece que

[...] Grande parte dessa inversão populacional ocorreu porque migrantes de várias Unidades Federativas do Brasil e do interior de MT saíram de seus locais de origens e foram para as cidades em busca de uma vida melhor, até pelo fato de que as atividades rurais passaram a necessitar de cada vez menos trabalhadores, tendo em vista o processo de mecanização efetuado em parte das propriedades rurais [...]. Acabaram trabalhando como chapas, pedreiros e demais ocupações que, em geral, não exigiam mão-de-obra com estudo formal, nem qualificação profissional. Parte desses sujeitos passou a residir na ‘Favela do Querosene’ ou ‘Favela do Segredo’, situada nas barrancas do córrego Segredo, bem próximo do local em que este se encontra com as águas do córrego Prosa e formam o córrego Anhanduí.

Para compreender a fundo essa exclusão no espaço urbano, é necessário definir quem são os sujeitos empurrados para as margens desse processo histórico. Ao investigar as representações da elite local nas décadas de 1960 e 1970, Dal Moro (2009, p. 124) cunha o conceito de “povo comum” para nomear essa antítese do projeto de modernidade, o qual contempla

[...] uma gama bem diversificada de sujeitos históricos, em especial populações marginalizadas pelos poderes constituídos, sujeitos que não fazem parte da elite econômica e política da cidade e, por vezes, grupos sociais específicos, como trabalhadores ambulantes e informais.

Esses sujeitos – trabalhadores informais, ambulantes e migrantes sem qualificação formal – representavam uma ameaça para a elite, tendo em vista que o “povo comum” era um “problema” que “deturpava” a vitrine de uma cidade que se pretendia moderna e civilizada.

É exatamente sobre este solo urbano, historicamente marcado por contradições entre o projeto elitista de progresso e a marginalização dos vulneráveis, que se assenta o objeto desta pesquisa.

A essa configuração territorial desigual soma-se, na contemporaneidade, uma nova camada de constituição do espaço urbano: a *conectividade*. A cidade de Campo Grande não é apenas o espaço físico das ruas sem sinalização, das obras abandonadas e das calçadas irregulares que compõem o cenário dos acidentes analisados nesta pesquisa. Ela é também o espaço digital onde esses acontecimentos são narrados, comentados e significados. Ao refletir sobre a cidade contemporânea e seu modo de funcionamento discursivo, Dias (2018, p. 119) articula:

[...] penso a mobilidade como conectividade, ou seja, uma mobilidade que se produz porque há dispositivos conectados uns aos outros, assim como, por meio deles, sujeitos ligados uns aos outros. A cidade contemporânea formada por redes de conectividade é a *conectividade*. Nesse processo de significação da *conectividade* há também um modo de constituição do sujeito, já que o corpo do sujeito está atado ao corpo da cidade, como nos mostra Orlandi [...]. (DIAS, 2018, p. 119).

Tal noção é de grande relevância para esta dissertação porque articula, de modo preciso, o que está em jogo na análise do *corpus*: os comentários etaristas coletados no perfil de Instagram do @campograndenews não são produzidos à margem da cidade, como dito anteriormente. Eles *são* a cidade — ou seja, sua camada digital, seu prolongamento simbólico, o espaço onde sujeitos constituídos por essa mesma cidade se posicionam sobre os acontecimentos que nela ocorrem. O acidente envolvendo pessoas idosas em uma rua de Campo Grande e os comentários suscitados nas redes sociais formam, portanto, um único objeto discursivo: o espaço geossocial em sua dupla materialidade, física e digital. Nesse sentido, a *conectividade* não é um conceito tecnológico neutro, mas uma condição de produção que determina como os enunciados etaristas circulam, se amplificam e se naturalizam. É nesse território cindido — entre a rua precária e a tela do smartphone — que a violência discursiva contra a pessoa idosa ganha sua forma mais pervasiva e, paradoxalmente, mais invisível.

Na atualidade, entende-se que a lógica de exclusão do espaço público em Campo Grande permanece a mesma, operando apenas um deslocamento de seus alvos. Se nas décadas de 1960 e 1970 o espaço público rejeitava o “povo comum” (o migrante pobre) porque ele não representava a “modernidade”, hoje, esse mesmo espaço rejeita a pessoa idosa porque o seu corpo e o seu tempo de reação não atendem à “velocidade” e à “produtividade” exigidas pela sociedade atual. O preconceito discursivo mudou de alvo, mas a matriz de exclusão geossocial e o silenciamento continuam operando na “Cidade Morena”.

2 ESTADO DA ARTE: LACUNAS E CONTRIBUIÇÕES NA ANÁLISE DISCURSIVA DO ETARISMO

2.1 Mapeamento da Produção Acadêmica no PPGLetras/UEMS: Lacunas e Pertinência da Pesquisa

A partir da caracterização da cidade, retoma-se, conforme afirmado anteriormente, que o presente estudo versa sobre a análise discursiva da violência contra a pessoa idosa em Campo Grande/MS. Nesse sentido, ao realizar um gesto de análise sobre o Estado da Arte, o caminho metodológico percorrido revelou a existência de aproximadamente 261 dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLetras/UEMS) entre os anos de 2013 e 2025¹, embora muitos trabalhos se apoiem na AD como referencial teórico, não há até o momento pesquisas sobre o etarismo.

A coleta de dados se deu mediante a pesquisa pelo título dos trabalhos e descritores específicos, quais sejam: etarismo, idadeismo, pessoa idosa, violência, análise discursiva e município de Campo Grande (MS). Os resultados permitiram quantificar a produção acadêmica por período, conforme demonstrado a seguir:

Quadro 1 – Dissertações defendidas por ano no PPGLetras/UEMS

Ano de publicação	Número de dissertações
2013	11 dissertações
2014	22 dissertações
2015	17 dissertações
2016	22 dissertações
2017	21 dissertações
2018	23 dissertações
2019	29 dissertações
2020	20 dissertações
2021	23 dissertações
2022	21 dissertações
2023	27 dissertações
2024	25 dissertações
2025	20 dissertações

¹ O Banco de Dissertações de mestrado defendidas do PPGLetras pode ser consultado pelo seguinte endereço eletrônico: <https://www.uems.br/ppg/ppgletras/Banco-de-Dissertacoes/>. Acesso em: 19 jul. 2026.

Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Faz-se necessário ressaltar que, embora existam estudos em outros departamentos e universidades acerca da violência contra a pessoa idosa, a maioria tem priorizado aspectos quantitativos. Diferentemente dessa abordagem, o presente trabalho propõe uma análise discursiva com recorte geossocial, contemplando essa lacuna específica, o que justifica a sua originalidade e a pertinência da investigação.

A relevância da proposta é amplificada pelo panorama demográfico atual: o Brasil vivencia um crescimento expressivo da população idosa, que em 2022 já somava 32,1 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, representando cerca de 15% da população total. No Mato Grosso do Sul, essa parcela da população é significativa, atingindo 14,2%, enquanto o município de Campo Grande (MS) também alcança um índice próximo à média nacional, de 15%. Esse cenário, somado aos dados relacionados ao crescimento da violação de direitos humanos contra pessoas idosas no município, conforme o Observatório Nacional dos Direitos Humanos (Brasil, 2022), demonstra a urgência de investigações que se dediquem a compreender e combater o etarismo.

2.2 Panorama da produção acadêmica sobre o etarismo e suas relações com a presente pesquisa

Embora tenha sido identificado um volume expressivo de pesquisas no programa local, nenhuma tratou da discriminação em razão da idade. Por outro lado, outras esferas acadêmicas demonstram um interesse crescente na análise do etarismo – também denominado idadeísmo. Tal fenômeno, conforme define a Organização Pan-Americana da Saúde (2022), configura-se como um sistema social complexo que envolve estereótipos, preconceitos e discriminações estruturadas pela idade.

Nesse sentido, os trabalhos destacados a seguir – organizados cronologicamente – dialogam diretamente com esta investigação, especialmente no que tange às materialidades discursivas digitais, como as interações observadas no perfil do Campo Grande News no Instagram:

Quadro 2 – Trabalhos destacados: organização cronológica

Autoria	Ano	Produção
Silva e Pedrosa	2008	Artigo - Sexualidade e etarismo: análise do discurso

		em uma lista de debates na Internet
Sampaio e Reis	2021	Resumo expandido- Memória social e etarismo nos esportes
Di Lauro, Sousa, Moreira e Baracuh	2024	Artigo - Discursos sobre etarismo no perfil do Instagram @revistatpm
Silva	2023	Tese doutorado - Discurso etarista no ambiente digital e o sujeito feminino
Silva e Silva	2024	Artigo - Corpos que resistem: etarismo e orientação sexual
Lucena e Carvalho	2024	Artigo - Etarismo no discurso publicitário

Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Em um dos primeiros trabalhos a explorar a intersecção de etarismo e ambiente online, Silva e Pedrosa (2008) investigam como a sexualidade da pessoa idosa é discursivamente construída em fóruns de debate na Internet. O estudo, pautado na Análise do Discurso e em autores como Foucault e Orlandi, analisa excertos coletados no Yahoo-Respostas a partir de combinações de termos como “idoso + sexo” e “velha + sexo”, identificando a prevalência de discursos que reforçam estereótipos de assexualidade, incapacidade e exclusão — mas também aponta o surgimento de vozes dissonantes, ancoradas nas contribuições da Gerontologia e dos Direitos Humanos, que propõem perspectivas de afirmação e inclusão da pessoa idosa. A presente pesquisa dialoga com Silva e Pedrosa (2008) ao reconhecer a dimensão da sexualidade como um vetor de violência discursiva, contribuindo para a compreensão da complexidade desse fenômeno no contexto geossocial de Campo Grande/MS.

Já na pesquisa de Sampaio e Reis (2021), “*“QUARENTA ANOS COM FÔLEGO DE VINTE”: MEMÓRIA SOCIAL E O ETARISMO NOS ESPORTES*”, aponta-se como a memória social e a linguagem estabelecem padrões discriminatórios, exemplificando com o universo esportivo pode desvalorizar ou comparar ao desempenho de jovens as realizações de atletas mais velhos. As autoras, ao abordarem a constituição da memória social, citam Indursky (2011 apud Sampaio; Reis, 2021, p. 31), que afirma que “[...] a memória social se constitui à medida que os discursos confeccionados em vários contextos são revisitados, repetidos e regularizados”.

Esse conceito é fundamental para entender como certas narrativas sobre o envelhecimento se cristalizam e são reiteradas ao longo do tempo. Sampaio e Reis (2021, p.

31) ilustram como o etarismo se efetiva em falas que comparam o desempenho de atletas de maior idade a padrões juvenis, reduzindo o feito do atleta a uma questão etária, como em “[...] quarenta anos com fôlego de vinte” ou “[...] é uma pena que tenha 40 anos”. O trabalho citado é fundamental para o campo por destacar a importância da memória social e das expressões linguísticas na consolidação do etarismo.

A presente investigação conecta-se a de Sampaio e Reis (2021) ao buscar identificar como essas construções discursivas, enraizadas na memória coletiva que desvaloriza o envelhecimento em prol da juventude, manifestam-se na violência contra a pessoa idosa no contexto geossocial de Campo Grande/MS. Isso inclui a repercussão de eventos cotidianos em mídias locais, extrapolando o universo esportivo para as interações diárias e outras esferas da vida social.

Em consonância com essa perspectiva, o trabalho de Di Lauro, Sousa, Moreira e Baracuh (2024), “Discursos sobre etarismo no perfil do Instagram @revistatpm”, publicado na Revista de Letras da UFC, oferece uma análise discursiva de três postagens do referido perfil, situando o corpo feminino como superfície de inscrição do poder. As autoras demonstram que os enunciados sobre beleza no envelhecimento feminino são produzidos a partir de um culto à juventude que atravessa e conforma os corpos das mulheres de maneira singular e historicamente situada. As análises revelam que, embora o perfil abra espaço para enunciados de resistência — como as declarações das atrizes Andie Macdowell e Helena Bonham Carter e da modelo Paulina Porizkova —, as publicações recorrem reiteradamente a figuras brancas, socioeconomicamente privilegiadas e com corpos que atendem, em grande medida, aos padrões estéticos hegemônicos, configurando o que as autoras denominam uma velhice “higienizada”. Esse movimento, compreendido a partir do conceito de “reprivatização do envelhecimento” (Debert, 1999), transfere para a responsabilidade individual os desafios do envelhecer, associando as marcas da senescência ao descuido corporal e ao fracasso do sujeito em gerir adequadamente seu próprio corpo. Identificam-se, assim, regularidades enunciativas que reafirmam a negação do corpo velho e a pressão estética feminina, ao mesmo tempo em que emergem, de locais hegemônicos, discursos que tentam questionar esse padrão sem, contudo, romper com ele de forma plena — especialmente considerando que as três mulheres retratadas nas postagens analisadas são estrangeiras, sem nenhuma representação da velhice de mulheres negras ou de pessoas comuns. A presente investigação articula-se a esse estudo ao reconhecer o Instagram como arena discursiva em que disputas sobre envelhecimento, gênero e poder se materializam em

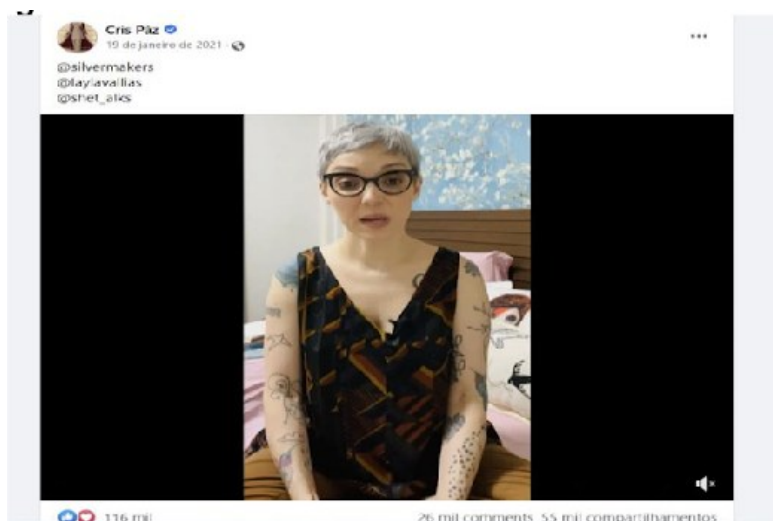
enunciados que circulam e se estabilizam socialmente, repercutindo sobre as interações cotidianas e as representações da pessoa idosa no contexto local de Campo Grande/MS.

Já a tese de doutorado de Silva (2023), na qual esta se fundamenta, oferece um aporte metodológico crucial ao incorporar a Análise do Discurso Digital (Paveau, 2021). A autora demonstra que o etarismo, particularmente o direcionado ao sujeito feminino, é frequentemente veiculado de forma sutil ou explícita em conteúdos humorísticos e na interação entre usuários (Silva, 2023). Além disso, a análise de vídeos e comentários online revela como as mulheres mais velhas são frequentemente infantilizadas, desqualificadas ou estigmatizadas, especialmente em relação à sua capacidade de discernimento e sua visibilidade social.

Os objetivos específicos da tese em questão incluem compreender a produção de efeitos de sentido dos discursos sobre o sujeito feminino e o etarismo, enfatizando os “deslizamentos de sentidos”, a paráfrase e a polissemia como constitutivos da memória discursiva, e desestabilizar “universos logicamente estabilizados” para mostrar a multiplicidade e inatingibilidade total dos sentidos na linguagem (Silva, 2023).

A materialidade do estudo de Silva (2023) é exemplificada pela Figura 1, a seguir, que representa o vídeo “#ATUALIZAPORCHAT”:

Figura 1 – Print screen do vídeo “Idosos e Mobilidade Urbana – Parte 3”



Fonte: Souza (2022, p. 45).

A análise desse material evidencia a materialidade do tecnodiscurso e a dinâmica das interações online (Silva, 2023). Um comentário exemplar, retirado da pesquisa de Silva

(2023, p. 131), ironiza a postura de uma mulher madura, assim como ilustra a violência discursiva e a polarização:

Figura 2 – Print screen da tese de Silva (2023)

131

SD 07:

Paulo Borges

Acho tão legal ver isso gente que aplaudiu quando o porta dos fundos ridicularizou alguns tipos de pensamentos, ideias, crenças, pessoas..... realmente foi muito legal rir de tudo isso e se sentir superior por não pensar como os retrógrados..... mas o porta dos fundos é formado por gente jovem e jovem progressista ri, acha graça, ridiculariza ideias e pessoas nas quais eles não se refletem..... parabéns ao porta dos fundos, mostrando que eles e seus seguidores são tão merdas quanto aqueles que eles julgam ser !!!!! a propósito não é porque você é descolada que não fica velha é uma véia com tatuagem, só isso..... também sou e não ligo pra isso, a vida é isso, mas a diferença está em como as pessoas tem empatia com as outras bom lembrete para o futuro

Fonte: Silva (2023).

Em contrapartida, a pesquisa de Silva (2023) evidencia que o ambiente digital também serve como um espaço de resistência e ressignificação. Nessa direção, discursos de cibermilitância, como os da influenciadora Cris Páz, promovem uma imagem de mulher madura, ativa, autêntica e protagonista de sua própria vivência (Silva, 2023).

De forma semelhante, este estudo incorpora a Análise do Discurso Digital, de Paveau (2021). Tais considerações permitem a análise das manifestações da violência discursiva contra pessoas idosas em Campo Grande/MS, tanto em contextos offline quanto em plataformas digitais, como exemplificado pelo *corpus* da matéria da Campo Grande News. Assim, a investigação identifica como os estereótipos são construídos e quais estratégias de resistência são empregadas nesse ambiente, abrangendo a população idosa em sua diversidade.

De modo complementar, o artigo *Corpos que resistem: uma discussão interseccional sobre etarismo e orientação sexual*, desenvolvido por Silva e Silva (2024), oferece uma discussão aprofundada sobre a interseccionalidade entre etarismo e LGBTfobia, focando nas histórias de vida de pessoas idosas LGBTQIA+.

O trabalho utiliza a série documental “LGBT 60+: Corpos que Resistem”, de Yuri Alves Fernandes, para evidenciar como normas sociais excludentes impactaram essa população, revelando os desafios enfrentados ao longo do tempo. A pesquisa destaca a

importância de políticas públicas inclusivas e do compromisso social com a valorização da diversidade, ampliando a visibilidade e a inclusão dessas pessoas na sociedade hetero-cis-normativa. O conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw (1989), é central no artigo, permitindo avaliar como marcadores sociais como idade, sexualidade e identidade de gênero se sobrepõem, gerando múltiplas camadas de vulnerabilidade e afetando o reconhecimento, a representatividade e o acesso ao mercado de trabalho.

Com base na temática, a presente pesquisa dialoga diretamente com a realizada por Silva e Silva (2024), ao reconhecer a complexidade da violência contra a pessoa idosa, que não se restringe apenas à idade, mas se agrava pela interseção com outras identidades, como a orientação sexual e a identidade de gênero.

Nesse sentido, enquanto o artigo de Silva e Silva (2024) explora as histórias de vida e a visibilidade de idosos LGBTQIA+ a partir de um documentário, esta dissertação aprofundará a análise discursiva da violência contra a pessoa idosa a partir da repercussão de um evento local em mídia digital, desestabilizando como esses marcadores interseccionais se manifestam na linguagem e nas interações locais.

Contribuindo com as discussões na área, Lucena e Carvalho (2024), em Temas sociais sensíveis no discurso publicitário: um estudo sobre o Idadismo, consideram que o discurso publicitário, embora tenha um papel social na formação de caráter, frequentemente emprega estereótipos negativos atrelados à faixa etária mais avançada. As autoras destacam a prevalência de representações que associam pessoas idosas a características depreciativas, consolidando discursos etaristas (Lucena; Carvalho, 2024). Para ilustrar essa constatação, o Quadro 3, a seguir, sintetiza os estereótipos negativos identificados na mídia:

Quadro 3 – Estereótipos negativos de pessoas idosas na mídia

Estereótipos na mídia	Os jovens são...	As pessoas idosas são...
Positivo	Atraentes.	Engajados com a vida saudável; Produtivos; independentes.
Negativo	Causadores de problemas; Criminosos e violentos.	Pouco atraentes, infelizes; Senis, Mal-vestidas e inativas; Dependentes e insalubres; Dependentes, pobres e vulneráveis; Diabólicas.

Fonte: adaptado de OMS (2022, p. 5), conforme citado por Lucena e Carvalho (2024, p. 4).

Esse quadro evidencia quais representações discursivas sobre etarismo são analisadas em publicidade, realçando a necessidade de debater o tema e promover uma representação midiática mais humana e inclusiva da pessoa idosa. No caso desta dissertação,

ao investigar a violência discursiva contra sujeitos idosos em Campo Grande (MS) a partir de um evento noticioso local, será possível verificar se os estereótipos gerais identificados na publicidade se reproduzem ou assumem formas específicas nas interações locais. Isso aprofundará a compreensão sobre a materialidade ideológica que forma essas representações e sua implicação na violência.

Além disso, os resultados podem informar o desenvolvimento de campanhas de conscientização e programas educacionais adaptados à realidade local, visando à valorização da pessoa idosa e à promoção de uma cultura de respeito intergeracional (ONU, 2002) na comunidade. O estudo preenche, assim, uma lacuna de estudos aplicados à realidade local e oferece subsídios para investigações futuras, inclusive sobre o tratamento de dados, imagens, vídeos, áudios e comunicação em plataformas digitais por órgãos públicos e privados, em observância à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Com base nas discussões efetivadas, entende-se que a presente pesquisa, que tem como *corpus* de análise a matéria “Pessoa idosa tenta passar por rua em obras e cai com o carro em buraco”, do Instagram @campograndenews, oferece contribuições significativas e inéditas para o avanço do tema do etarismo na Análise do Discurso e em estudos interdisciplinares, assim como para o contexto específico do PPGLetras/UEMS².

² Isso porque a pesquisa estará disponível no banco de dissertações do PPGLetras/UEMS e na Biblioteca da UEMS, fortalecendo a produção acadêmica do programa em temas de relevância social e contemporânea. Além disso, a dissertação solidifica o processo de aplicação da Análise do Discurso a fenômenos sociais urgentes, especialmente aqueles que se materializam no ambiente digital. Para a academia, a pesquisa contribui ao aprofundar a aplicação da Análise do Discurso Digital a eventos noticiosos locais e suas repercussões, enriquecendo a compreensão sobre a construção discursiva do etarismo em contextos específicos e oferecendo um modelo metodológico para estudos futuros.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Considerações iniciais

A Análise do Discurso (AD) francesa emerge no final dos anos 1960 como ruptura epistemológica com a linguística estruturalista. Formulada principalmente por Michel Pêcheux, a AD não se constitui como simples metodologia de análise textual, mas como teoria materialista do discurso, que articula linguagem, história e ideologia em uma perspectiva que recusa tanto o psicologismo quanto o formalismo linguístico. Para a AD, a ideologia é um componente inerente ao funcionamento da linguagem, tendo em vista que a “[...] ideologia, tal como a trabalhamos na análise de discurso, tem relação intrínseca com o político (e não política), com o inconsciente e é constitutiva dos sujeitos” (Orlandi, 2014a, p. 29).

Seu desenvolvimento na França, como disciplina de entremeio, rapidamente se consolidou como um campo que, embora partisse de bases linguísticas, propunha uma nova forma de apreender a linguagem. Conforme Mazière (2007, p. 9), “[...] toda AD leva em conta a língua enquanto objeto construído pelo linguista, e as línguas particulares enquanto situadas em um espaço-tempo”. Essa abordagem inicial já apontava para a necessidade de situar a língua em seu funcionamento social e histórico, afastando-se de uma concepção meramente formal ou descritiva.

A esse respeito, Orlandi (2003, p. 21) explica que, desfeita a ilusão da transparência da linguagem, o discurso é, na verdade, um “[...] efeito de sentidos entre locutores”, produzidos sob determinações históricas e ideológicas específicas. Essa perspectiva é particularmente relevante para compreender fenômenos como o etarismo, que não pode ser reduzido a meras opiniões individuais, mas deve ser analisado como efeito de formações ideológicas e discursivas que naturalizam a exclusão de pessoas idosas.

No Brasil, a AD consolida-se especialmente a partir da década de 1980, com o trabalho de Eni Orlandi, que não apenas traduz e difunde a teoria pecheuxtiana, mas a expande, reinterpreta e a adequa às condições de produção brasileiras. Nessas condições, Orlandi torna-se responsável por criar uma tradição de pesquisa em AD no Brasil, desenvolvendo conceitos como o de silenciamento, memória discursiva e, posteriormente,

resistência discursiva, que auxiliam a desestabilizar o funcionamento de discursos discriminatórios, por exemplo.

3.2 O conceito de discurso

Para a AD francesa, discurso não é sinônimo de texto, fala ou comunicação. Trata-se de um conceito específico que designa o efeito de sentido produzido entre sujeitos em condições históricas determinadas. Mazière (2007, p. 13) esclarece essa distinção ao apontar que, enquanto a gramática se ocupa de frases abstratas, “[...] o discurso leva em conta o enunciado atestado, produzido no modo segundo o qual essa relação frástica, ou um de seus termos, pode tomar sentido por meio de uma discursivação datada e especificada”.

Em outras palavras, isso significa que o discurso não é um mero produto linguístico, mas uma “[...] manifestação da materialidade da língua” (Mazière, 2007, p. 30), cuja significação depende de sua inserção em um tempo e espaço específicos. Sob essa perspectiva, o sentido não é algo imanente, mas sim produzido no encontro entre sujeitos, textos e contextos históricos. De forma complementar, destaca-se que o sujeito é atravessado pelo discurso, inscrito em formações discursivas que preexistem a ele. Assim, o dizer não pertence ao falante como mera expressão de sua consciência ou intenção. O discurso é, por sua vez, sempre histórico e ideológico: não há discurso fora da história, neutro ou desideologizado, uma vez que ele é marcado pelas condições de sua produção, pelas formações ideológicas que o atravessam e pela memória que o constitui.

A esse respeito, Pêcheux (1997) enfatiza que o discurso é determinado pelas formações ideológicas que o constituem e que a ideologia possui como “[...] característica comum [...] a de dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências ‘subjetivas’” (Orlandi, 2003, p. 46). No contexto do etarismo, isso significa que quando um comentário discriminatório contra pessoas idosas circula em redes sociais ou mídia local, ele não é expressão de uma opinião individual isolada, mas efeito de formações discursivas que naturalizam a exclusão de pessoas idosas da vida social, política e econômica.

No processo de formulação do dizer, a interpelação ideológica conduz ao que se pode definir como a internalização dos estereótipos. Dessa maneira, o sujeito idoso, ao absorver discursos de incapacidade, experimenta o que Palmore, Branch e Harris (2005, p. 311)

denominam “identidade estragada” (*spoiled identity*), resultando em um sentimento de desamparo e invisibilidade que o afasta da participação social plena.

Estabelecida essa compreensão de discurso como prática significativa atravessada pela ideologia, tal como formulado por Pêcheux (1969) e retomado por Orlandi (1999), desloca-se o olhar, no próximo tópico, para aquele que, ao mesmo tempo, produz e é produzido por essa materialidade simbólica: o sujeito.

3.3 O sujeito na análise do discurso

Na esteira da AD francesa, importa destacar que o sujeito não é fonte originária do dizer, mas uma posição discursiva constituída na e pela linguagem, historicamente determinada pelas condições de produção do discurso. Nesse campo do saber, a noção é radicalmente diferente da concepção humanista que o vê como origem, consciência e responsável por seus enunciados. Para Pêcheux (1997), o sujeito é interpelado ideologicamente e, portanto, não é origem de seu dizer, mas efeito de processos discursivos que o constituem. Influenciado por Althusser e pela psicanálise lacaniana, o autor propõe que o sujeito é constituído pela interpelação ideológica (Pêcheux, 1997). Segundo Francine Mazière (2007, p. 10),

[...] é essa tríplice relação com 1) o sujeito assujeitado, falado por seu discurso, diretamente provindo do ‘estruturalismo’ de Foucault, Althusser e Lacan, 2) com a historicidade de todo enunciado singular, herdado de Foucault, e 3) com a materialidade das formas de língua que Saussure, Harris e Chomsky permitem estabelecer o que constituiu a originalidade do que se chamou a AD francesa.

Tal perspectiva sublinha que o sujeito do discurso não é um indivíduo autônomo, mas um “lugar de sujeito” (Mazière, 2007, p. 22) atravessado e constituído pelas formações discursivas – e, nesse sentido, é descentrado, heterogêneo, interpelado ideologicamente.

Essa interpelação não é consciente ou explícita e funciona de modo invisível, naturalizando sentidos e fazendo com que o sujeito acredite estar sendo ele mesmo quando, na verdade, está sendo constituído por estruturas que o precedem. Orlandi (2003, p. 48) desenvolve essa concepção ao destacar que o sujeito é “descentrado”, afetado pelo real da língua e da história, não sendo uno, coerente ou transparente a si mesmo. A autora ressalta que o assujeitamento ideológico o apresenta como livre e responsável, mas o constitui, por exemplo, como o “sujeito-de-direito ou sujeito jurídico” Orlandi (2003, p. 50-51) da modernidade.

É fundamental entender que a concepção de indivíduo, especialmente no contexto capitalista, distancia-se daquela que o vê como um ser plenamente autônomo e pensante. De acordo com Orlandi (2014b, p. 20), “[...] no capitalismo, o indivíduo não é visto como ser pensante, capaz de decidir e participar, mas como consumidor potencial”, o que reforça a ideia de que o sujeito é um efeito e não uma origem do dizer.

Para a análise empreendida nesta dissertação, essa perspectiva significa que não podemos analisar discursos etaristas buscando a “intenção do autor” ou a “verdadeira opinião do sujeito”. O que importa é compreender que o sujeito é posicionado discursivamente e é interpelado por formações ideológicas que naturalizam a exclusão das pessoas idosas, produzindo efeitos de sentido específicos.

Assim, entende-se que, quando um sujeito produz um comentário etarista em redes sociais, ele está sendo interpelado por formações ideológicas que o constituem como sujeito que “naturalmente” vê pessoas idosas como improdutivas, obsoletas ou incapazes. Essa interpelação funciona de modo tão invisível que o sujeito acredita estar expressando sua “opinião pessoal”, mas está reproduzindo estruturas ideológicas que o precedem.

Essa dupla articulação entre linguagem, ideologia e posicionamento social do sujeito ganha contorno preciso na síntese produzida por Dias (2018, p. 50), ao recuperar, no contexto do discurso digital, os dois movimentos constitutivos formulados por Orlandi (2001, 2012 apud Dias, 2018, p. 50). Para a autora,

perguntar pelo sujeito e pelos processos de subjetivação que o constituem na sociedade significa perguntar pelo funcionamento da linguagem e da ideologia, em um primeiro movimento; e pelos discursos constituídos em determinada formação social, histórica e com suas formas institucionais e políticas, em um segundo movimento. Esses dois momentos correspondem ao que Orlandi (2001, 2012) chama 1) processo da interpelação do indivíduo em sujeito, pela linguagem e pela ideologia, ao mesmo tempo, o que constitui sua forma-histórica, e 2) processo de individualização do sujeito, em sua forma de existência histórica, pelos discursos, instituições e a partir do qual o sujeito passa a se identificar e se posicionar na sociedade.

A distinção operada por Dias (2018) entre esses dois movimentos é particularmente relevante para a análise do etarismo nas redes sociais. O primeiro movimento — a interpelação ideológica — explica por que o sujeito que publica um comentário discriminatório no Instagram não o experimenta como preconceito: ele simplesmente “vive” aquela posição como natural, como evidência.

O segundo movimento — a individualização pelos discursos e instituições — esclarece por que essa posição é específica e historicamente situada: trata-se de um sujeito constituído por formações discursivas que circulam em Campo Grande (MS), atravessado por discursos midiáticos locais, por representações sobre o trânsito, sobre a capacidade de dirigir, sobre o que é "ser velho" em uma cidade que se quer veloz e produtiva. Assim, o sujeito etarista não nasce com preconceito: ele se identifica e se posiciona na sociedade a partir de estruturas que o antecedem e que ele reproduz ao comentar.

3.4 Condições de produção

As condições de produção designam o conjunto de fatores históricos, sociais, políticos e ideológicos que determinam a produção de um discurso. Não se trata apenas do contexto imediato em torno de quem fala, para quem e quando, mas de toda a rede de determinações históricas que torna possível e inteligível um discurso. Mazière (2007, p. 14) sublinha que a AD não dissocia “[...] o enunciado nem de sua estrutura linguística, nem de suas condições de produção, de suas condições históricas e políticas, nem das interações subjetivas”, o que ressalta o caráter indissociável das condições de produção para a inteligibilidade de qualquer dizer.

Conforme Orlandi (2003, p. 30), as condições de produção “[...] compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso”. A autora amplia essa noção ao distinguir que as condições de produção em sentido estrito são as “[...] circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato” (Orlandi, 2003, p. 30), enquanto, em sentido amplo, “[...] incluem o contexto sócio-histórico, ideológico” (Orlandi, 2003, p. 30).

A memória do dizer também é parte fundamental dessas condições. A título de exemplo, é possível observar como um discurso político em campanha eleitoral possui condições de produção muito distintas de um discurso político em situação de crise institucional, ainda que os temas abordados sejam semelhantes. Isso evidencia como as condições de produção determinam quais sentidos são possíveis, quais são naturalizados e quais são silenciados. A sua complexidade revela, neste estudo, que a busca por igualdade e inclusão se dá em um cenário intrinsecamente marcado por desigualdades estruturais.

Nas palavras de Orlandi (2014a, p. 34), “[...] A reivindicação da inclusão se dá, portanto, em terreno dissimétrico: incluir onde? Produzir que natureza de igualdade? Já que é o próprio capitalismo que divide e se estrutura pela diferença”. Essa citação demarca como as condições de produção, especialmente no capitalismo, já são atravessadas por divisões e assimetrias que moldam as possibilidades do que pode ser discursivizado e as formas de resistência.

No contexto de Campo Grande, as condições de produção do etarismo incluem: a) A exclusão de pessoas idosas do mercado de trabalho formal, que gera discursos que as caracterizam como “improdutivas” e “analógicas”; b) Períodos eleitorais nos quais discursos etaristas se intensificam, frequentemente entrelaçados com outras formas de discriminação; e c) A circulação de discursos em redes sociais e comentários em portais de notícias locais, que facilita a produção de discursos discriminatórios.

Tendo em vista os fins específicos desta pesquisa, o conceito de condições de produção deve ser operacionalizado para além do contexto imediato da enunciação, abrangendo também o espaço geossocial no qual os discursos sobre a pessoa idosa são produzidos e circulam. Isso porque essa tipologia de análise inclui a própria configuração do território: seus contrastes, suas assimetrias, suas fraturas urbanas. No caso do município de Campo Grande, essa configuração é marcada por desigualdades socioespaciais que segmentam o tecido urbano e, com ele, as experiências de envelhecimento e as representações discursivas sobre a velhice.

Attianesi e Passamani (2018), ao analisarem o processo de modernização de Campo Grande, demonstram que a expansão urbana não beneficiou a todos uniformemente, mas produziu uma cisão entre um centro estruturado e periferias marcadas por carências infraestruturais e vulnerabilidades socioeconômicas. Segundo os autores,

[...] é importante ressaltar que mesmo com a crescente expansão da urbanização na cidade de Campo Grande, devemos observar que essa modernização não chegará em todos os habitantes da mesma forma. A infraestrutura surgiria apenas em determinados pontos da cidade. [...] Logo, há uma outra Campo Grande, a das periferias distantes do centro, das vulnerabilidades socioeconômicas, das carências infraestruturais, quem sabe até da violência (Attianesi; Passamani, 2018, p. 63).

Essa heterogeneidade espacial – a existência do que os autores denominam “uma outra Campo Grande” (Attianesi; Passamani, 2018, p. 63) – não é um dado acessório ou meramente descritivo no âmbito desta pesquisa. Trata-se, antes, de uma condição de produção concreta que atravessa os enunciados analisados neste estudo. De acordo com

Orlandi (2015), as condições de produção englobam tanto o contexto imediato – a situação de enunciação – quanto o contexto sócio-histórico mais amplo – a formação social, as relações de poder, a memória discursiva. No caso presente, o contexto sócio-histórico inclui uma cidade cuja modernização seletiva produziu territórios radicalmente desiguais – e é precisamente nesse território cindido que os discursos sobre a pessoa idosa, sua capacidade, sua fragilidade e seu lugar social são enunciados e adquirem sentido.

Dessa forma, considerar a segregação socioespacial de Campo Grande como condição de produção significa reconhecer que os enunciados sobre o etarismo não flutuam em um vácuo abstrato: eles emergem de um espaço concreto no qual o acesso à infraestrutura, saúde, transporte e segurança é distribuído de forma desigual. Assim, entende-se que a própria experiência de envelhecer é radicalmente distinta a depender do lugar que o sujeito ocupa – não apenas na estrutura social, mas também no território. É à luz dessas condições de produção que os comentários analisados no *corpus* desta pesquisa serão examinados nos capítulos seguintes.

3.5 Interdiscurso e formação discursiva

O interdiscurso refere-se ao conjunto de discursos anteriores, contemporâneos ou posteriores que dialogam, se confrontam e se articulam em torno de um objeto discursivo. Diferentemente da noção de "intertextualidade", isto é, a referência explícita a outros textos, o conceito aponta para um funcionamento discursivo no qual os sentidos de outros discursos retornam, transformam-se e se reposicionam. Caracterizando a noção, Pêcheux (1995, p. 162) afirma que "o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal", evidenciando que todo discurso é sempre atravessado por outros.

O interdiscurso funciona, portanto, como memória do dizer, como aquilo que já foi dito e que continua operando, mesmo que de forma apagada ou silenciada. A memória discursiva não é um arquivo estático de sentidos passados: é um funcionamento vivo que constitui o presente. Adicionalmente, ligado ao interdiscurso está o conceito de formação discursiva, que corresponde ao conjunto de enunciados que compartilham as mesmas regras de formação,

Maldidier (2003, p. 52) descreve a formação discursiva, no trabalho de Pêcheux, como uma noção que é “totalmente pega pela história, referida a uma relação de forças, pertence a uma conjuntura dada; ela é, pois, estranha a qualquer perspectiva tipológica”. Essa compreensão abrange não apenas o que é dito, mas como as produções se organizam e se relacionam com o pré-existente. O próprio Pêcheux (1995, p. 160), por sua vez, define que uma formação discursiva é aquilo que, “numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”. Isso significa que, em uma formação discursiva, certos sentidos são naturalizados, enquanto outros são excluídos ou marginalizados.

No contexto do etarismo, a formação discursiva neoliberal determina que certos sentidos sobre envelhecimento sejam naturalizados: idosos são “improdutivos” e, portanto, “inúteis” economicamente; idosos são “analógicos” e não acompanham a “modernidade”; idosos são “dependentes” e representam “peso” para o Estado; e idosos devem “desocupar espaços” para que os jovens tenham oportunidades.

Esses sentidos não são “verdadeiros” ou “falsos”: são efeitos de uma formação discursiva que naturaliza a exclusão das pessoas idosas. Ainda, pelo seu funcionamento, fazem com que os outros sentidos – como “idosos têm direito à participação social”, “idosos possuem experiência valiosa”, “envelhecimento é um direito humano” – sejam marginalizados ou silenciados na sociedade.

Desse modo, compreende-se que a relação entre interdiscurso e formação discursiva é fundamental. Orlandi (2003, p. 44) sintetiza que “[...] as formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações”, as quais determinam quais sentidos podem circular ou não. Assim, o interdiscurso é o espaço onde múltiplas formações discursivas se confrontam, dialogam e disputam a hegemonia de sentidos.

3.6 Ideologia

A ideologia é um conceito central na AD francesa, mas frequentemente mal compreendido. A ideologia não é algo que o sujeito possui ou do qual pode se libertar, pois é constitutiva do próprio sujeito – que é sempre ideológico, interpelado por formações ideológicas que o constituem. Orlandi (2003, p. 16) desenvolve essa perspectiva ao destacar que a ideologia “se manifesta na língua” tanto quanto “está materializada na ideologia”,

indicando que a noção não é um conteúdo que se adiciona ao discurso, mas o próprio funcionamento dele. Isso significa que não há discurso “fora” da ideologia: todo discurso é ideológico porque produz efeitos de sentido que naturalizam certas representações e silenciam outras.

Essa relação é, portanto, constitutiva: a ideologia não determina mecanicamente o discurso, mas funciona por meio dele, produzindo efeitos de sentido que parecem óbvios, naturais, transparentes. Pêcheux (1997, p. 15), citando Althusser, discorre que,

[...] Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra ‘designa uma coisa ou possui um significado’ (portanto inclusive as evidências da transparência da linguagem), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos – e até aí não há problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar.

Para Pêcheux (1990), influenciado por Althusser, a ideologia é um sistema de representações que naturaliza sentidos, fazendo com que o contingente apareça como necessário e o histórico como natural. Mazière (2007, p. 62) explica que Althusser “[...] mostra a materialidade e a eficácia histórica das ideologias, definidas como ‘relação imaginária dos indivíduos e das classes com suas condições de existência’”. Isso ocorre ao tornar invisível o fato de que as hierarquias sociais são históricas e contingentes.

No contexto do etarismo, a ideologia naturaliza a exclusão das pessoas idosas. Quando se diz que “idosos são improdutivos”, essa afirmação parece óbvia, natural, evidente, mas, na verdade, é um efeito ideológico. Nessas condições, a “improdutividade” não é uma propriedade essencial das pessoas idosas, mas um sentido produzido por formações ideológicas que medem valor humano exclusivamente pela capacidade de produção econômica. Em tal direção, a ideologia etarista torna invisível o fato de que a exclusão das pessoas idosas é histórica e contingente, naturalizando relações de poder que marginalizam pessoas idosas e fazendo parecer que se trata apenas do modo “como as coisas são”.

3.7 Paráfrase e polissemia

A paráfrase e a polissemia designam dois processos fundamentais de funcionamento do discurso, relacionados à estabilidade e ao deslocamento de sentidos. A paráfrase refere-se à repetição com variação, ou seja, ao retorno do mesmo sentido sob formas diferentes. Ela

funciona, então, como mecanismo de estabilização de sentidos, permitindo que um sentido seja reconhecido e naturalizado mesmo quando enunciado de formas distintas.

Tal conceito é essencial para a memória discursiva, pois permite que sentidos anteriores retornem e se estabilizem. Orlandi (2003, p. 36) afirma que os processos parafrásticos “[...] são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória” e que “[...] a paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer” (Orlandi, 2003, p. 36), permitindo que sentidos se repitam e se naturalizem.

No contexto do etarismo, a paráfrase funciona por meio de diferentes expressões que retornam o mesmo sentido de exclusão: a) “Idosos são improdutivos” = “Idosos não contribuem economicamente” = “Idosos são um peso para a sociedade”; b) “Idosos são analógicos” = “Idosos não acompanham a modernidade” = “Idosos estão fora de moda”; e c) “Idosos devem se aposentar” = “Idosos devem sair do mercado de trabalho” = “Idosos devem deixar espaço para os jovens”. Essas diferentes formulações funcionam parafrasticamente, fazendo circular sentidos de exclusão, e a repetição com variação é o que permite que o etarismo se estabilize e se naturalize.

A polissemia, por sua vez, refere-se ao deslocamento de sentidos, à possibilidade de um mesmo significante receber múltiplas significações. Orlandi (2007, p. 47) destaca que “[...] é a incompletude que produz a possibilidade do múltiplo, base da polissemia”, compreendendo-a como a abertura do sentido e a possibilidade de que um dizer signifique de formas diferentes. Assim, ela funciona como mecanismo de transformação e inovação discursiva, permitindo que novos sentidos surjam e que os anteriores sejam deslocados. A relação entre paráfrase e polissemia é tensa e dinâmica: a paráfrase tende a estabilizar sentidos, enquanto a polissemia tende a desestabilizá-los. Todo discurso funciona nessa tensão: ao mesmo tempo em que retoma sentidos anteriores, com a paráfrase, abre espaço para novos sentidos, com a polissemia.

A esse respeito, Francine Mazière (2007, p. 11) observa que, na AD, “[...] a análise do sentido se mede por meio da precisão e da insistência de seus combates, assim como por suas múltiplas invenções”, o que ressalta a complexidade inerente à produção e ao deslocamento de sentidos. Nas palavras de Orlandi (2003, p. 36), “[...] todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos”, sendo essa tensão constitutiva do sentido.

No contexto do etarismo, a polissemia abre espaço para contradiscursos que deslocam sentidos. A palavra “idoso”, por exemplo, pode significar: “Improdutivo, analógico, dependente” – num sentido hegemônico etarista; tanto quanto pode se referir a alguém “Sábio, experiente, portador de memória” – num sentido alternativo; e “Sujeito de direitos, cidadão ativo” – num sentido de resistência. Dessa forma, a polissemia permite que sentidos alternativos circulem e desafiem a hegemonia do sentido etarista.

3.8 Memória discursiva

A memória discursiva, conceito desenvolvido especialmente por Eni Orlandi, não corresponde à memória psicológica ou histórica no sentido tradicional, mas a um funcionamento discursivo pelo qual sentidos anteriores constituem o presente. Segundo a autora, a memória é “[...] fundamental para se compreender o funcionamento do discurso” (Orlandi, 2003, p. 32), sendo a memória discursiva o retorno do já-dito no interior do dizer atual. Ela funciona como interdiscurso, como aquilo que já foi dito e que continua operando, mesmo que de forma apagada ou silenciada.

Ainda sobre a memória discursiva e a constituição do sujeito, é relevante a compreensão de Orlandi (2014a) sobre como a reflexão sobre o “outro” e o “Outro” psicanalítico se articula com a ideologia nos estudos discursivos. De acordo com a estudiosa,

[...] A reflexão sobre o outro, como constitutivo, no campo dos estudos da linguagem, parte da teoria da enunciação e desloca-se, a partir do campo da psicanálise (o Outro, A), para a questão do sujeito. Pensando-se o inconsciente materialmente ligado à ideologia, estende-se esta reflexão para o domínio dos estudos discursivos (o outro e o Outro) (Orlandi, 2014a, p. 32).

Essa conexão evidencia que a memória discursiva não é meramente um repositório, mas um campo dinâmico no qual a ideologia e o inconsciente atuam na constituição do sujeito e na atualização dos sentidos.

Conforme Orlandi (2003), ela opera por meio de diferentes formas, como a “memória institucionalizada (o arquivo)” (Orlandi, 2003, p. 47) e a “memória constituída pelo esquecimento” (Orlandi, 2003, p. 47). Um discurso etarista contemporâneo, por exemplo, retoma sentidos de discursos anteriores sobre envelhecimento, mesmo que sejam apagados ou naturalizados.

No contexto desta pesquisa, a memória discursiva sobre envelhecimento inclui: representações de pessoas idosas em discursos anteriores, que circulam na literatura, no cinema, na novela e na mídia; como pessoas idosas foram representadas em políticas públicas, legislação e documentos oficiais; e sentidos sobre envelhecimento que foram silenciados ou marginalizados.

É preciso ressaltar, ainda, que a memória discursiva, conforme Orlandi (2003, p. 30), não é um arquivo completo, mas um processo dinâmico que “faz parte da produção do discurso”, sendo, portanto, uma seleção determinada pelas condições de produção presentes. Assim, a memória discursiva também funciona como seleção: nem todos os sentidos anteriores retornam com a mesma força, pois alguns são privilegiados, enquanto outros são silenciados.

Essa seletividade da memória discursiva adquire uma dimensão ainda mais específica quando o discurso circula em ambientes digitais. Ao analisar o funcionamento da memória nas mídias digitais, Dias (2018, p. 131) recupera um ensinamento de Pêcheux que lança luz sobre o modo como o sujeito se relaciona com os enunciados que circulam nas redes:

Como nos ensina Pêcheux (1999), no real histórico, nenhuma memória pode ser um "frasco sem exterior", assim, não seremos nós como moscas se debatendo contra o vidro (ou as telas) sem saber o que nos separa do mundo (Dias, 2018, p. 131).

A metáfora das "moscas debatendo-se contra as telas" é extraordinariamente precisa para descrever o funcionamento da memória discursiva etarista no ambiente digital. O sujeito que comenta nas redes sociais se encontra, frequentemente, na posição de quem se debate contra a tela sem enxergar o que ela oculta: a obra pública abandonada, a responsabilidade institucional pela sinalização precária, as condições estruturais que tornam as vias urbanas perigosas para todos os cidadãos, independentemente da faixa etária. Preso em uma memória discursiva que repete, parafrasticamente, a associação entre velhice e incapacidade, o sujeito não percebe que há um "exterior" para além do que a tela lhe mostra — um exterior histórico, político e institucional que a memória etarista sistematicamente apaga.

Nesse sentido, a memória discursiva opera, no discurso digital, como um mecanismo de clausura: ela funciona não apenas selecionando quais sentidos retornam, mas impedindo, ativamente, que o sujeito vislumbre o que está do lado de fora do "frasco". No *corpus* desta pesquisa, isso significa que a memória etarista não convive, em condições de igualdade, com

outros sentidos possíveis — como aqueles que apontam para a responsabilidade pública pela infraestrutura, para a capacidade técnica certificada das pessoas idosas condutoras ou para a dimensão sistêmica do etarismo. Esses sentidos são, precisamente, aquilo que a memória discursiva hegemônica silencia para que o sentido etarista possa ser "recebido como evidente", naturalizado e repetido a cada novo comentário que circula nas redes sociais de Campo Grande (MS).

3.9 Enunciados e efeitos de sentido

Um enunciado é a unidade concreta de análise na AD e é compreendido como uma sequência de palavras cuja produção se dá sob condições de produção determinadas. Conforme Pêcheux (1990, p. 109), ele pode ser tecnicamente caracterizado como uma “[...] proposição tal que não possamos mais obter dela enunciados que lhe sejam adjuntos”, destacando sua materialidade linguística.

Pela união entre língua e ideologia, compreende-se que o enunciado não é transparente: ele produz efeitos de sentido que não são óbvios ou evidentes. A esse respeito, Pêcheux (1997, p. 15), citando Althusser, afirma que

Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra ‘designa uma coisa ou possui um significado’ (portanto inclusive as evidências da transparência da linguagem), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos – e até aí não há problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar.

Analisar enunciados significa, portanto, examinar como eles produzem efeitos de sentido específicos. Não se trata de buscar o “significado verdadeiro” das palavras, mas de compreender como, em condições de produção determinadas, certos sentidos são naturalizados enquanto outros são silenciados.

Para o desenvolvimento das análises no campo, Orlandi (2003, p. 26) enfatiza que a Análise de Discurso visa a “[...] compreensão de como se produzem os próprios gestos de interpretação”, ou seja, que os efeitos de sentido não são dados, mas produzidos pelo funcionamento do discurso. Isso significa que o mesmo enunciado pode produzir efeitos de sentido diferentes em condições de produção distintas.

No contexto do etarismo, um enunciado como “idosos deveriam se aposentar para deixar espaço para os jovens” pode produzir efeitos de sentido como o de que pessoas idosas

e jovens estão em competição, que pessoas idosas são “obstáculos” ao desenvolvimento, que pessoas idosas e jovens podem trabalhar juntas e que os sujeitos “naturalmente” veem pessoas idosas como improdutivas.

3.10 Silenciamento

No escopo conceitual discutido, o silenciamento é um conceito desenvolvido por Eni Orlandi que designa o processo pelo qual certos sentidos são apagados, marginalizados ou excluídos do discurso. Não se trata simplesmente de “falta de fala”, mas de um funcionamento discursivo ativo que produz o silêncio.

A autora define o silêncio como “[...] não-dito visto do interior da linguagem” (Orlandi, 2007, p. 21), que “[...] não é o nada, não é o vazio sem história. É o silêncio significante” (Orlandi, 2007, p. 21), sendo, portanto, parte constitutiva do dizer e não mera ausência. No desenvolvimento da noção, ela distingue dois tipos de silenciamento: o constitutivo e o local.

O silêncio constitutivo é aquele que funda o sentido e que permite que certos sentidos existam ao excluir outros. Para que o sentido liberal de “produtividade” exista, por exemplo, é necessário silenciar sentidos alternativos de valor humano. Já o silêncio local é aquele que funciona como censura, como proibição explícita de dizer certos sentidos. De modo exemplar, destaca-se que ele pode emergir em contextos nos quais há pressão social contra discursos que defendem direitos das pessoas idosas.

Dessa forma, com Orlandi (2007, p. 53), entende-se que o silenciamento possui uma “dimensão política”, resultando na “[...] forma não de calar mas de fazer dizer ‘uma’ coisa, para não deixar dizer ‘outras’”. Funcionando como um mecanismo de poder que exclui sentidos, ele não é meramente negativo, uma vez que produz efeitos positivos, criando espaços vazios que são preenchidos por sentidos hegemônicos.

Além disso, ressalta-se que o silenciamento é particularmente importante para compreender como a ideologia funciona. Pêcheux (1997) afirma que a ideologia, cuja “[...] característica comum é a de dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências ‘subjetivas’” (Orlandi, 2003, p. 46), faz parecer que certos sentidos são naturais e que outros não existem, operando, implicitamente, por meio do silenciamento.

A título de exemplificação, nas condições de produção dos dizeres analisados nesta dissertação, entende-se que o silenciamento funciona a partir do: silenciamento de vozes, tendo em vista que pessoas idosas são silenciadas em espaços públicos e que suas opiniões não são ouvidas ou são desvalorizadas; Silenciamento de sentidos, porque sentidos alternativos sobre envelhecimento – como “envelhecimento ativo”, “sabedoria dos idosos” – são marginalizados; Silenciamento de direitos, uma vez que a participação social, política e econômica de pessoas idosas é diminuída; e o silenciamento de experiências das pessoas idosas, as quais são apagadas ou invisibilizadas.

Orlandi (2007) sintetiza que a “produção verbal serve para a administração (gestão) do sentido” (Orlandi, 2007, p. 54), indicando que analisar o silenciamento é analisar o poder que funciona por meio da linguagem. Desse processo decorre uma consequência fundamental para esta pesquisa: a emergência do preconceito discursivo.

3.11 Preconceito discursivo

Com base nos fundamentos da AD, o preconceito pode ser compreendido como um fenômeno que funciona, discursivamente, por meio da naturalização de sentidos que excluem e marginalizam certos grupos. Para Orlandi (2017, p. 94), em sua obra *Eu, Tu, Ele – Discurso e real da história*, o preconceito é caracterizado como:

[...] uma diversidade, que circula sem sustentação em condições reais, mantida por um imaginário atravessado por um poder dizer que silencia sentidos na base do próprio processo de significação. Em princípio, os sentidos podem sempre se deslocar. Os mesmos fatos, coisas e seres têm sentidos diferentes, de acordo com as suas condições de existência e de produção. No entanto, há um imaginário social que vai constituindo direções para esses sentidos, hierarquizando-os, valorizando uns em detrimento de outros, de acordo com as relações de força e de poder que presidem a vida social, e a relação com a alteridade.

Essa compreensão é fundamental para entender como o preconceito discursivo opera por meio de mecanismos como o de estereotipagem, naturalização de hierarquias sociais, exclusão de vozes e produção de sentidos de exclusão. A estereotipagem é um mecanismo fundamental do preconceito discursivo. Orlandi (2007, p. 115) define que o “[...] estereótipo é um dos lugares desse equívoco que atravessa a relação do homem com a linguagem, lugar de reconhecimento e de distância”, funcionando como uma redução que toma algumas características para representar a totalidade de um grupo.

No contexto do etarismo, os estereótipos funcionam reduzindo pessoas idosas a características específicas: “Idosos são frágeis”, que reduz da complexidade humana a uma característica física; “Idosos são lentos”, generalização que ignora a diversidade de idosos; e “Idosos são sábios”, estereótipo “positivo” que também reduz e limita esses sujeitos.

Como se percebe, tais estereótipos naturalizam sentidos que permitem a exclusão. Assim, quando se diz “idosos são frágeis”, esse discurso produz o efeito de que pessoas idosas “naturalmente” não podem trabalhar, não podem participar politicamente e não podem tomar decisões sobre suas vidas. Adicionalmente, o preconceito discursivo também naturaliza hierarquias sociais históricas e contingentes. Essa prática funciona por meio de enunciados que parecem descrever a realidade, mas na verdade a constroem, como nos dizeres: “É natural que idosos se aposentem”, o qual naturaliza a exclusão do mercado de trabalho; “Idosos não entendem de tecnologia”, o qual naturaliza a exclusão digital e “Idosos não têm energia para trabalhar”, que naturaliza a exclusão econômica. Conforme afirmado anteriormente, outro efeito do preconceito é a exclusão de vozes. A esse respeito, Orlandi (2007, p. 57) enfatiza que o discurso pode “[...] reduz[ir] o interlocutor ao silêncio”, o que demonstra como o preconceito silencia as vozes daqueles que são alvo da discriminação.

Em Campo Grande (MS), essa exclusão manifesta-se em redes sociais, com comentários de pessoas idosas sendo ignorados ou ridicularizados, na mídia local, na qual idosos raramente aparecem como fontes de informação ou opinião, em espaços políticos, considerando que idosos têm pouca representação em decisões que os afetam, e em espaços públicos, porque idosos são invisibilizados em discussões sobre políticas públicas.

Pelo funcionamento do preconceito, para além da exclusão de vozes, exclui-se e marginaliza-se, efetivamente, esses sujeitos a partir da produção de sentidos de improdutividade, que os caracteriza como “inúteis”, dependência, que os associa a um “peso” para a sociedade, e incapacidade, que os impede de tomar decisões ou participar. Esses sentidos não são “verdadeiros” ou “falsos”: são efeitos de formações discursivas que naturalizam a exclusão e produzem efeitos reais, como exclusão do mercado de trabalho e marginalização política e a invisibilidade social, já discutidos.

3.11.1 O preconceito linguístico

Para aprofundar essa discussão sobre os mecanismos de marginalização, faz-se necessário investigar como o preconceito discursivo se materializa no vocabulário cotidiano.

Sob o viés da sociolinguística crítica, entende-se que a discriminação não opera apenas no plano das ideias abstratas, mas na própria substância da língua.

A esse respeito, Marcos Bagno (1999) discorre que a estigmatização de determinados grupos sociais ocorre, frequentemente, por meio da imposição de rótulos linguísticos depreciativos e da normatização de uma linguagem que exclui o “outro”. O autor assevera, ainda, que o preconceito linguístico atua como um espelho fiel das desigualdades estruturais, operando de forma oculta para manter o *status quo* (Bagno, 1999). Nas palavras do estudioso,

O preconceito linguístico fica bastante claro numa série de afirmações que fazem parte já da imagem (negativa) que o brasileiro tem de si mesmo e da língua falada por aqui [...] O que muitos estudos empreendidos por diversos pesquisadores têm mostrado é que os falantes das variedades linguísticas desprestigiadas têm sérias dificuldades em compreender as mensagens enviadas para eles pelo poder público, que se serve exclusivamente da língua-padrão [...] A discriminação social começa, portanto, já no texto (Bagno, 1999, p. 13-16).

Tal funcionamento implica pensar em como o etarismo se apropria da linguagem para subjugar a pessoa idosa no tecido social sul-mato-grossense. Em outras palavras, entende-se que o uso de termos estigmatizantes – que serão analisados no *corpus* desta pesquisa – não constitui mero deslize comunicativo ou inocência vocabular. Trata-se, por outro lado, de uma violência simbólica ativa, por meio da qual a idade é utilizada para categorizar e dividir as pessoas de maneira a causar prejuízos e desvantagens.

Ainda nessa discussão, pode-se dizer que o preconceito linguístico materializa o preconceito discursivo delineado por Orlandi (2017). Enquanto a ideologia etarista dita que o idoso é “incapaz”, é o preconceito linguístico que fornece as palavras – como o diminutivo infantilizador “tadinhos” ou o adjetivo desqualificador “teimoso” – para que o sujeito, nas redes sociais, execute esse silenciamento. A língua, portanto, funciona como a materialidade que transporta e legitima a invisibilidade do sujeito idoso nas interações sociais.

Dessa forma, compreende-se que o preconceito discursivo não se dá apenas na agressão direta, mas na naturalização de sentidos que apagam a historicidade e a dignidade do sujeito. Quando essa dinâmica é transposta para as redes sociais digitais, essa violência encontra novos mecanismos de circulação para se manter opaca, e é nesse contexto que o humor atua como um escudo ideológico. Ao investigar a comunicação e a sustentabilidade humana no Instagram, Silva *et al.* (2026, p. 17-18) demonstram que o etarismo se disfarça de entretenimento para garantir sua aceitação social:

Ao examinar as dinâmicas de construção e disseminação de conteúdos estereotipados sobre pessoas idosas no contexto digital, evidencia-se como o humor pode ser utilizado como mecanismo mascarado para legitimar representações simplistas e generalizantes. A análise de conteúdo revelou que a página ‘Idosos Confusos’ recorre ao humor para atrair seguidores e gerar interações; contudo, por trás de sentidos jocosos, observa-se a circulação e a manutenção de estereótipos.

A partir do dispositivo teórico-analítico da Análise do Discurso de linha francesa, e dos postulados de Orlandi (2009), o fenômeno descrito pelos autores evidencia a força da formação ideológica na internet. Nesse espaço, o humor funciona como um dispositivo de apagamento, pois cria uma ilusão de inocência para o sujeito enunciador (“é apenas uma piada”), enquanto, na materialidade do discurso, continua operando o silenciamento e a interdição da pessoa idosa. É essa mesma mecânica de preconceito discursivo, travestida de opinião ou deboche, que encontraremos materializada nos comentários da página do Campo Grande News, objeto da presente análise.

3.12 Resistência discursiva

No campo da AD, a resistência discursiva não é compreendida enquanto simples recusa ou negação: trata-se de um funcionamento discursivo que rompe a estabilidade da paráfrase, abre espaço para a polissemia e permite deslocamentos de sentido. Conforme Orlandi (2017, p. 97), a transformação do preconceito exige:

[...] abrir novos espaços de experiência e de significação para que haja deslocamentos, percursos de sentidos não experimentados. Para mudar algo em relação ao preconceito é preciso mudar as condições em que se produz, ou seja, é preciso que as práticas de significação não separem o homem do outro homem, mas, ao contrário, constitua-os em uma relação de solidariedade, de convivência, de uma diferença não verticalizada, mas co-extensiva. Desse modo, não nos iludimos com a ‘igualdade’ universal, e criamos espaços politicamente significados em suas diferenças.

Essa perspectiva sublinha que a resistência constrói ativamente novas relações e significações. Francine Mazière (2007, p. 55-56), ao discutir a heterogeneidade discursiva no trabalho de Pêcheux, explica que ela “[...] inclui a ‘heterogeneidade constitutiva’ [...] o humor, mas também a alteração e a contradição como o comum do discurso, permitindo desestabilizar a partir de dentro os universos ‘logicamente estabilizados’”. Essa capacidade

de alteração e contradição intrínseca ao discurso é um dos pilares para compreender a resistência.

Na mesma direção, Orlandi (2007, p. 113) afirma que o “discurso da resistência” opera um “[...] trabalho histórico do sentido sobre o discurso social”, que produz “uma espécie de reversão do discurso social, sem no entanto negá-lo” (Orlandi, 2007, p. 113). Sendo assim, a resistência discursiva é o funcionamento pelo qual o sujeito, mesmo interpelado ideologicamente, consegue deslocar sentidos e abrir espaço para outras significações.

Na perspectiva de Pêcheux (1990, p. 313), as formações discursivas são “[...] constitutivamente ‘invadida[s]’ por elementos que vêm de outro lugar”, sugerindo que a resistência não é uma fuga da ideologia, mas um reposicionamento dentro dela, por meio do qual o sujeito encontra fissuras para a emergência de outros sentidos.

Em relação à constituição do sujeito, Orlandi (2007, p. 65) sintetiza que, com o silêncio, torna-se “[...] possível o movimento da subjetividade em sua relação [...] com o discurso estabelecido”, permitindo que “outros sentidos [...] ganhem existência nesse silêncio” (Orlandi, 2007, p. 85). No contexto do etarismo, a resistência não significa que pessoas idosas se libertam completamente da discriminação, mas que conseguem deslocar sentidos, criar contradiscursos, se reposicionar como sujeitos ativos e protagonistas e reivindicar direitos.

Feita a ressalva, destaca-se que a resistência discursiva opera por meio de mecanismos como o de deslocamento de sentidos, de polissemia, de reposicionamento do sujeito e de contradiscursos. Em relação ao deslocamento de sentidos, observa-se que é possível que pessoas idosas reposicionem a palavra “idoso” de um sentido de exclusão para um sentido de resistência. Isso porque, enquanto hegemonicamente “idoso” corresponde a improdutivo, analógico e dependente, no âmbito das resistências, “idoso” pode passar a significar sábio, experiente, ativo e cidadão de direitos. Assim, esse deslizamento é um reposicionamento dentro do discurso, que abre espaço para novas significações.

Outra forma de resistência emerge com o funcionamento da polissemia. Segundo Orlandi (2007, p. 47), “[...] é a incompletude que produz a possibilidade do múltiplo, base da polissemia”, o que a torna um espaço no qual diferentes sentidos podem emergir, inclusive por meio de equívocos e contrassensos (Orlandi, 2007, p. 47).

No contexto do etarismo, a polissemia estratégica permite que pessoas idosas e movimentos sociais criem contradiscursos como os de “envelhecimento ativo” contra

“envelhecimento passivo”, “sabedoria das pessoas idosas” contra “idoso analógico” e “direitos das pessoas idosas” contra “dependência”.

Já por meio do reposicionamento em formações discursivas, a resistência permite que o sujeito trabalhe “sua relação com o dizível” (Orlandi, 2007, p. 126) e com o silêncio, assumindo distintas posições de sujeito.

No que diz respeito ao etarismo, as pessoas idosas podem alterar sua posição de: sujeito passivo e vítima de discriminação para sujeito ativo e agente de mudança; sujeito silenciado para sujeito que fala e é ouvido; e sujeito excluído para sujeito que reivindica direitos. Conforme foi afirmado anteriormente, a resistência também pode se manifestar por meio de contradiscursos que desafiam formações discursivas hegemônicas. Em Campo Grande (MS), contradiscursos sobre etarismo incluem diversas iniciativas que buscam subverter os sentidos naturalizados da exclusão de pessoas idosas. A campanha “Junho Prata”, instituída pela Lei Estadual nº 5.215 de 2018, no Estado de Mato Grosso do Sul, é um exemplo notável de resistência discursiva que se alinha a um movimento global. Sua origem está no reconhecimento internacional da necessidade de combater a violência contra pessoas idosas, formalizado pela International Network for the Prevention of Elder Abuse (INPEA) com a criação do Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa em 15 de junho de 2006 (INPEA, 2006), posteriormente endossado pela Resolução 66/127 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2011 (Nações Unidas, 2011).

Reforçando esse esforço em nível municipal, a Lei Municipal nº 6.847, de 30 de maio de 2022, institui o Dia Municipal de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, a ser comemorado anualmente também em 15 de junho. Essa legislação, que integra o Calendário Oficial de Eventos do Município, tem como objetivo central a “[...] sensibilização popular quanto à importância de se manifestar contra os abusos e sofrimentos infligidos às gerações mais velhas, com a realização de ações de caráteres sociais e educacionais integradas entre o poder público, no âmbito municipal” (Campo Grande, 2022).

As leis citadas emergem como potentes contradiscursos frente ao etarismo. Ao promoverem suporte teórico por meio de “[...] palestras, cursos, workshops e quaisquer outras atividades que possam contribuir para ações” (Mato Grosso Do Sul, 2018), com o objetivo de “[...] sensibilizar e de envolver a população no combate à violência contra as pessoas com 60 (sessenta) anos ou mais” (Mato Grosso Do Sul, 2018), essas iniciativas podem operar um significativo deslocamento de sentidos.

Dessa forma, em tais ações coordenadas, há um confronto direto com as formações discursivas etaristas que naturalizam a exclusão e a invisibilidade das pessoas idosas. Tal movimento abre espaço para a circulação de sentidos que enfatizam a dignidade, o direito à participação e o valor social dos mais velhos. Isso se manifesta como uma polissemia estratégica, ressignificando o envelhecimento de uma condição de “peso” ou “improdutividade” para um estágio da vida que exige respeito e proteção, firmando a pessoa idosa como um “sujeito de direitos”.

Em última instância, busca-se o reposicionamento do sujeito, transformando-o de um objeto passivo de violência em um cidadão ativo e protagonista, cujos direitos são garantidos, cujas vozes são ouvidas e valorizadas e que efetivamente combate o silenciamento histórico. Essa modificação pode ser fortalecida por movimentos sociais que reivindicam direitos das pessoas idosas, além de discursos de pessoas idosas que se recusam a aceitar a marginalização e de pesquisas acadêmicas que desafiam sentidos etaristas. Como aponta Orlandi (2017, p. 98), a verdadeira transformação reside na capacidade de transcender o âmbito puramente discursivo para o social:

O que pode levar a uma transformação é a produção desse espaço social de convivência, politicamente significado e que afete a ideologia da divisão e do fechamento, da segregação do ‘outro’. A sociedade tem que expandir o espaço público, sem dividir o lugar comum.

Essa visão robustece a compreensão de que a resistência não é um fim em si, mas um meio para a construção de uma sociedade mais inclusiva e menos segmentada pela ideologia da divisão.

3.13 Arcabouço teórico-discursivo para a análise do etarismo

A partir das discussões efetuadas ao longo do capítulo, é possível perceber que os conceitos apresentados não funcionam isoladamente, mas formam uma rede integrada na qual cada elemento se articula com os outros. Assim, em síntese, entende-se que o discurso etarista é produzido por um sujeito interpelado ideologicamente por formações que naturalizam a exclusão de pessoas idosas. Esse sujeito não é origem de seu dizer etarista, mas efeito de processos discursivos que o constituem.

O discurso etarista, por sua vez, é produzido em condições de produção específicas, que envolvem o contexto econômico de exclusão do mercado de trabalho, o contexto político

de marginalização e o contexto digital de circulação de discursos discriminatórios, por exemplo. Essas condições incluem, ainda, o interdiscurso, isto é, o conjunto de dizeres anteriores sobre envelhecimento que retornam por meio da memória discursiva. Assim, o discurso etarista funciona dentro de formações discursivas que determinam o que pode ser dito sobre idosos.

A ideologia, por sua vez, naturaliza esses sentidos, fazendo parecer que a exclusão de pessoas idosas é natural, necessária e óbvia. Ela se materializa em enunciados que produzem efeitos que funcionam na tensão entre paráfrase, com a estabilidade do sentido etarista, e polissemia, com a possibilidade de deslocamento).

Já o silenciamento é um mecanismo fundamental que funciona em todos esses níveis, excluindo vozes de pessoas idosas e produzindo o que pode ser dito sobre envelhecimento. O preconceito discursivo é o resultado desse funcionamento integrado que hierarquiza, exclui e fortalece estereótipos.

A resistência discursiva, por fim, abre espaço para a polissemia, reposiciona sujeitos e cria contradiscursos que desafiam formações discursivas hegemônicas. Na perspectiva de Orlandi (2003, 2007), a Análise do Discurso integra a mencionada rede conceitual, na qual o discurso, o sujeito, a ideologia, a memória, o silenciamento, o preconceito e a resistência funcionam conjuntamente na produção de sentidos.

4 CORPUS

4.1 O *Corpus* em Perspectiva: Instagram, Acidente e Discurso no Espaço Geossocial de Campo Grande

Delineando o caminho percorrido, a constituição do corpus se deu mediante a busca criteriosa por materialidades que abordavam o etarismo. Ao voltar o olhar para a plataforma digital do Instagram, especificamente para o perfil do jornal Campo Grande News, identificou-se um post publicado no dia 09 de agosto de 2025, o qual noticia um acidente com dois idosos. Diante do exposto, os comentários que emergem da referida publicação ensejam uma análise centrada nos discursos que produzem estereótipos sobre pessoas idosas.

Para explicitar a lógica que norteia a escolha dos recortes e a forma de tratamento dos dados nesta etapa, recorre-se à reflexão de Rodrigues (2010, p. 70) sobre a construção metodológica na AD:

[...] Pode-se, assim, considerar que a proposta metodológica é uma construção do analista que possui como princípio norteador colocar questões e a problematização no confronto com os dados, o que leva a considerar a possibilidade de abstração metodológica como resultado analítico. Em face dessa problematização surge a ‘entrada’ do analista na ‘descoberta’ e na ‘construção’ da metodologia.

Apoiando-se na Análise de Discurso de linha francesa como arcabouço metodológico, compreende-se que o texto, enquanto materialidade empírica, não revela seus sentidos de forma transparente. Nas palavras de Eni Orlandi (2003, p. 66),

[...] O objeto discursivo não é dado, ele supõe um trabalho do analista e para se chegar a ele é preciso, numa primeira etapa de análise, converter à superfície linguística (o corpus bruto), o dado empírico, de um discurso concreto, em um objeto teórico, isto é, um objeto linguisticamente de-superficializado, produzido por uma primeira abordagem analítica que trata criticamente à impressão de ‘realidade’ do pensamento, ilusão que sobrepõe palavras, idéias e coisas.

Com base nesse escopo, identificou-se, na plataforma digital Instagram, especificamente no perfil do jornal Campo Grande News, @campograndenews, um post que noticia o acidente com um casal de idosos, intitulado “Pessoa idosa tenta passar por rua em obras e cai com o carro em buraco”. Convém salientar que a matéria foi publicada em 09 de

agosto de 2025. Conforme a postagem, o site Campo Grande News³ tentou contato com a Sisep (Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos) e enviou um e-mail à Prefeitura da Capital para obter mais informações sobre a obra.

Para melhor situar a materialidade do *corpus*, cabe registrar que o Instagram, lançado em 2010, rapidamente se estabeleceu como uma plataforma digital de grande popularidade. Inicialmente concebida para o compartilhamento de imagens e uso em dispositivos móveis, a rede social evoluiu para incorporar o compartilhamento de vídeos, transmissões ao vivo, mensagens privadas e a funcionalidade de hashtags para tornar o conteúdo pesquisável.

Além disso, a rede social permite a inclusão de múltiplas mídias em uma única publicação, como também oferece o recurso de “histórias” (stories), que disponibiliza o conteúdo publicado por 24 horas, facilitando diversas formas de comunicação entre os usuários, com variações em privacidade, formalidade e níveis de interação (Francisco-Junior; Santos, 2024, p. 2). No perfil recortado, a imagem utilizada na publicação foi a seguinte:

Figura 3 – Post do Campo Grande News sobre acidente com idosos



Fonte: Campo Grande News (2025).

³ Que pode ser acessado em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/idoso-tenta-passar-por-rua-em-obras-e-cai-com-o-carro-em-um-buraco>. Acesso em: 10 ago. 2025.

Como se observa na Figura 3, a qual representa uma chamada para o vídeo “Direto das Ruas⁴⁴”, o condutor do veículo tenta desviar de um buraco entre a calçada e a rua e acaba tombando. Conforme informações divulgadas pelo jornal, o casal utilizava o carro para anunciar seu comércio na Rua Antônio Alves Medeiros e o acidente ocorreu perto da Avenida Barbosa Rodrigues, no bairro Bosque das Araras. Na legenda da postagem, é possível ler os seguintes dizeres:

Um casal de idosos, de 65 e 63 anos, sofreu um acidente na manhã deste sábado, 9 de agosto de 2025, ao tentar passar por uma rua em obras no Bairro Bosque das Araras, em Campo Grande. O carro, um Ford Ka, caiu em um buraco, mas as vítimas não tiveram ferimentos graves.

Para que a análise não se limite à superfície do conteúdo, é fundamental mobilizar o conceito de Ageismo Institucional. À luz dessas considerações, a *Encyclopedia of Ageism* de Palmore, Branch e Harris (2005, p. 17) elucida que esse fenômeno abrange as “normas sociais, políticas e práticas institucionais que restringem injustamente as oportunidades e prejudicam sistematicamente indivíduos em função da idade”. Depreende-se, portanto, que o foco discursivo na “incapacidade” do condutor em detrimento da falha na sinalização da prefeitura é o efeito de uma estrutura que naturaliza a exclusão e o risco para as gerações mais velhas.

Ainda de acordo com informações divulgadas na publicação, a obra está parada há três meses devido à rescisão de contrato com a empresa vencedora da licitação, que não cumpriu as cláusulas. O servidor da prefeitura entrevistado para a produção do texto jornalístico também mencionou que a rua possui sinalização com cones, mas esses objetos são “constantemente furtados”⁴⁴.

Nessa esteira, o espaço de comentários no Instagram não se constitui como mera reverberação passiva da notícia, mas como espaço discursivo no qual formações ideológicas distintas se confrontam, articulam-se e disputam a hegemonia dos sentidos sobre o envelhecimento.

Além disso, ressalta-se que episódio descrito não ocorre em um local neutro. A cidade de Campo Grande, enquanto lócus geossocial desta pesquisa, possui uma formação

⁴⁴ Conforme informações disponibilizadas em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/idoso-tenta-passar-por-rua-em-obras-e-cai-com-o-carro-em-um-buraco>. Acesso em: 10 ago. 2025.

histórica, política e cultural singular que a distingue das demais capitais brasileiras e que, por isso mesmo, condiciona as práticas discursivas que nela circulam.

Attianesi e Passamani (2018), ao investigarem o processo de constituição de Campo Grande de arraial a capital, demonstram que a identidade urbana da cidade foi forjada por elementos rurais e pelo agronegócio, produzindo uma urbanidade peculiar em uma capital de porte médio cuja gênese e desenvolvimento escapam aos moldes clássicos das metrópoles brasileiras. Nas palavras dos autores,

[...] Aqui se observou como existe uma particularidade no que diz respeito à formação de Campo Grande enquanto cidade e depois como capital de estado. Sobressai, ainda, no antigo Arraial de Santo Antônio de Campo Grande de Vacaria, um urbano forjado pelo rural, são os olhos e os braços do campo que criaram a ‘cidade grande’ e as suas ‘mãos’ ainda passeiam pelas suas ruas e avenidas. Portanto, a cidade formada pelo movimento político por autonomia de grandes latifundiários da região, a cidade dos filhos dos fazendeiros que haviam ido para os grandes centros de formação do país, continua a carregar uma urbanidade esculpida pelo agronegócio. Temos, então, um urbano pra lá de rural (Attianesi; Passamani, 2018, p. 66).

Esse cenário – uma capital cuja urbanidade foi esculpida pelo campo, marcada por contradições entre modernização seletiva e segregação socioespacial – é o pano de fundo concreto no qual o episódio do casal de idosos e, mais amplamente, os discursos sobre a pessoa idosa se inscrevem. A compreensão desse lócus geossocial permite situar as condições de produção dos enunciados que constituem o *corpus* desta pesquisa, preparando o terreno para a análise discursiva que se segue.

5 ANÁLISES

Antes de adentrar a análise discursiva dos enunciados propriamente ditos, cumpre retomar, ainda que brevemente, o quadro geossocial delineado no Capítulo 1. Ali se demonstrou que a urbanização de Campo Grande não se deu de forma homogênea: ao lado do discurso de progresso e da "Cidade Morena", consolidou-se uma segregação socioespacial que produziu, nos termos de Attianesi e Passamani (2018, p. 63), "uma outra Campo Grande" — a das periferias distantes do centro, das carências infraestruturais e das vulnerabilidades socioeconômicas. É precisamente nesse território cindido que se assenta o acidente que origina o *corpus* desta pesquisa: uma rua em obras paralisadas há três meses, com sinalização insuficiente e constantemente furtada, conforme já apontado na seção 4.1. Essa precariedade material não é um dado circunstancial, alheio à análise discursiva, mas uma condição de produção geossocial no sentido estrito do termo: é o próprio chão desigual da cidade que autoriza, a um só tempo, o acidente e o discurso que o interpreta. Ao longo deste capítulo, busca-se evidenciar, enunciado por enunciado, como esse mesmo chão urbano segue silenciado nas leituras etaristas que responsabilizam exclusivamente a pessoa idosa pelo evento, apagando a responsabilidade pública pela manutenção da via.

5.1 Discurso de estereótipos de pessoas idosas

Manoel de Barros (2016) escreve que “desaprender oito horas por dia ensina os princípios”. Tal como sua poesia sugere, o saber se constrói também pelo (des)fazer, e a presente pesquisa propõe um movimento análogo: desaprender o olhar etarista para reaprender a ver a pessoa idosa em sua autonomia e diversidade.

Esse gesto de desaprender encontra, na Análise do Discurso, um instrumental teórico preciso, na medida em que a teoria nos convida a suspender a evidência dos sentidos — aquilo que parece “natural” ou “óbvio” — para interrogar como os discursos produzem efeitos de verdade. É nessa direção que a presente seção se volta para os estereótipos que incidem sobre as pessoas idosas, examinando não apenas o que se diz, mas como se diz e que sentidos se cristalizam nesse dizer.

A construção discursiva da velhice como um período de declínio e incapacidade, frequentemente, desloca a responsabilidade do contexto e das falhas estruturais para a

condição etária intrínseca do sujeito. Esta operação ideológica revela como a linguagem reflete, molda e naturaliza preconceitos.

Ao nos debruçarmos sobre os comentários que emergem da postagem do *Campo Grande News* sobre o acidente envolvendo o casal de idosos, é fundamental ressaltar a lente metodológica pela qual estas observações são interpretadas. Longe de buscar um sentido “oculto” ou uma intenção direta, a Análise do Discurso se distancia da mera extração de conteúdos superficiais, como afirmado anteriormente. Na esteira do pensamento de Eni Orlandi (2003, p. 17), em *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*,

A análise de conteúdo, como sabemos, procura extrair sentidos dos textos, respondendo à questão: o que este texto quer dizer? Diferentemente da análise do conteúdo, a análise do Discurso considera que a linguagem não é transparente. Desse modo ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como este texto significa?

Perante o exposto, a análise direciona-se não meramente ao conteúdo explícito, mas principalmente a como esses dizeres são construídos, como produzem sentido e como se inserem em formações discursivas que revelam e reforçam estereótipos sobre a velhice, muitas vezes de maneira não intencional ou inconsciente pelos locutores.

Dessa maneira, é imperativo observar que a violência discursiva identificada nos comentários do *Instagram* não se limita à superfície do texto, mas promove a internalização dos estereótipos por parte do sujeito idoso. Com o enunciado que afirma que o sujeito “não deveria mais dirigir”, o indivíduo pode ser levado a acreditar em sua própria incapacidade, fenômeno que Palmore, Branch e Harris (2005, p. 97) definem como uma “profecia autorrealizável”. Sob esse prisma, o idoso pode passar a agir de modo a confirmar o estigma social, autolimitando sua autonomia sob a crença de uma inaptidão que é, primordialmente, uma construção ideológica.

Nesse cenário, para desvelar as raízes dessa construção, é preciso confrontar a subjetividade da incapacidade com o avanço civilizatório dos direitos. Em sua obra *A Era dos Direitos*, Bobbio (2004) argumenta que, assim como os direitos, a própria percepção das condições humanas e sociais é um produto da civilização, e não de uma essência inquestionável. O autor afirma que “[...] os direitos ditos humanos são o produto não da natureza, mas da civilização humana; enquanto direitos históricos, eles são mutáveis, ou seja, suscetíveis de transformação e de ampliação” (Bobbio, 2004, p. 6).

Ao transpor essa lógica para a velhice, infere-se que a construção discursiva da velhice como um período de declínio e incapacidade não é um dado natural, mas uma interpretação culturalmente forjada e historicamente contingente. Essa visão se alinha à ideia de que as características atribuídas a um grupo social, como as pessoas idosas, são reflexos de contextos e ideologias, e não verdades universais.

Ademais, Bobbio (2004) demonstra como a exigência por direitos específicos para grupos vulneráveis, incluindo pessoas idosas, é um fenômeno que emerge diretamente das transformações sociais e do progresso. A necessidade de “proteção dos velhos” não é um reconhecimento de uma incapacidade inerente, mas uma resposta às mudanças demográficas e aos avanços civilizatórios. Segundo o estudioso,

[...] Para darmos um exemplo de grande atualidade, a exigência de uma maior proteção dos velhos jamais teria podido nascer se não tivesse ocorrido o aumento não só do número de velhos, mas também de sua longevidade, dois efeitos de modificações ocorridas nas relações sociais e resultantes dos progressos da medicina (Bobbio, 2004, p. 69).

Essa citação destaca que as demandas por direitos e proteções para as pessoas idosas são respostas dinâmicas a contextos sócio-históricos específicos – como o aumento da longevidade – e não apenas a uma condição etária pré-determinada. Assim, o etarismo, ao ignorar essas modificações e perpetuar estereótipos, impede o avanço na efetivação de direitos que são, por sua natureza, produtos da civilização em evolução.

Ainda, na complexidade do reconhecimento dos direitos, Bobbio (2004) estabelece uma distinção essencial entre a universalidade dos direitos de liberdade e a especificidade necessária para a efetivação dos direitos sociais e políticos. O autor aponta que

[...] Essa universalidade (ou indistinção, ou não-discriminação) na atribuição e no eventual gozo dos direitos de liberdade não vale para os direitos sociais, e nem mesmo para os direitos políticos, diante dos quais os indivíduos são iguais só genericamente, mas não especificamente. Com relação aos direitos políticos e aos direitos sociais, existem diferenças de indivíduo para indivíduo, ou melhor, de grupos de indivíduos para grupos de indivíduos, diferenças que são até agora (e o são intrinsecamente) relevantes (Bobbio, 2004, p. 65).

A construção discursiva da velhice como um período de declínio e incapacidade, frequentemente, desloca a responsabilidade do contexto e das falhas estruturais para a condição etária intrínseca do sujeito. Essa operação ideológica revela que a linguagem reflete, molda e naturaliza preconceitos. Ao mesmo tempo, é fundamental contrapor essa

construção social com a realidade jurídica e institucional que, em muitos aspectos, reconhece a capacidade individual independentemente da idade.

No processo de condução veicular, por exemplo, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) estabelece critérios objetivos para a habilitação de condutores, conforme delineado nos Artigos 140 e 147, que regem a primeira habilitação e a renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), respectivamente. Esses artigos certificam que, uma vez aprovados nos exames pertinentes, os indivíduos, sejam jovens ou idosos, são legalmente considerados aptos a dirigir, desafiando a premissa de uma incapacidade intrínseca à velhice. Essa dicotomia entre o discurso social e a validação legal auxilia desvelar as complexidades do etarismo.

A mencionada diferenciação é a chave para a compreensão das políticas voltadas para a pessoa idosa. Ela sugere que o tratamento diferenciado, em termos de acesso a direitos sociais como saúde, assistência e participação, não busca reforçar a “incapacidade”, mas, sim, reconhecer particularidades que são “intrínsecas e relevantemente” distintas para grupos etários. O etarismo, por outro lado, transforma essas diferenças relevantes em bases para a discriminação e exclusão

[...] que circula sem sustentação em condições reais, mantida por um imaginário atravessado por um poder dizer que silencia sentidos na base do próprio processo de significação. [...] Os mesmos fatos, coisas e seres têm sentidos diferentes, de acordo com as suas condições de existência e de produção. No entanto, há um imaginário social que vai constituindo direções para esses sentidos, hierarquizando-os, valorizando uns em detrimento de outros, de acordo com as relações de força e de poder que presidem a vida social, e a relação com a alteridade (Orlandi, 2017, p. 94).

De acordo com o referencial teórico adotado:

Compreender é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música etc) produz sentidos. [...] A compreensão procura a explicitação dos processos de significação presentes no texto e permite que se possam ‘escutar’ outros sentidos que ali estão, compreendendo como eles se constituem. [...] a Análise do Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos (Orlandi, 2003, p. 26).

Em consonância com os pressupostos em questão, a seleção do *corpus* não é aleatória, mas se dá pela construção de um olhar dirigido. Como Orlandi (2003, p. 27) esclarece, a eficácia da interpretação reside na articulação entre a postura do pesquisador e o arcabouço mobilizado, uma vez que

Face ao dispositivo teórico da interpretação, há uma parte que é da responsabilidade do analista e uma parte que deriva da sua sustentação no rigor do método e no alcance teórico da Análise de Discurso. O que é de sua responsabilidade é a formulação da questão que desencadeia a análise. [...] Daí dizermos que o dispositivo teórico é o mesmo, mas os dispositivos analíticos, não. O que define a forma do dispositivo analítico é a questão posta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da análise.

Sob essa perspectiva, o dispositivo analítico aqui é individualizado para analisar os comentários da postagem do *Campo Grande News*. A questão que desencadeia esta análise – o modo como a velhice é significada como incapacidade – exige que se mobilizem conceitos específicos para interrogar o material. Assim, a natureza dos comentários e a finalidade da análise guiam o recorte dos enunciados, validando a singularidade desta interpretação frente a outras possíveis.

Essa responsabilidade do analista em formular a questão e mobilizar os conceitos adequados permite-nos cruzar a fronteira da linguística para o campo social e jurídico. Ao se questionar o “como” o discurso sobre a pessoa idosa produz sentidos de declínio, inevitavelmente se esbarra na necessidade de confrontar esse imaginário com a evolução civilizatória descrita por Norberto Bobbio (2004).

A transição entre o reconhecimento jurídico da capacidade, defendido por Bobbio (2004), e a estigmatização observada nos comentários do *Campo Grande News* exige uma compreensão do que define o enunciado nesta pesquisa. Conforme aponta Siqueira (2017, p. 124), a existência de um dizer está atada a relações de força que o tornam único em dada conjuntura:

O que faz desta frase um enunciado é justamente a presença desses lugares de fala e das relações de poder existente entre aqueles que falam, pois assim, este enunciado passa a ser raro, único, passa a ser o escolhido entre tantos outros para ser dito num momento específico.

Essa característica de raridade permite que o sentido do envelhecer não seja algo fixo, mas fluido e sujeito a deslocamentos ideológicos. É preciso considerar que o enunciado carrega em si a possibilidade de mudança conforme o contexto em que é proferido, pois “[...] Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de descolar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (Siqueira, 2017, p. 128).

Nesse horizonte interpretativo, em que o envelhecer é compreendido como possibilidade de significação e não como simples decadência biológica – tal como ressalta Siqueira (2017), ao enfatizar o caráter plural e historicamente situado dessa experiência –

torna-se necessário analisar como certos discursos atuam de modo a reduzir essa complexidade, estabilizando sentidos e confinando a velhice a posições identitárias empobrecidas.

Ao tratar do processo de significação, Orlandi (2007) desmonta a crença de que existiria um “sentido natural” associado aos sujeitos ou aos corpos. Para a autora, a aparente obviedade com que certos comentários atribuem aos idosos características como lentidão, incapacidade visual, teimosia ou inadequação ao volante decorre de um regime de literalidade historicamente construído. Esse regime produz efeitos de evidência que naturalizam determinados modos de dizer e de interpretar.

Nessa perspectiva, a noção de literalidade como efeito ideológico se torna decisiva para compreender o funcionamento do etarismo nos enunciados analisados. Como afirma Orlandi (1986, p. 76), “[...] Tendo esses processos como referência e de acordo com a teoria do discurso, temos proposto que a literalidade seja considerada como efeito (ideológico) do discurso”. Assim, quando emerge a interpretação de que o acidente ocorreu “por causa da idade”, não se trata de uma constatação empírica, mas da ativação de um sentido dominante, reiterado ao longo do tempo, que fixa o idoso em uma posição de insuficiência. Esse processo é descrito pela autora como um movimento de dominância, pois, “[...] dado o processo de institucionalização dos sentidos na interlocução, pela relação existente entre as diferentes formações discursivas [...], um se torna dominante e adquire o estatuto de literalidade” (Orlandi, 1986, p. 76).

A dominância opera de tal modo que o corpo idoso aparece como naturalmente deficiente. Assim, desaparecem a singularidade do sujeito, as condições reais do evento e qualquer nuance interpretativa que permita incluir elementos estruturais, contextuais ou materiais. O que permanece é a paráfrase reiterada – a repetição de um mesmo núcleo semântico, sempre retornando ao vínculo entre velhice e inaptidão.

De acordo com Orlandi (1986, p. 76), “A tensão entre esses dois processos institui a diferença entre a produtividade – reiteração (paráfrase) de processos cristalizados na linguagem – e a criatividade – a instituição do novo (polissemia) pela ruptura do processo de produção dominante”. Os comentários analisados evidenciam a prevalência da paráfrase: os sentidos não se renovam, apenas retornam ao já-dito que constitui a memória discursiva do etarismo. Trata-se de um campo discursivo sedimentado, que se atualiza sempre que o corpo idoso é convocado à cena discursiva como causa presumível de um acontecimento negativo.

Essa estabilização também é reforçada por enunciados irônicos, cuja função não é tensionar criticamente o sentido dominante, mas intensificá-lo por meio da ridicularização. Nesse ponto, as reflexões de Orlandi (1986, p. 87) sobre a ironia como tipo de discurso revelam outro aspecto essencial: “Para ter efeito irônico, o discurso deve instaurar alguma coisa de insólito, de incongruente, pressupondo a congruência e solidez do senso-comum”. Por outro lado, no *corpus* analisado, essa incongruência não é usada para questionar o estereótipo, mas para reforçá-lo. A ironia não abre brechas de polissemia – ao contrário, funciona como instrumento de intensificação da violência simbólica, jogando com o senso comum para ridicularizar o idoso.

Por fim, a compreensão desse funcionamento exige considerar as condições de produção, categoria que permite entender por que determinadas leituras emergem e se sustentam socialmente. Como discorre a autora citada, “De um lado, historicamente, o sentido instituído como dominante entra como tal nas condições de produção dos diferentes discursos” (Orlandi, 1986, p. 82). É nesse entrelaçamento entre condições de produção, dominância e literalidade que se compreende a força com que o corpo idoso é significado nos enunciados: não como sujeito de direitos, trajetórias e experiências múltiplas, tal como sugerido por Siqueira (2017), mas como objeto de um imaginário restritivo que reduz a complexidade da velhice.

Assim, a análise discursiva evidencia que o etarismo não se constitui como opinião individual ou julgamento circunstancial, mas como parte de um sistema de significação que constrói e, simultaneamente, destrói sentidos sobre o envelhecer, operando violências que atravessam tanto a linguagem quanto as práticas sociais.

5.2 Nota metodológica sobre recorte etário do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul (DETRAN-MS)

Considerando o tema deste estudo, é imperativo esclarecer a dissonância entre o marco legal e a disponibilidade de dados estatísticos. Embora a legislação pátria – consubstanciada na Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa) – defina como idosa a pessoa com idade igual ou superior a 60 anos, o painel de dados do DETRAN-MS adota uma granularidade que não se ajusta com precisão a esse comando normativo.

Frente à proposição, elucida-se que a plataforma estadual de trânsito agrupa os condutores em faixas que saltam de “56 a 61 anos” para “62 a 67 anos”. Tal configuração impõe uma limitação que gera uma lacuna de percepção: os condutores de 60 e 61 anos

permanecem invisíveis como pessoas idosas nos dados brutos, sendo contabilizados em um grupo que abrange pessoas ainda não amparadas pelo Estatuto, como se percebe a seguir:

Figura 4 – *Print screen* da plataforma estadual de trânsito

The image shows a web interface for selecting age groups. At the top, there is a search bar labeled 'Etária'. Below it, a list of age ranges is displayed with checkboxes. The first four options are checked: '62 a 67 anos', '68 a 73 anos', '74 a 79 anos', and 'Acima de 80 anos'. The remaining options are unchecked: '18 a 25 anos', '26 a 31 anos', '32 a 37 anos', '38 a 43 anos', '44 a 49 anos', '50 a 55 anos', and '56 a 61 anos'. Below the age selection, there is a section labeled 'Categoria da CNH' which is currently empty. Underneath that, there is a search bar labeled 'Sexo do Condi' with two checked options: 'Feminino' and 'Masculino'. At the bottom of the interface, there is a logo for the 'GOVERNO DE Mato Grosso do Sul'.

Fonte: DETRAN-MS (2025).

Em virtude dessa limitação técnica, este estudo utiliza o recorte a partir dos 62 anos como marcador para a contextualização em Campo Grande, ressaltando-se que: a escolha é meramente procedimental, ditada pela estrutura de dados do órgão de trânsito. Não obstante, tal medida não substitui o recorte de 60 anos adotado como base teórica e jurídica nesta dissertação; de modo que a ausência de desagregação para os condutores de 60 e 61 anos reforça a necessidade de investigar como as instituições ainda falham em refletir as balizas do Estatuto da Pessoa Idosa em seus sistemas de monitoramento.

Essa constatação estatística abre espaço para uma reflexão de ordem discursiva. Cabe perguntar por que o DETRAN-MS adota justamente essa granularidade – que agrupa “56 a 61 anos” e “62 a 67 anos” – em vez de uma segmentação alinhada ao marco dos 60 anos fixado pelo Estatuto da Pessoa Idosa. A plataforma consultada (Figura 4) não apresenta justificativa para esse critério classificatório, o que torna a própria ausência de explicação institucional um dado relevante para a problematização: sem que o órgão explicita os critérios que orientam essa divisão etária, não é possível afirmar as razões exatas de sua adoção, mas é possível observar e problematizar seu efeito discursivo concreto: a incompatibilidade entre o dado administrativo e o marco jurídico não é um detalhe irrelevante, mas um indício da defasagem entre as condições de produção do discurso

jurídico – que institui o sujeito idoso a partir dos 60 anos – e as condições de produção do discurso estatístico-administrativo, que segue outra lógica classificatória.

Sob esse ângulo, e retomando o conceito de silenciamento discutido no Capítulo 3 desta dissertação, é possível afirmar que esse recorte etário funciona, ele próprio, como uma forma de silenciamento. Não se trata do silêncio constitutivo, que funda sentidos ao excluir outros de modo estruturante, mas de um silêncio de ordem mais local: aquele que emerge de uma organização classificatória e que, sem proibir explicitamente o dizer, produz efeito semelhante de apagamento ao tornar estatisticamente indizível a existência do condutor idoso de 60 e 61 anos como tal. Ao serem contabilizados em uma faixa que se estende até os 61 anos junto a sujeitos ainda não abrangidos pelo Estatuto, esses condutores são, discursivamente, subsumidos a uma categoria que os invisibiliza enquanto pessoas idosas: o dado os enuncia, mas os enuncia dentro de uma faixa etária que integra idosos e não idosos, contradizendo a própria letra da lei, na sua classificação. Retomando a formulação de Orlandi (2007, p. 54) de que a produção verbal serve para a administração do sentido, é possível estender esse raciocínio à produção numérica: a administração do dado estatístico também administra sentidos, decidindo quem se torna visível – e enumerável – como sujeito idoso e quem permanece à margem dessa contagem.

Essa invisibilização estatística possui implicações que extrapolam o âmbito metodológico. Se, conforme discutido no Capítulo 3, o silenciamento é um mecanismo que naturaliza exclusões ao criar espaços vazios preenchidos por sentidos hegemônicos, é razoável supor que a ausência de dados desagregados para os 60 e 61 anos contribui também para invisibilizar as demandas específicas desse grupo, uma vez que um sujeito que não aparece no dado dificilmente aparece na formulação de políticas públicas voltadas à sua condição. Assim, o recorte etário do DETRAN-MS, aparentemente uma questão de ordem técnica, apresenta um ponto de articulação entre discurso, poder e gestão de sentidos, reforçando o argumento central desta pesquisa de que o etarismo pode operar também nas engrenagens, aparentemente neutras, da produção de dados oficiais.

5.3 Pessoas idosas condutoras em Campo Grande (MS)

Sob o viés da análise discursiva, torna-se imperativo situar os enunciados em sua realidade material. Em consonância com os dados tabulados pelo DETRAN-MS (2025), verifica-se que o município registra um universo de 83.605 condutores habilitados. Desses,

8.681 são pessoas idosas, considerando a faixa a partir dos 62 anos, o que representa 10,38% do total de motoristas da capital. Ademais, ressalta-se que esse contingente exerce ativamente seu direito à mobilidade, operando não apenas veículos leves ligados à Categoria B, mas também veículos de grande porte e transporte de passageiros, associados às Categorias D e E.

A partir dessas constatações, depreende-se que tal realidade numérica torna o discurso etarista – que prega o fim da direção para a pessoa idosa – algo ainda mais violento. Isso porque há um embate direto entre a concretude dos dados – os milhares de idosos aptos e habilitados – e o preconceito, a partir do imaginário que os relega à incapacidade.

5.4 Enunciado de base

No caso deste estudo, o ato de conduzir um veículo automotor, quando praticado por uma pessoa idosa, é alvo de uma deriva discursiva. O sentido de autonomia e liberdade, previsto pelo Código de Trânsito Brasileiro, descola-se para dar lugar ao sentido de incapacidade ou imprudência imposto pelo imaginário etarista, como se observa na Figura 5, a seguir:

Figura 5 – Comentário de publicação no Instagram

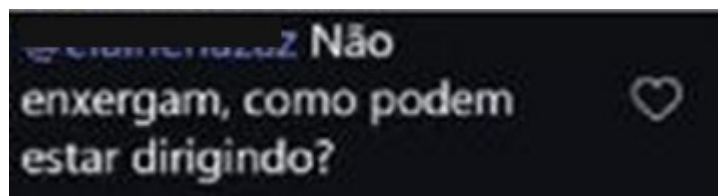


Imagem realizada pelo autor.

Nesse recorte, observa-se que o comentário “não enxergam, como podem estar dirigindo?” é um enunciado de base, pois materializa uma relação entre diferentes posições sociais na qual um sujeito inscrito numa formação discursiva “jovem” ou “apto” julga e silencia a posição do sujeito idoso, considerando-o como “inapto”. Para compreender como esse dizer funciona discursivamente, é necessário retomar que “[...]o objeto discursivo não é dado, ele supõe um trabalho do analista” (Orlandi, 2005, p. 65). Assim, vemos, na materialidade do questionamento de quem pode dirigir, o funcionamento parafrástico da negação, isto é, “o idoso não deveria mais dirigir”, inscrito numa formação discursiva

específica – aquela que, conforme Orlandi (2005, p. 42-43), “[...] determina o que pode e deve ser dito” em uma conjuntura sócio-histórica dada.

Neste caso, a formação discursiva é a do etarismo: um conjunto de regularidades que torna dizível o discurso da incapacidade do idoso, silenciando as possibilidades de sua autonomia. Tal enunciado materializa uma ideologia que torna possível “[...] a relação palavra/coisa” (Orlandi, 2005, p. 95), ou seja, que faz parecer “natural” que envelhecimento é igual incapacidade para dirigir. Além disso, o dizer não existe de maneira isolada: ele dialoga com uma rede interdiscursiva – isto é, com discursos médicos sobre declínio cognitivo, com campanhas de segurança viária, com narrativas midiáticas sobre acidentes envolvendo idosos – que o sustentam e o legitimam. Assim, quando um sujeito jovem inserido na lógica da aptidão profere que “o idoso não deveria mais dirigir”, ele não está simplesmente expressando uma opinião pessoal: ele está reproduzindo uma posição de sujeito determinada pela formação discursiva etarista, que o autoriza a julgar e silenciar a voz da pessoa idosa.

Quando esse enunciado é proferido no contexto de um acidente em Campo Grande, ocorre uma deriva de sentido: o ato de dirigir deixa de ser um exercício de autonomia garantido pelo Código de Trânsito Brasileiro e passa a ser lido, sob a ótica etarista, como um ato de imprudência inerente à idade. É importante observar, nesse movimento, que o silenciamento aqui é duplo: pelo recorte etário do DETRAN-MS, que torna estatisticamente invisíveis os condutores de 60 e 61 anos, e pelo interdiscurso que legitima a interdição da autonomia do sujeito idoso, independentemente de sua aptidão técnica comprovada pelos dados de habilitação vigentes.

Nesse horizonte interpretativo, o enunciado de base revela o funcionamento de uma posição-sujeito que se constitui pela não implicação em relação à experiência da pessoa idosa. Essa prática se manifesta, em primeiro lugar, como distanciamento: o sujeito que enuncia se coloca fora, como quem observa, de longe, uma realidade que não lhe diz respeito. Assim, não há aproximação, não há reconhecimento de si no outro. Com isso, o sujeito não se coloca – ou seja, recusa ocupar a posição de quem poderia ser afetado pela vivência alheia. Assim, ele fala de um lugar de exterioridade, como se a experiência da pessoa idosa lhe fosse inteiramente estranha.

Por não se colocar, ele também não se envolve: não estabelece vínculo e não se sente parte da mesma condição humana que torna a velhice uma experiência partilhável. Dessa forma, o outro é mantido à distância, tratado como alteridade absoluta. Finalmente, por não

se implicar, o sujeito não se afeta, e a dimensão sensível é suprimida. A situação do idoso não o toca, não produz empatia, não gera incômodo. O comentário é proferido com a frieza de quem julga sem se deixar interpelar.

Ao proceder dessa maneira, esse sujeito apaga sentidos possíveis e reinscreve significados estabilizados sobre a velhice. Tal processo, conforme delineado por Orlandi (1997), não é fruto de escolhas individuais, mas do modo como determinadas formações discursivas autorizam certos dizeres e interditam outros.

É nessa lógica que se insere a observação de Canuto (2025, 12min40s), ao afirmar que “[...] as pessoas só se importam quando acontece com elas; o que é com o outro, não as afeta”, evidenciando a produção do idoso como alteridade cuja experiência não retorna ao sujeito que comenta. É precisamente essa intimidação sistemática – reiterada, naturalizada e dirigida à pessoa idosa – que o ordenamento jurídico brasileiro passou a tipificar como bullying com a inclusão do art. 146-A no Código Penal pela Lei nº 14.811/2024, definindo-o como o ato de: “[...] intimidar sistematicamente, individualmente ou em grupo, mediante violência física ou psicológica, uma ou mais pessoas, de modo intencional e reiterado, sem motivação evidente” (Brasil, 1940).

Ainda que o dispositivo não mencione expressamente o critério etário, a palestra de Canuto (2025) especifica que o bullying por etarismo é uma espécie de intimidação sistemática cujo alvo é definido pela idade – violência que se consuma não apenas na prática isolada, mas na repetição que a memória discursiva autoriza e o silenciamento social encobre.

Tal compreensão nos permite avançar para uma leitura mais precisa do *corpus*, situando o enunciado de base como ponto de irradiação dos sentidos que organizam os demais recortes analisados.

Em síntese, os enunciados selecionados, a seguir, representam a materialização de uma memória discursiva que insiste em significar a velhice pelo viés do declínio, mesmo quando confrontada com a evolução civilizatória e a validade legal da aptidão individual. A partir dessas considerações, o enunciado de base cumpre sua função metodológica ao demonstrar o modo como determinados sentidos se estabilizam e outros são interditados no gesto de interpretação do sujeito. Isso nos permite compreender que os comentários do *corpus* se apresentam como efeitos de uma memória discursiva que regula posições, autoriza dizeres e orienta leituras possíveis. Assim, avançamos para a análise dos enunciados

específicos, nos quais tais mecanismos se atualizam de forma reiterada, ora reforçando, ora deslocando os sentidos que emergem do recorte inaugural.

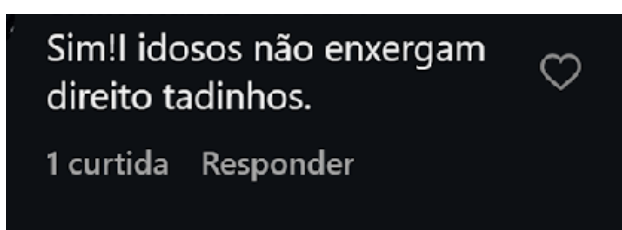
Antes de avançar à análise dos enunciados específicos, importa situar esse enunciado de base — e os que dele se desdobram — no espaço geossocial já delineado nos Capítulos 1 e 4: o comentário aqui analisado não emerge de um julgamento abstrato sobre a velhice em geral, mas de uma cena concreta, situada no Bairro Bosque das Araras, cuja obra paralisada e cuja sinalização furtada compõem exatamente o tipo de precariedade infraestrutural que Attianesi e Passamani (2018, p. 63) associam à "outra Campo Grande". Cada um dos enunciados analisados a seguir, portanto, deve ser lido não apenas como manifestação de uma formação discursiva etarista genérica, mas como atualização dessa formação discursiva em um território geossocialmente específico, no qual a desigualdade de investimento em infraestrutura urbana fornece a própria condição material para que a culpa recaia sobre o corpo idoso, e não sobre o espaço que o cerca.

5.5 Análise dos enunciados

5.5.1 “Idosos não enxergam direito tadinhos”

Na Figura 6, a seguir, materializa-se o primeiro horizonte temático selecionado para a análise, o qual opera uma generalização que estigmatiza a velhice no âmbito da incapacidade, que se manifesta na seguinte afirmação:

Figura 6 – *Print screen* de comentários na publicação do perfil @campograndenews



Fonte: *Print screen* realizado pelo autor. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DNJBnypR-eo/>. Acesso em: 2 mar. 2026.

Na Figura 6, o uso do diminutivo “tadinhos” não expressa uma genuína empatia, mas, ao contrário, evoca uma piedade irônica que, simultaneamente, infantiliza e retira a autonomia do sujeito idoso, situando-o em uma posição de vulnerabilidade e dependência generalizada.

À luz dessas considerações, torna-se fundamental compreender a ambivalência do preconceito etário, que pode se manifestar de formas aparentemente benévolas, conforme elucida a *Encyclopedia of Ageism*:

O ageísmo positivo refere-se a atitudes e comportamentos em favor dos idosos, como descontos para cidadãos seniores ou tratamentos preferenciais. Embora pareçam benéficos, esses comportamentos podem reforçar estereótipos de fragilidade e dependência, mantendo o idoso em uma posição de subordinação social, ao passo que o ageismo negativo envolve a discriminação aberta e a exclusão direta (Palmore; Branch; Harris, 1999, p. 11, tradução nossa).

Depreende-se, portanto, que o enunciado “tadinhos” opera nessa zona cinzenta do ageísmo positivo. Sob esse prisma, a piedade manifestada no comentário funciona como um mecanismo de silenciamento: ao colocar a pessoa idosa em um lugar de vulnerabilidade extrema, o locutor retira dele a capacidade de ser visto como um condutor apto, reforçando o imaginário de que a velhice é, inerentemente, um estado de carência e incapacidade.

Discursivamente, isso contribui para a invisibilidade da autonomia e competência das pessoas idosas, reforçando um estereótipo que pode levar ao silenciamento de suas capacidades sensoriais e cognitivas diversas. O dizer naturaliza a ideia de que a idade avançada implica, automaticamente, em limitações que justificariam falhas ou acidentes, desviando o foco de possíveis negligências estruturais ou da diversidade real da população idosa.

Essa generalização estigmatizante retoma, em escala micro, a matriz de exclusão espacial discutida no Capítulo 1 desta dissertação. Se, como ali se demonstrou, o espaço público de Campo Grande historicamente rejeitou o “povo comum” por não corresponder ao ideal de modernidade da elite local, e rejeita hoje a pessoa idosa porque seu corpo e seu tempo de reação não atendem à velocidade e à produtividade exigidas pela sociedade contemporânea, o comentário “tadinhos” materializa exatamente essa lógica no nível do enunciado: o corpo idoso é lido como corpo que não acompanha o ritmo esperado do trânsito urbano e que, por isso, precisa ser tutelado ou afastado da condução. Não se trata, portanto, de um julgamento isolado sobre a visão ou a destreza de um condutor específico, mas da atualização, no comentário de rede social, da mesma norma de velocidade e produtividade que, décadas antes, excluía do centro urbano os sujeitos que não correspondiam ao projeto de progresso da cidade. O etarismo aqui analisado é, nesse sentido, geossocial não apenas porque ocorre em um espaço urbano determinado, mas porque reedita, sobre o corpo da

pessoa idosa, uma norma de exclusão que a própria cidade já impôs, historicamente, a outros sujeitos julgados incompatíveis com seu ritmo.

É fundamental ressaltar que, conforme o Art. 147 do Código de Trânsito Brasileiro, a renovação da Carteira Nacional de Habilitação exige, dentre outros requisitos, a aprovação em exame de aptidão física e mental. Isso significa que qualquer indivíduo idoso que esteja legalmente habilitado para dirigir passou por uma avaliação oftalmológica e demais exames que atestam sua capacidade visual e outras aptidões físicas e mentais para conduzir veículos de forma segura. A posse de uma CNH válida por uma pessoa idosa é, por conseguinte, uma chancela oficial de sua capacidade, contrariando a generalização simplista de que idosos não enxergam direito.

Conforme Eni Orlandi (2014a), a construção de tais estereótipos se dá no processo de constituição do sujeito pela ideologia. Assim, a ideia de que idosos “não enxergam direito” é um sentido pré-construído que se enraíza na memória discursiva sobre a velhice, atuando como um “já dito” que antecede a enunciação. Nesse sentido, a expressão “tadinhos” funciona como um reforço dessa formação imaginária, fixando a identidade da pessoa idosa como aquela que necessita de piedade e, conseqüentemente, que não possui plena capacidade. A esse respeito, Orlandi (2014a, p. 34) afirma que

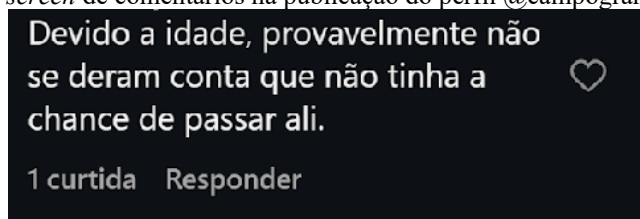
[...] A diferença se define no processo de constituição de cada sujeito pela ideologia e no modo como é individua(liza)do pelo Estado (através de instituições e discursos), na sociedade capitalista, dividida e hierarquizada pela simbolização das relações de poder. São formações imaginárias que funcionam na hierarquização em que se praticam as relações de forças e de sentidos, tudo isto constituindo as condições de produção em que se dá a divisão entre sujeitos nessa sociedade, e os processos de constituição de suas identidades. A todo esse processo, na produção da diferença, se junta a memória discursiva: ‘alguma coisa fala antes, em outro lugar e independentemente’ (M. Pêcheux). Ou seja, antes mesmo de nos significarmos, somos significados em nossas semelhanças e diferenças, ou somos produzidos em nossas diferenças e seus sentidos.

Nesse contexto, o discurso da deficiência visual generalizada das pessoas idosas cria e solidifica uma desigualdade ou um desequilíbrio na forma como são percebidos e tratados, uniformizando a experiência do envelhecimento sob um rótulo incapacitante e, assim, silenciando a diversidade de condições e habilidades individuais.

5.5.2 “Devido a idade, provavelmente não se deram conta que não tinha a chance de passar ali”

Na Figura 7, segundo enunciado selecionado para a análise, a idade é apresentada como a causa direta e primordial da falta de discernimento ou percepção da realidade, como se observa a seguir:

Figura 7 – *Print screen* de comentários na publicação do perfil @campograndenews



Fonte: *print screen* realizado pelo autor. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DNJBnypR-eo/>. Acesso em: 2 mar. 2026.

Neste enunciado, o advérbio “provavelmente” atua como uma dissimulação ideológica, suavizando a afirmação, mas não diminuindo seu impacto na construção do estereótipo de que idosos são menos capazes de avaliar riscos ou situações. Esse dizer insere-se no trabalho de arquivo que, conforme Dias (2018, p. 159), consiste no “procedimento de leitura, descrição e interpretação do objeto de análise” — procedimento pelo qual se observa, neste caso, como representações da velhice como período de declínio cognitivo se sedimentam discursivamente, tornando natural a suposição de que a capacidade de “se dar conta” é comprometida pela idade. Nessa operação, a responsabilidade pela avaliação do risco é transferida, de forma quase imperceptível, da sinalização inadequada ou da obra abandonada para a suposta incapacidade inerente à pessoa idosa.

Em contrapartida, os requisitos para a habilitação e renovação da CNH, conforme estabelecidos pelos Artigos 140 e 147 do CTB, incluem avaliações psicológicas e exames de aptidão mental que visam justamente aferir a capacidade do condutor de compreender situações, tomar decisões e avaliar riscos no trânsito. A aprovação nesses exames para a obtenção e manutenção da CNH por um indivíduo idoso é o reconhecimento legal de que sua capacidade cognitiva para dirigir está preservada, rechaçando a ideia preconceituosa de uma falha cognitiva generalizada e automaticamente associada à idade.

Essa operação discursiva exemplifica o mecanismo pelo qual a ideologia interpela o indivíduo, fazendo-o esquecer as causas que o determinam. Dias (2018, p. 35), ao articular

o pensamento de Pêcheux no contexto dos discursos digitais, esclarece que esse funcionamento ideológico opera por meio do que o autor denominou "norma identificadora", pela qual

[...] pelo funcionamento da ideologia, fornece as evidências pelas quais "todo mundo sabe" [...]. É evidente! Em outros termos, sob a forma da universalidade, [o discurso] fornece-impõe uma realidade, com a qual os sujeitos se identificam. Ao contrário do que parece se difundir [...], [trata-se de] um conceito extremamente opaco. (Dias, 2018, p. 35).

Nessa direção, o “provavelmente” não é uma incerteza, mas uma estratégia para que se receba como evidente o sentido de que pessoas idosas são incapazes de avaliar situações, solidificando o estereótipo. O efeito de evidência é de suma importância aqui, pois a causalidade entre idade e falta de discernimento é apresentada como algo que “se vê”, que é “óbvio”, sem questionar a construção dessa relação. Esse mecanismo se amplifica nas condições de produção do ambiente digital: como observa Dias (2018, p. 49), nas plataformas de circulação digital, muitas vezes, não “importa quem fala”. A escrituração e comentarização dos dizeres *ad infinitum* produz uma forma de autoria determinada pelo digital na qual, como preconiza Orlandi (2001 apud Dias, 2018, p. 49), “o que há são versões”. O comentário etarista não é, portanto, uma voz individual: é um efeito de sentido que se re-atualiza a cada nova postagem, a cada novo compartilhamento, fazendo com que o enunciado, ao focar na "idade", contribua para o esquecimento das causas reais do problema, transferindo a falha para a pessoa idosa.

Importa compreender, ainda, que esse processo não ocorre de modo isolado, mas se constitui pela própria circulação. Dias (2018, p. 29) esclarece que, no ambiente digital, “é pela circulação (compartilhamento, viralização, comentários, postagens, hashtags, memes, links...) que o digital se formula e se constitui”, de tal modo que “o discurso digital se formula ao circular”. É esse modo de existência dos discursos digitais — que emerge no efêmero e no agora das redes sociais — que impõe ao analista considerar a circulação como condição de produção e, ao mesmo tempo, como vetor de sedimentação do estereótipo etarista. Ao circular pelo perfil @campograndenews, o comentário em análise não apenas reproduz um sentido já sedimentado; ele o re-atualiza, consolidando, a cada nova leitura e a cada novo curtir, a memória discursiva que naturaliza a velhice como incapacidade.

Nessa direção, ratifica-se que o uso do advérbio “provavelmente” instaura uma “evidência” tácita, dispensando a necessidade de prova e, assim, consolidando uma “verdade” intrínseca à velhice. Nesse contexto, o que é *dito* é a suposta incapacidade das

peessoas idosas de “dar conta” da situação, enquanto o que é silenciado são as falhas estruturais evidentes — a falta de sinalização adequada, a obra abandonada e a precariedade da via. Esses elementos são empurrados para as margens do discurso, minimizando sua relevância como fatores causais. Com isso, a ideologia se manifesta, precisamente, na capacidade de fazer com que esse não-dito atue como um substrato que valida o dito, transformando a ausência de uma explicação robusta em uma conclusão “óbvia” e naturalizada sobre a condição etária. Como sintetiza Dias (2018, p. 161), no contexto do discurso digital, a memória não é uma simples re-atualização técnica dos enunciados, mas “aquilo que escapa à essa re-atualização, instalando-se na memória discursiva, pelo trabalho do interdiscurso, considerando o acontecimento do digital”. É exatamente esse residual discursivo — esse resíduo que escapa à lógica do algoritmo — que faz com que a representação etarista persista e se naturalize nas redes sociais.

A esse respeito, é válido ressaltar que, conforme Eni Orlandi (1999), o sentido não reside apenas na superfície do que é enunciado. Isso porque há uma complexidade subjacente na linguagem, que faz com que os dizeres omitidos tenham um peso tão significativo quanto o que é verbalizado. A autora enfatiza que a análise de discurso trabalha justamente com essa relação constitutiva entre o dito e o não-dito, pois

[...] Se as novas maneiras de ler, inauguradas pelo dispositivo teórico da análise de discurso, nos indicam que o dizer tem relação com o não dizer, isto deve ser acolhido metodologicamente e praticado na análise (Orlandi, 1999, p. 82).

A estudiosa destaca que o não-dizer não é uma simples ausência, mas possui diferentes formas e funções na constituição do sentido. No enunciado em análise, observamos como opera o que Orlandi (1999, p. 82-83) denomina de silenciamento:

[...] Na análise de discurso, há noções que encampam o não-dizer: a noção de interdiscurso, a de ideologia, a de formação discursiva. Consideramos que há sempre no dizer um não-dizer necessário. Quando se diz 'x', o não-dito 'y' permanece como uma relação de sentido que informa o dizer de 'x'. Isto é, uma formação discursiva pressupõe uma outra: 'terra' significa pela sua diferença com 'Terra', 'com coragem' significa pela sua relação com 'sem medo' etc. Além disso, o que já foi dito mas já foi esquecido tem um efeito sobre o dizer que se atualiza em uma formulação. Em outras palavras, o interdiscurso determina o intradiscurso: o dizer (presentificado) se sustenta na memória (ausência) discursiva. (Orlandi, 1999, p. 82-83).

Discutindo o papel do silêncio na constituição do sentido, a autora argumenta que ele não é uma mera ausência de fala, mas uma parte constitutiva do dizer, um lugar estratégico onde a ideologia se manifesta e se enraíza. Em suas palavras,

[...] Não domesticamos a noção de diferença. Os sentidos circulam e a relação com a alteridade não é direta, nem clara, nem unívoca, mas com-fusa e mesmo desorganizadora. À desorganização, à confusão corresponde não o heterogêneo mas a diferença: o silêncio (e não o implícito) como constitutivo, em que a metáfora tem o estatuto, não do desvio, mas do lugar da necessidade do sentido (que circula) e, enfim, a paráfrase, como estamos pondo, como matriz em que o um remete ao outro, mas sem porto originário (ou seguro). O sentido não tem origem, nem os sujeitos são a origem de si. A situação de significação vista por esta perspectiva é uma situação em que jogam o sentido e seu duplo. In-diferença, in-significância, in-disciplina, in-constância são partes permanentes deste processo. Assim, é a instituição o lugar da regularidade, da normatividade. Fixar-se e transmutar-se são partes do mesmo processo, a que o um e o diferente se filiam. Desse modo, não somos preconceituosos por natureza, mas por instituição (Orlandi, 2014a, p. 33).

Nesse excerto, Orlandi (2014a) define a centralidade do silêncio como um elemento constituinte do sentido. No enunciado em análise, o silêncio sobre a responsabilidade do órgão público municipal ou sobre a diversidade das capacidades das pessoas idosas não é um vazio accidental, mas um componente ativo que constitui o sentido de que a idade é a verdadeira causa da falha. A "in-diferença" ou a "in-significância" atribuída à condição precária da rua — o buraco, a obra parada, a falta de sinalização — é parte desse processo de silenciamento. Sem questionar a falha institucional e a responsabilidade pública, o discurso se volta para uma característica do sujeito, naturalizando uma visão que não é natural, mas socialmente construída e institucionalizada.

Orlandi (1999, p. 83) esclarece, ainda, que existem diferentes formas de silêncio, sendo fundamental compreender como elas operam na manutenção de determinados sentidos:

Desse modo distinguimos o silêncio fundador (que, como dissemos, faz com que o dizer signifique) e o silenciamento ou política do silêncio que, por sua vez, se divide em: silêncio constitutivo, pois uma palavra apaga outras palavras (para dizer é preciso não-dizer: se digo 'sem medo' não digo 'com coragem') e o silêncio local, que é a censura, aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura (é o que faz com que o sujeito não diga o que poderia dizer: numa ditadura não se diz a palavra ditadura não porque não se saiba mas porque não se pode dizê-lo). As relações de poder em uma sociedade como a nossa produzem sempre a censura, de tal modo que há sempre silêncio acompanhando as palavras. (Orlandi, 1999, p. 83).

No caso do enunciado recortado, opera principalmente o "silêncio constitutivo". Isso porque, ao dizer "devido à idade", silencia-se "devido à negligência pública" ou "devido à falta de sinalização", movimento que integra uma "política do silêncio" que direciona a culpabilização para o sujeito idoso, em detrimento das causas estruturais.

Além disso, a ideia de que a "diferença" é frequentemente convertida em hierarquia e valoração depreciativa é fundamental para compreendermos o etarismo. O enunciado "devido a idade, provavelmente não se deram conta..." não aborda a complexa diferença individual de quem pode ou não ter dificuldades visuais ou cognitivas, mas a transforma em uma generalização depreciativa ou um estereótipo. Trata-se de um "poder dizer que silencia sentidos", como a própria autora observa ao contextualizar a construção discursiva:

[...] que circula sem sustentação em condições reais, mantida por um imaginário atravessado por um poder dizer que silencia sentidos na base do próprio processo de significação [...] os mesmos fatos, coisas e seres têm sentidos diferentes, de acordo com as suas condições de existência e de produção. No entanto, há um imaginário social que vai constituindo direções para esses sentidos, hierarquizando-os, valorizando uns em detrimento de outros, de acordo com as relações de força e de poder que presidem a vida social, e a relação com a alteridade (Orlandi, 2017, p. 94).

A condição de existência e de produção do acidente — o buraco na rua, a obra parada, a ausência de sinalização — é ofuscada pelo imaginário social que hierarquiza as causas, valorizando a idade como o fator preponderante e, conseqüentemente, silenciando a responsabilidade estrutural. Nesse caso, o enunciado atua de forma a naturalizar a suposta incapacidade da pessoa idosa como a causa óbvia e inquestionável, desviando a atenção da relação de força e de poder que permite que obras públicas fiquem paradas e sem sinalização adequada, colocando em risco a vida dos cidadãos em quaisquer faixas etárias.

Essa operação de deslocamento de responsabilidade, cumpre destacar, não ocorre em um vazio espacial abstrato: ela se ancora precisamente em espaços periféricos, como na rua, em obras do Bairro Bosque das Araras, cuja paralisação por três meses e cuja sinalização reiteradamente furtada — como já apontado na seção 4.1 — são índices materiais da mesma modernização seletiva descrita por Attianesi e Passamani (2018, p. 63) ao tratarem da “outra Campo Grande”, aquela “das periferias distantes do centro, das vulnerabilidades socioeconômicas, das carências infraestruturais”. Nesse sentido, o silêncio constitutivo do enunciado sobre a negligência pública não diz respeito a uma causa genérica e intercambiável, mas a uma causa geossocialmente localizada: a de um poder público que,

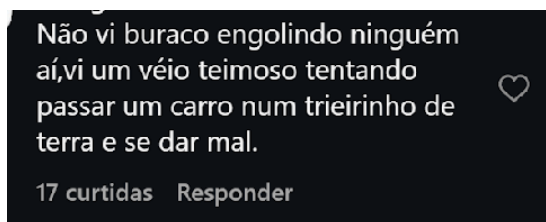
historicamente, distribui de modo desigual o cuidado com a infraestrutura urbana, deixando descobertas justamente as áreas onde a fiscalização e a manutenção são mais escassas. Assim, o advérbio de dúvida "provavelmente" que suaviza/modaliza a culpabilização da pessoa idosa encontra sua contraparte material no descaso — também ele reiterado e conhecido — com que o poder público trata determinadas regiões da cidade, revelando que a evidência ideológica aqui analisada não pode ser dissociada da geografia concreta da desigualdade em Campo Grande.

O enunciado em análise descreve, portanto, um fato e opera ideologicamente, não apenas atribuindo uma causa, mas também fortalecendo um estereótipo etarista. Ele emprega o silêncio constitutivo sobre as causas reais e um poder de dizer que direciona e impõe o sentido, garantindo que a culpa seja deslocada para a suposta fragilidade inerente à velhice, em vez de questionar as falhas da infraestrutura e das políticas públicas. Se, nesse comentário, a idade operava como causa presumida da falha cognitiva, no comentário que se segue a violência discursiva se radicaliza.

5.5.3 *“Não vi buraco engolindo ninguém aí,vi um véio teimoso tentando passar um carro num trieirinho de terra e se dar mal”*

Na Figura 8, isto é, o terceiro comentário analisado, observa-se uma forma mais direta de etarismo:

Figura 8 – *Print screen* de comentários na publicação do perfil @campograndenews



Fonte: *print screen* realizado pelo autor. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DNJBnypR-co/>. Acesso em: 2 mar. 2026.

O comentário, agressivo e desqualificador, o uso do termo pejorativo “véio” desumaniza a pessoa idosa e a insere em uma categoria depreciativa, negando-lhe o respeito que a condição etária por si só deveria conferir.

Ainda, a caracterização “teimoso”, associada à intransigência e à falta de discernimento, desconsidera qualquer complexidade da situação. A expressão “trieirinho de terra”, por sua vez, minimiza a gravidade da condição da via, transferindo a culpa para a

suposta “teimosia” do condutor e seu erro individual, em vez de questionar a responsabilidade pela manutenção da infraestrutura.

Nesse sentido, na sequência discursiva, “véio teimoso” emerge como uma representação simbólica na qual a “teimosia” da pessoa idosa é utilizada, por associação, para representar a irracionalidade como uma condição da velhice, condensando complexas situações em uma única e individual falha de caráter. Esse é um ato discursivo que reforça a hierarquia e a divisão social, silenciando a dimensão política da responsabilidade pela infraestrutura. O sujeito, ao usar tal enunciado, não apenas descreve o evento, mas se posiciona ideologicamente, demarcando uma fronteira entre “nós” – os que percebem e agem racionalmente – e “eles” – os idosos irracionais e teimosos, como um “saber que dispensa argumentação”, reforçando o preconceito etário.

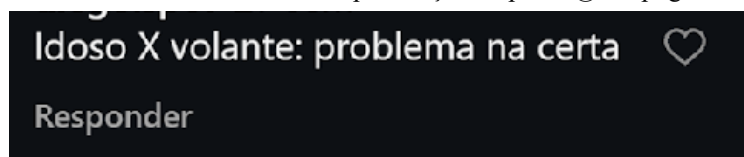
No comentário, a escolha lexical “trieirinho de terra” — na sua forma diminutiva, a qual funciona de modo a depreciar ainda mais a condição da via — não é despropositada: ela reduz e banaliza justamente aquilo que, sob a ótica geossocial adotada nesta pesquisa, constitui a materialidade mais evidente da desigualdade urbana em pauta. A via de terra, sem pavimentação e sem sinalização adequada, é a marca concreta daquilo que Dal Moro (2009, p. 130-131) já identificava como o padrão histórico de ocupação e infraestrutura precária nas regiões afastadas do centro modernizado de Campo Grande. Ao minimizar a gravidade dessa condição material por meio do uso do diminutivo, o comentário desloca inteiramente a responsabilidade para a “teimosia” do sujeito idoso, apagando o fato de que “passar um carro” por ali configurava, antes de mais nada, uma necessidade imposta pela ausência de alternativas de infraestrutura — e não um ato gratuito de imprudência. A violência simbólica do enunciado, portanto, é geossocialmente duplicada: ela desqualifica o sujeito idoso e, ao mesmo tempo, torna irrelevante a própria precariedade da via que o texto verbal nomeia, ainda que de forma minimizada.

Diferentemente da agressividade explícita do comentário discutido, o enunciado “Idoso X volante”, a seguir, opera por meio da cristalização de estereótipo, funcionando como máxima que dispensa argumentação.

5.5.4 “Idoso X volante: problema na certa”

A Figura 9, a seguir, estabelece uma equivalência direta e inquestionável entre a condição de “idoso” e a de “problema” ao volante, conforme se percebe em:

Figura 9 – *Print screen* de comentários na publicação do perfil @campograndenews



Fonte: *print screen* realizado pelo autor. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DNJBnypR-eo/>. Acesso em: 2 mar. 2026.

A formulação, concisa e categórica, cristaliza um estereótipo, transformando uma parte da população em um risco inerente à condução de veículos. Sua força reside em funcionar como uma máxima, um saber estabelecido que dispensa argumentação, contribuindo para a estabilização de sentidos preconceituosos sobre a capacidade de dirigir na velhice (Silva; Dias, 2015). O dizer promove uma generalização perigosa, ignorando a diversidade de habilidades e experiências entre as pessoas idosas.

Em contraste com essa visão estigmatizante, o Código de Trânsito Brasileiro não estabelece um limite de idade máxima para a condução de veículos. Pelo contrário, os Artigos 140 e 147 do CTB preveem um sistema rigoroso de avaliação para a obtenção e renovação da CNH, que inclui exames médicos e psicológicos periódicos (Brasil, 1997). Complementando esse arcabouço normativo, a Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, ratifica, em seu Art. 30, que a validação da capacidade de conduzir vincula-se estritamente ao êxito nos exames de aptidão física e mental (Brasil, 2025).

Então, se a pessoa idosa possui uma CNH válida, ela foi considerada apta por profissionais de saúde e pela autoridade de trânsito, sob o crivo das diretrizes mais atuais do Conselho Nacional de Trânsito. O estereótipo “idoso X volante: problema na certa” é, portanto, uma falácia discursiva que ignora a validação legal e a capacidade individual, optando por uma generalização preconceituosa e sem fundamento nos requisitos legislativos, os quais se mostram suficientes para verificar e atestar a aptidão do condutor, independentemente de sua cronologia etária.

Essa máxima funciona como um pré-construído (Pêcheux, 1997), um sentido que já está lá, que se apresenta como algo que “já se sabe” ou “já se disse” sobre as pessoas idosas. Ainda, ela faz parte da memória discursiva que antecede e sustenta o enunciado.

No comentário em análise, a estrutura “Idoso X volante” institui uma correlação, criando uma identidade para o idoso-motorista, que é problemática. Isso porque essa formação ideológica não permite considerar a heterogeneidade das experiências individuais, o que Orlandi (2014a) descreve como a complexidade da relação com a alteridade. Desse

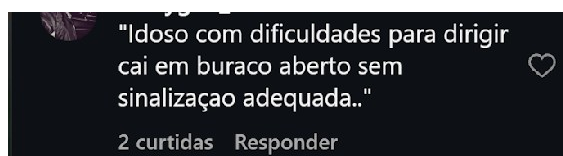
modo, o enunciado a enquadra diferença em um estereótipo, fixando um sentido único e negativo sobre a velhice ao volante.

Cabe ainda observar que “Idoso X volante: problema na certa” reside justamente em sua abstração: ao contrário dos enunciados anteriormente analisados, este não faz qualquer menção às condições concretas da via nem ao contexto geossocial do acidente. Tal generalização, no entanto, não deve ser lida como um dado que dispensa a materialidade do espaço urbano de Campo Grande; ao contrário, ela é sintoma de um funcionamento discursivo que se autonomiza da situação concreta — o buraco, a obra parada no Bairro Bosque das Araras, a sinalização furtada — precisamente porque tal apagamento é condição para que o estereótipo funcione como um saber que dispensa argumentação. Isto é, quanto mais o enunciado se descola do espaço geossocial que efetivamente produziu o acidente, mais ele se fortalece como verdade generalizável sobre a velhice, evidenciando que o apagamento da geografia concreta da desigualdade urbana é, ele mesmo, um mecanismo constitutivo da estabilização do preconceito etário.

5.5.5 “Idoso com dificuldades para dirigir cai em buraco aberto sem sinalização adequada”

Na Figura 10, a seguir, atualiza-se a formulação que intitula a publicação:

Figura 10 – *Print screen* de comentários na publicação do perfil @campograndenews



Fonte: *print screen* realizado pelo autor. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DNJBnypR-eo/>. Acesso em: 2 mar. 2026.

Embora o enunciado mencione a falta de “sinalização adequada”, um fator externo e de responsabilidade pública, o foco principal recai com mais força, novamente, sobre a dificuldade para dirigir do idoso. A conjunção “com” estabelece uma relação de causa e efeito que subordina o problema da infraestrutura à condição do idoso, sugerindo que a dificuldade do sujeito é a condição primária para que o acidente ocorra, e não a ausência de sinalização, ou que a falha era esperada diante da situação. Esse enunciado tenta equilibrar a culpa, mas, ao fazê-lo, ainda assim reforça a ideia de que a velhice é sinônimo de inaptidão para a direção, mesmo que o contexto – buraco sem sinalização – seja um fator agravante.

O silenciamento da responsabilidade total do órgão público é evidente e opera como um silenciamento por subordinação ou rebaixamento. O discurso, ao articular a “dificuldade do idoso” como um elemento central, minimiza a dimensão política da falha estrutural. Orlandi (2014b, p. 74), ao discutir o Museu da Língua Portuguesa como política de língua, ressalta que a textualização do político está presente na materialidade do discurso:

[...] A Análise de Discurso trabalha a textualização do político (J.J. Courtine, 1986) sendo que a apreensão dessa textualização vem de uma análise dos gestos de interpretação inscritos na materialidade do texto. Na medida em que o político é constitutivo, a compreensão, a própria leitura, em Análise de Discurso, é política. Em outras palavras, ‘a análise de discurso se confronta com a necessidade de abrir conjuntamente a problemática do simbólico e do político’ (M. Pêcheux, 1982).

Nesse caso, a “textualização do político” se manifesta na forma como a responsabilidade pela falha na sinalização é ofuscada pela “dificuldade” atribuída ao idoso. Em tais condições, a “dificuldade para dirigir” é um significado social que se incrusta na estrutura da linguagem para desviar o olhar da falha da infraestrutura. A esse respeito, em sua discussão sobre a “cidade sociolinguística” e as “camadas de memória”, Emilio Pagotto (2014, p. 153) destaca como o espaço físico – como um buraco na rua – e as representações sociais se interligam:

Tematizá-lo [a relação da cidade com a variação linguística] implica estudar o modo pelo qual a cidade interfere no fenômeno de variação e mudança, e para tanto é preciso uma teoria do urbanismo que articule os processos de variação com a fisicalidade da distribuição espacial, do traçado das ruas, da arquitetura dos prédios e das praças e outros espaços públicos. Considero que essa relação deva ser pensada discursivamente, já que é preciso tomar esses dados do mundo físico no modo como significam para os sujeitos.

Assim, a dificuldade da pessoa idosa é tomada como um dado que interfere na leitura da condição física da rua, construindo uma narrativa que minimiza a negligência pública e reforça o estereótipo de sua inaptidão.

É precisamente essa condição física da rua — o buraco, a obra paralisada, a sinalização furtada — que retoma, em escala micro, a segregação socioespacial discutida no Capítulo 1 desta dissertação. Se, como demonstra Dal Moro (2009, p. 130-131), a urbanização de Campo Grande produziu historicamente bolsões de vulnerabilidade à margem do centro modernizado, o mesmo padrão de investimento desigual em infraestrutura

se reatualiza aqui, décadas depois, sob outra forma: não mais a favela às margens do córrego, mas a via pública mal sinalizada e a obra inacabada que se tornam cenário do acidente.

Nesse sentido, a "outra Campo Grande" — aquela das "periferias distantes do centro, das vulnerabilidades socioeconômicas, das carências infraestruturais" (Attianesi; Passamani, 2018, p. 63) — não é apenas pano de fundo histórico, mas condição de produção ativa e presente do enunciado analisado: é nela que o buraco na rua passa pelo apagamento discursivo dessa mesma "outra Campo Grande" que permite transferir a responsabilidade da falha estrutural para a "dificuldade" atribuída à pessoa idosa. A noção de geossocial, proposta no título desta pesquisa, ganha, aqui, sua expressão mais concreta: o espaço urbano desigual não apenas contextualiza o discurso etarista, mas fornece-lhe a própria matéria-prima sobre a qual ele opera.

Para além do enunciado em análise, é fundamental ressaltar que acidentes de trânsito envolvem causadores e vítimas de todas as faixas etárias, impulsionados por uma pluralidade de causas. Ao confrontar a narrativa que insiste em apontar a “dificuldade” da pessoa idosa como fator preponderante, percebe-se que essa visão simplificada desconsidera outros contextos igualmente trágicos, nos quais a imprudência e a negligência se manifestam de maneiras diversas e complexas.

Um exemplo contundente dessa divergência pode ser observado em incidentes de alta gravidade, como o que se visualiza a seguir:

Figura 11 – Veículo envolvido em racha



Fonte: Midiamax (2025).

Na notícia em questão, a irresponsabilidade e o desrespeito às normas de trânsito culminaram em uma disputa de velocidade em via pública que resultou em morte e múltiplos feridos. Os principais envolvidos nesse cenário de imprudência – os motoristas de 38 anos, e 22 anos, bem como a vítima fatal, 25 anos – pertencem às faixas etárias jovem e adulta (Alves, 2025). A prática de conduzir veículo em alta velocidade, acima dos 100km/h, demonstra que as causas de acidentes graves podem estar intrinsecamente ligadas à escolha individual por comportamentos de risco, e não a uma suposta inaptidão etária. Um levantamento publicado por Anjos (2025) no site de notícias Midiamax em 8 de outubro de 2025, referente ao período entre janeiro e setembro de 2025, indica que, das 48 mortes registradas, a maior parte recai sobre as categorias de adultos (26 vítimas) e jovens (8 vítimas), totalizando 34 óbitos. Esse número supera, significativamente, as 12 vítimas idosas, conforme se observa a seguir:

Figura 12 – Momento do acidente de trânsito



Na Capital, o pico de acidentes fatais ocorreu em julho, com nove registros. Em seguida, aparecem fevereiro, março e maio, com oito mortes cada.

Do total de vítimas, a maioria — 75% — era formada por homens (39), enquanto as mulheres representam 23% (12). Em relação à faixa etária, predominam adultos (26 vítimas), seguidos por idosos (12), jovens (8), adolescentes (3) e crianças (2).

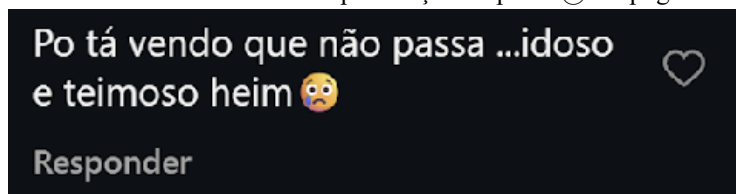
Fonte: Midiamax (2025).

Dessa forma, ao debater o enunciado inicial com essas realidades documentadas, torna-se claro que a vinculação dos acidentes à “dificuldade” da pessoa idosa é uma simplificação. Isso porque essa perspectiva desvia o olhar de problemas mais amplos e complexos, como a irresponsabilidade generalizada no trânsito e a negligência na infraestrutura urbana que também afetam outros grupos etários.

5.5.6 “Pô tá vendo que não passa ...idoso e teimoso heim”

O último enunciado a ser analisado retoma, de forma ainda mais veemente, a associação entre idade e teimosia, como se observa na Figura 12, a seguir:

Figura 13 – *Print screen* de comentários na publicação do perfil @campograndenews



Fonte: *print screen* realizado pelo autor. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DNJBnypR-co/>. Acesso em: 2 mar. 2026.

No comentário, a relação entre a idade e a característica “teimoso” produz o efeito de que o idoso ignorou uma evidência óbvia: a de que não era possível passar – “tá vendo que não passa”. A interjeição “Po” e o “heim” conferem um tom de repreensão, incredulidade e até mesmo de irritação. O enunciado desconsidera qualquer dificuldade de percepção ou avaliação que possa ter sido influenciada por fatores externos, como a própria sinalização ausente ou a condição da rua, imputando, pejorativamente, a falha a uma característica de personalidade inerente à velhice.

Mais uma vez, a perspectiva legal do Código de Trânsito Brasileiro, por meio dos Artigos 140 e 147, oferece um contraponto fundamental (Brasil, 1997). A teimosia, ou qualquer traço de personalidade que pudesse comprometer a segurança no trânsito, é indiretamente avaliada nos exames psicotécnicos para a habilitação e renovação da CNH. A aprovação nesses testes significa que o condutor, independentemente da idade, demonstrou capacidade de julgamento e adequação comportamental exigidas para a condução. Assim, associar a teimosia à velhice como um fator determinante para acidentes, apagando a certificação oficial de aptidão, é um exemplo de como o discurso etarista simplifica e distorce a realidade para sustentar preconceitos.

Indo além, a evidência óbvia invocada – “tá vendo que não passa” – é um exemplo da operação da evidência do sentido na construção discursiva da culpa. Conforme Eni Orlandi (1999, p. 45),

[...] A evidência do sentido – à que faz com que uma palavra designe uma coisa – apaga o seu caráter material, isto é, faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam com uma dominante.

Nesse caso, ao tornar a suposta incapacidade da pessoa idosa “transparente” e óbvia, esse discurso apaga o caráter material das falhas estruturais, como a falta de sinalização e a condição da rua.

Essa é uma forma de violência simbólica que se manifesta na essencialização de traços negativos na pessoa idosa. Em tais condições, “teimoso” não é apenas um adjetivo descritivo, mas um rótulo que opera na normatividade institucional da sociedade, fixando um sentido desqualificador sobre o idoso. Ao discutir a noção de diferença e a instituição, Orlandi (2014a, p. 33) afirma que

Não domesticamos a noção de diferença. Os sentidos circulam e a relação com a alteridade não é direta, nem clara, nem unívoca, mas confusa e mesmo desorganizadora. A desorganização, a confusão corresponde não ao heterogêneo mas à diferença: o silêncio (e não o implícito) como constitutivo, em que a metáfora tem o estatuto, não do desvio, mas do lugar da necessidade do sentido (que circula) e, enfim, a paráfrase, como estamos pondo, como matriz em que o um remete ao outro, mas sem porto originário (ou seguro). O sentido não tem origem, nem os sujeitos são a origem de si. A situação de significação vista por esta perspectiva é uma situação em que jogam o sentido e seu duplo. In-diferença, in-significância, in-disciplina, in-constância são partes permanentes deste processo. Assim, é a instituição o lugar da regularidade, da normatividade. Fixar-se e transmutar-se são partes do mesmo processo, a que o um e o diferente se filiam. Desse modo, não somos preconceituosos por natureza, mas por instituição.

Com base nesses pressupostos, compreende-se que o enunciado “Po tá vendo que não passa ...idoso e teimoso heim” não emerge de uma verdade intrínseca ou “natural” sobre a velhice, mas é um produto das formações discursivas. Ainda de acordo com a autora, “[...] podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem” (Orlandi, 1999, p. 43).

Essas formações, por sua vez, representam as formações ideológicas do discurso, o que implica que os sentidos são sempre ideologicamente determinados e que a ideologia materializa seus efeitos na própria discursividade. Nas palavras de Orlandi (1999, p. 43),

As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação aos outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele.

São essas formações, instituídas socialmente, que tendem a fixar e a normalizar estereótipos, transformando a diferença em hierarquia e desvalorização. A “teimosia” atribuída ao idoso, nessas condições, torna-se um mecanismo de “in-diferença” ou “in-significância”, que impede o reconhecimento da complexidade da situação, favorecendo uma interpretação simplista e unívoca. Essa simplificação convenientemente desvia o olhar

de outras possíveis causas para o evento, como a falha estrutural ou a ausência de sinalização, que são aspectos objetivos da realidade.

O uso do termo “teimoso”, portanto, não é uma mera observação, mas um ato discursivo que contribui para a manutenção e a disseminação de uma visão estereotipada do idoso. Ele atua na “instituição” da velhice como um período de recalcitrância e irracionalidade, justificando preconceitos e desconsiderando as múltiplas dimensões do envelhecimento. Essa narrativa, ao focar na suposta falha individual de caráter do idoso, opera um silenciamento das responsabilidades coletivas e sistêmicas, que incluem a necessidade de infraestruturas seguras e acessíveis para todos, bem como a promoção de uma cultura que valorize e respeite a diversidade etária. A análise desse enunciado, assim, revela não apenas a construção de estereótipos sobre a velhice, mas também a operação de mecanismos discursivos que desviam a atenção das complexidades da realidade, perpetuando uma visão simplificada e ideologicamente conveniente.

Vale ressaltar, por fim, que a evidência óbvia invocada pelo comentário — “tá vendo que não passa” — pressupõe, para funcionar, o apagamento da mesma precariedade viária que autoriza, historicamente, a leitura da rua sem pavimentação e sem sinalização como um dado natural da paisagem urbana das regiões periféricas de Campo Grande. Nesse sentido, o comentário não apenas culpabiliza o idoso, mas naturaliza, por extensão, a própria desigualdade infraestrutural que caracteriza a “outra Campo Grande” (Attianesi; Passamani, 2018, p. 63): se o buraco na rua é tomado como um obstáculo que “qualquer um” deveria enxergar, dissimula-se o fato de que sua existência mesma é sintoma de uma condição de produção geossocial desigual, e não um acidente de percurso independente da história urbana da cidade.

A recorrência de enunciados como o recém-analisado – que estigmatiza o idoso sob o signo da “teimosia” – não constitui um evento isolado, mas sim o ponto de saturação de um processo discursivo mais amplo. Nesse sentido, depreende-se que as interações no espaço dos comentários do Instagram transcendem a mera expressão de opiniões individuais, configurando-se como um dispositivo de mediação que produz e reproduz formas simbólicas sobre o sujeito idoso. No contexto geossocial de Campo Grande/MS, observa-se que tais dizeres operam na conservação de estereótipos que ditam como essas vidas devem ser geridas e percebidas no espaço urbano.

Sob essa ótica, conforme postula Orlandi (2003), o silenciamento e o não dito revelam uma relação de poder assimétrica, na qual a exclusão do idoso é naturalizada pela

reiteração de sentidos pré-construídos. A rede social atua, portanto, como um local de preservação de discriminações por idade, materializando o que Pêcheux (1997) define como o efeito de evidência da ideologia, o que mascara a manutenção do *status quo* sob a aparência de uma interação digital democrática e inofensiva.

Ao cabo desta análise, evidencia-se que os enunciados etaristas aqui examinados não podem ser lidos dissociados do território que os produz. A mesma cidade que, desde sua formação, distribuiu de modo desigual infraestrutura, sinalização e cuidado com o espaço público — produzindo, como visto no Capítulo 1, a marginalização histórica do “povo comum” e, na contemporaneidade, a “outra Campo Grande” das periferias e carências (Attianesi; Passamani, 2018) — é a mesma cidade cujo buraco na rua se torna, no discurso etarista, prova da incapacidade da pessoa idossa, e não da falha pública. A persistência dessa lógica, deslocada de alvo, mas não de estrutura, confirma o caráter geossocial do etarismo analisado nesta pesquisa: um preconceito que se inicia não apenas em palavras, mas na própria materialidade desigual da cidade que o sustenta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa partiu de uma sociedade presente: não de uma abstração atemporal sobre a velhice, mas de um momento demográfico e social concreto e datado, em que o crescimento expressivo da população idosa brasileira, sul-mato-grossense e campo-grandense convive, paradoxalmente, com a persistência de práticas discursivas que a diminuem, silenciam e excluem. Foi esse descompasso entre o avanço demográfico e a permanência do etarismo, apontado já na Introdução, que motivou a pergunta que orientou todo o percurso: como o etarismo se manifesta discursivamente no Município de Campo Grande (MS)? Ao final deste percurso, cabe retomar a questão e as reflexões que dela derivam, não como um fechamento definitivo de sentidos – o que a própria Análise do Discurso recusa – mas como uma sistematização provisória dos deslocamentos que esta investigação tornou possíveis.

O objetivo geral desta dissertação, o de analisar discursivamente o etarismo em Campo Grande, a fim de compreender as narrativas e justificativas que sustentam a violência contra a pessoa idosa, encontrou respostas ao longo dos cinco capítulos que compõem este trabalho. O Capítulo 1 estabeleceu que o sujeito que pesquisa não é neutro: a trajetória de mais de duas décadas de militância jurídica em defesa da pessoa idosa, convertida em objeto de investigação científica, constitui uma condição de produção que atravessa toda a análise. Esse mesmo capítulo situou o etarismo em seu chão material, demonstrando que a urbanização de Campo Grande, forjada pelo agronegócio e marcada por uma modernização seletiva, produziu o que Attianesi e Passamani (2018, p. 63) denominam “outra Campo Grande”: a das periferias, das carências infraestruturais e das vulnerabilidades socioeconômicas. É precisamente nesse território cindido que se assenta o acidente que origina o *corpus* desta pesquisa, o que permitiu nomear o fenômeno investigado como geossocial, articulando, na esteira de Milton Santos (2006), a materialidade do espaço às práticas discursivas que nele se inscrevem.

O Capítulo 2, por sua vez, ao mapear a produção acadêmica do PPGLetras/UEMS e o panorama de estudos sobre etarismo, evidenciou uma lacuna de pesquisas que articulassem a Análise do Discurso a um evento noticioso local e à sua repercussão digital, lacuna que este trabalho buscou preencher. Já o Capítulo 3, ao sistematizar o arcabouço teórico-discursivo mobilizado, demonstrou que os conceitos de discurso, sujeito, ideologia,

condições de produção, interdiscurso, memória discursiva, paráfrase e polissemia, silenciamento, preconceito discursivo e resistência discursiva não funcionam isoladamente, mas como rede conceitual integrada, imprescindível para compreender o etarismo como sistema de significação e não como somatório de opiniões isoladas.

Foi, contudo, no confronto com o *corpus*, no capítulo 4 – isto é, com a notícia do acidente envolvendo o casal de idosos no Bairro Bosque das Araras e os comentários que a publicação suscitou no perfil do Campo Grande News no Instagram – que essas categorias teóricas ganharam materialidade concreta. A análise empreendida no Capítulo 5 permite responder, de modo mais específico, a cada um dos objetivos traçados nesta dissertação. Quanto à identificação dos padrões discursivos que perpetuam a violência contra a pessoa idosa, verificou-se a predominância da paráfrase sobre a polissemia: os enunciados analisados – “idosos não enxergam direito, tadinhos”, “idoso x volante: problema na certa”, “véio teimoso” – não produzem sentidos novos, mas reiteram um já-dito que insiste em significar a velhice pelo viés do declínio, mesmo diante da evidência legal e estatística da aptidão da pessoa idosa. Constatou-se, ainda, o que a Encyclopedia of Ageism denomina ageísmo positivo, no qual a piedade, expressa por diminutivos como “tadinhos”, infantiliza e retira autonomia sob a aparência de afeto, ao lado de manifestações de ageísmo negativo, explícitas e agressivas, como a desumanização veiculada pelo termo “véio”.

No que concerne às justificativas empregadas para legitimar ou minimizar a violência, a análise demonstrou o funcionamento reiterado do silêncio constitutivo: ao afirmar que o acidente ocorreu “devido à idade”, os enunciados silenciam a negligência pública, a obra paralisada e a sinalização furtada, deslocando para o corpo idoso uma responsabilidade que, materialmente, pertence à administração da cidade. Esse deslocamento, tal como verificado, não é geossocialmente neutro: ele se apoia exatamente na precariedade infraestrutural que caracteriza as regiões periféricas de Campo Grande, de modo que a “evidência” de que o idoso não deveria ter passado por ali dissimula a própria desigualdade urbana que tornou o buraco possível.

Quanto às estratégias discursivas de resposta à violência e às possíveis intervenções para reduzi-la, é preciso reconhecer, com honestidade analítica, que o *corpus* examinado – centrado nos comentários de terceiros sobre o acidente – registrou majoritariamente a reiteração do estereótipo, e não a resistência discursiva da própria pessoa idosa atingida. Essa constatação, entretanto, não invalida o conceito de resistência discutido no Capítulo 3: ele se manifesta, no plano institucional, em iniciativas como a campanha “Junho Prata” e no

Estatuto da Pessoa Idosa, contra-discursos que buscam deslocar o sentido de “peso social” para o de “sujeito de direitos”. Fica evidente, contudo, que tais contra-discursos institucionais ainda não alcançam, com a mesma força, o espaço da conversação cotidiana nas redes sociais, o que aponta uma direção concreta para políticas públicas de comunicação e de educação para o envelhecimento.

No que se refere ao panorama das influências culturais, sociais e econômicas que moldam essas interações, a pesquisa demonstrou que o etarismo em Campo Grande não pode ser dissociado da história urbana da cidade: a mesma lógica que, desde a formação do antigo arraial, valorizou a velocidade e a produtividade do progresso agroindustrial e relegou a segunda ou terceira posição a quem não a acompanhava, reaparece, hoje, no julgamento do corpo idoso que não atende ao ritmo do trânsito. Quanto às dinâmicas de poder identificadas, a análise do enunciado de base demonstrou que o sujeito que julga – “o idoso não deveria mais dirigir” – ocupa uma posição autorizada, pela formação discursiva etarista, a distanciar-se, ou seja, não se envolver e não se afetar pela experiência do outro, reproduzindo uma intimidação sistemática que o ordenamento jurídico brasileiro passou a nomear, desde 2024, como bullying.

Por fim, quanto à verificação da eficácia das políticas públicas de proteção à pessoa idosa, esta dissertação corrobora um hiato persistente entre o robusto arcabouço legal brasileiro – a Constituição Federal, o Estatuto da Pessoa Idosa, o Código de Trânsito Brasileiro e as resoluções do CONTRAN – e sua tradução em práticas discursivas cotidianas. A nota metodológica sobre o recorte etário do DETRAN-MS, apresentada no Capítulo 5, tornou visível que essa defasagem não se restringe à opinião leiga: ela alcança, também, a própria engrenagem administrativa do Estado, cuja classificação estatística invisibiliza, discursivamente, os condutores idosos de 60 e 61 anos enquanto tais.

Da síntese dos achados emerge a principal contribuição desta dissertação: a demonstração de que o etarismo, tal como se manifesta em Campo Grande, é geossocial, não como metáfora, mas como categoria analítica precisa. O corpo idoso é responsabilizado por um buraco que a cidade não sinalizou; o comentário que o culpa e o território que o feriu compartilham a mesma condição de produção. Compreender o etarismo exclusivamente como fenômeno atitudinal ou individual, portanto, é insuficiente: é preciso lê-lo também como efeito de uma geografia desigual que autoriza, ao mesmo tempo, o acidente e o discurso que inverte suas causas.

Para além do diagnóstico dos mecanismos discursivos que sustentam a violência, esta dissertação assume uma função que extrapola a mera descrição acadêmica: a de afirmar que as pessoas existem – e que as pessoas idosas, especificamente, existem como sujeitos plenos, e não como categorias estatísticas do IBGE, tampouco como personagens de um imaginário que oscila entre a piedade e a periculosidade. Reconhecer essa existência é o primeiro gesto de resistência à memória discursiva que insiste em apagá-la. Mas não basta que a sociedade reconheça essa existência: é preciso que a própria pessoa idosa tome consciência daquilo que ainda pode fazer, apesar do que a formação discursiva etarista lhe impõe como verdade natural e inquestionável. Dirigir com carteira válida e aptidão comprovada, trabalhar, opinar, ocupar espaços públicos e reivindicar direitos são possibilidades que a interpelação ideológica etarista tende a apagar antes mesmo que o sujeito idoso as reivindique para si. Assim, se a profecia autorrealizável descrita por Palmore, Branch e Harris (2005) explica como o idoso passa a agir conforme o estigma que lhe é imposto, o gesto contrário – o de se saber capaz, apesar do discurso que o nega – é o que esta pesquisa, modestamente, pretende fomentar. Trata-se, em suma, de contribuir para que a pessoa idosa deixe de ser apenas objeto do dizer alheio e se reconheça, ela também, como sujeito de sua própria história.

Nesse sentido, ler os enunciados etaristas que circulam nos comentários de uma notícia de acidente em um bairro periférico de Campo Grande é, também, ler a própria sociedade que os produz e o mundo que ela habita. Cada expressão aqui analisada – “tadinhos”, “idoso x volante”, “véio teimoso” – não fala apenas sobre a pessoa idosa: fala sobre uma cidade que interrompe obras e não presta contas, sobre um poder público que deixa sinalizações serem furtadas sem repô-las, sobre uma hierarquia social que decide, de antemão, quais corpos podem falhar sem culpa e quais corpos são culpados por qualquer falha que sofram. A leitura discursiva realizada por esta dissertação pretendeu ser, portanto, sobretudo, uma leitura de sociedade e uma leitura de mundo: um exercício de compreender como a linguagem, a cidade e as relações de poder se entrelaçam na produção de sentidos sobre o envelhecer, de modo a desnaturalizar o que parece óbvio e abrir espaço para outras leituras, menos violentas e mais atentas à complexidade da experiência humana.

É também por essa razão que as contribuições teóricas mobilizadas ao longo deste trabalho não se pretenderam neutras ou meramente descritivas. Ancorada na compreensão de Orlandi (2017, p. 98) de que a transformação depende da produção de um “espaço social de convivência, politicamente significado”, esta pesquisa inscreve-se na Análise do Discurso

com um compromisso explícito: o de que compreender os mecanismos que sustentam o etarismo – a paráfrase que estabiliza estereótipos, o silenciamento que oculta a responsabilidade pública, o preconceito discursivo que se traveste de humor ou de piedade – é condição necessária, ainda que não suficiente, para sua transformação crítica. Trata-se, assim, de uma contribuição teórica voltada à práxis, que se oferece não apenas à comunidade acadêmica, mas também a gestores públicos, a operadores do direito, a comunicadores e à sociedade civil de Campo Grande, como subsídio para a formulação de políticas e de práticas discursivas que rompam o ciclo de naturalização da exclusão etária.

Impõe-se, por fim, reconhecer os limites desta investigação. O *corpus* analisado circunscreve-se a uma única publicação e a seus comentários, recortados de uma plataforma digital específica em um momento determinado, o que é coerente com a natureza qualitativa da Análise do Discurso – que não busca representatividade estatística, mas a compreensão aprofundada do funcionamento discursivo – mas que, por isso mesmo, não permite generalizações sobre a totalidade das interações etaristas em Campo Grande. Da mesma forma, pelo fato de os enunciados produzidos pelas próprias pessoas idosas em resposta direta ao episódio não integrarem este *corpus* analítico, esta pesquisa não esgota a investigação sobre as estratégias de resistência discursiva que esse grupo social pode mobilizar, apontando um caminho fecundo para investigações futuras.

Nessa direção, sugere-se que estudos posteriores ampliem o *corpus* para outras plataformas digitais e outros eventos noticiosos, de modo a verificar a recorrência ou a variação dos mecanismos aqui identificados; que aprofundem a investigação sob uma perspectiva interseccional, articulando etarismo a gênero, raça, sexualidade e classe social, na esteira do que já apontam Silva e Silva (2024); e que constituam corpora de autodiscurso, isto é, de enunciados produzidos pelas próprias pessoas idosas de Campo Grande, permitindo observar mais diretamente os mecanismos de resistência discursiva teorizados no Capítulo 3. Sugere-se, ainda, que futuras pesquisas acompanhem, longitudinalmente, se e como as classificações administrativas como a do DETRAN-MS se ajustam ao marco etário do Estatuto da Pessoa Idosa, de modo a verificar se o silenciamento estatístico aqui identificado permanece ou é corrigido.

Ao concluir esta dissertação, cabe retomar a caminhada relatada no Capítulo 1: a de um sujeito que, de advogado militante na defesa dos direitos da pessoa idosa, tornou-se professor e, agora, pesquisador da linguagem. Essa trajetória, longe de ser um dado biográfico acessório, é a própria condição de produção que sustenta o compromisso ético e

político desta pesquisa. Se a militância jurídica buscou, por mais de duas décadas, garantir à pessoa idosa o amparo da lei, a Análise do Discurso ofereceu, neste momento, um instrumental teórico para compreender por que, apesar de leis tão avançadas quanto o Estatuto da Pessoa Idosa, o etarismo persiste: porque suas raízes não são apenas jurídicas, mas discursivas, entranhadas na linguagem cotidiana e na própria materialidade desigual da cidade. Reconhecer essa raiz discursiva não é motivo de resignação, mas de convocação: se o etarismo se sustenta na palavra e no silêncio que a acompanha, é também na palavra – na pesquisa, na educação, nas políticas públicas e na consciência que a própria pessoa idosa constrói sobre si mesma – que sua transformação crítica pode, e deve, começar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Diego. Motoristas envolvidos em racha que matou jovem e feriu cinco são condenados em júri popular. *Midiamax*, Campo Grande, MS, 3 abr. 2025. Disponível em: www.midiamax.com.br. Acesso em: 7 abr. 2026.

ANJOS, Lethycia. Com 36 mortes em 2025, ruas de Campo Grande são perigo constante para motociclistas. *Midiamax*, Campo Grande, MS, 8 out. 2025. Disponível em: www.midiamax.com.br. Acesso em: 7 abr. 2026.

ATTIANESI, Daniel; PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. Um urbano pra lá de rural: as particularidades políticas, históricas e culturais que transformaram Campo Grande de arraial a capital. *Cadernos do LEPAARQ*, Pelotas, v. XV, n. 30, p. 56-68, jul./dez. 2018.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BARROS, Manoel de. *O livro das ignoranças*. Curadoria: Italo Moriconi. Rio de Janeiro: Objetiva, 2016.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 maio 2026

BRASIL. *Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997*. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 21 abr. 2026.

BRASIL. *Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003*. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em: 13 maio 2026.

BRASIL. *Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015*. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm. Acesso em: 10 maio 2026.

BRASIL. *Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022*. Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”. Brasília: Presidência da República, 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/L14423.htm. Acesso em: 13 maio 2026.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Código Penal. Brasília: Presidência da República, 1940. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 10 maio 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). Resolução nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025. Normatiza os procedimentos sobre a aprendizagem, a habilitação e a expedição de documentos de condutores e o processo de formação do candidato à obtenção da habilitação. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 234-B, p. 1, 9 dez. 2025. Extra B. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-contran-n-1.020-de-1-de-dezembro-de-2025-674131330>. Acesso em: 3 mai. 2026.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. *Entenda o que é idadismo e ajude a combater essa prática discriminatória*. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/entenda-o-que-e-idadismo-e-ajude-a-combater-essa-pratica-discriminatoria>. Acesso em: 01 set. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. *Observatório Nacional dos Direitos Humanos*. Disponível em: <https://observadh.mdh.gov.br/>. Acesso em: 01 set. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Observatório Nacional dos Direitos Humanos. *Dados sobre violações de direitos humanos em Campo Grande, MS*. Disponível em: <https://observadh.mdh.gov.br/>. Acesso em: 01 set. 2025.

CAMPO GRANDE (MS). *Lei nº 6.847, de 30 de maio de 2022*. Institui o Dia Municipal de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa no Município de Campo Grande e dá outras providências. Campo Grande, MS: Diário Oficial, 30 maio 2022.

CAMPO GRANDE. *Pessoas Idosas envelhecimento e idade mediana Campo Grande*. Campo Grande: Observatório da Cidadania de Mato Grosso do Sul, 2025a. Disponível em: <https://observatoriodacidadania.ufms.br/pessoas-idosas/>. Acesso em: 9 nov. 2025.

CAMPO GRANDE. *Pessoas Idosas no MS Observatório da Cidadania de MS*. Campo Grande: Observatório da Cidadania de Mato Grosso do Sul, 2025b. Disponível em: <https://observatoriodacidadania.ufms.br/pessoas-idosas/>. Acesso em: 9 nov. 2025.

CAMPO GRANDE NEWS. Post sobre acidente com casal de idosos. *Instagram*, Campo Grande, MS, 9 ago. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DNJBnypR-eo/>. Acesso em: 2 mar. 2026.

CANUTO, Michel. *VIVER 60+ – Palestra “Bullying por Etarismo”*. [S. l.: s. n.], 2025. 1 vídeo (44 min.). Publicado pelo canal Ilaes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Zp1Og6GPezg>. Acesso em: 10 maio 2026.

DAL MORO, Nataniél. Campo Grande: cognomes, simbolismos e representações. *História e Culturas*, v. 3, n. 6, p. 27-33, 2015.

DAL MORO, Nataniél. Representações da elite sobre o “povo comum” na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70). *Fronteiras*, Dourados, v. 11, n. 20, p. 123-149, jul./dez. 2009.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL (DETRAN-MS). *Painel de condutores*. Campo Grande: Detran, 2025. Disponível em: <https://www.paineis.detrans.ms.gov.br>. Acesso em: 25 nov. 2025.

DIAS, Cristiane. *Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

DI LAURO, Laís Sousa; SOUSA, Luzineide Vieira de; MOREIRA, Marília Diógenes; BARACUHY, Regina. Discursos sobre etarismo no perfil do Instagram @revistatpm. *Revista de Letras*, Fortaleza, v. 43, n. 1, p. 1-16, jan./jun. 2024.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria Geral do Direito Civil*. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 1.

FRANCISCO-JUNIOR, Wilmo Ernesto; SANTOS, Mayra Kalliane Silva dos. Ciência no mundo digital: o que nos diz o Instagram? *Ciência & Educação*, Bauru, v. 30, p. 1-18 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/ZknLJCFg465VgQgPynbyhVF/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 25 nov. 2025.

GLOZMAN, Mara. Ensayos, diálogos, folletos: formulación y circulación de saberes sobre la lengua nacional en la Argentina. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *O outro, o diferente: linguagem, sociedade, políticas*. Campinas: RG; Pouso Alegre: Univás, 2014. p. 59.

GOLDANI, Ana Maria. Desafios do "preconceito etário" no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 111, p. 411-434, abr.-jun. 2010.

GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996.

IBGE. *Censo Demográfico 2022: população por idade e sexo – pessoas de 60 anos ou mais de idade: resultados do universo – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IBGE. *Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos*. Agência de Notícias, 27 out. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>. Acesso em: 1 set. 2025.

IBGE. *Condições de vida da população brasileira: 2024*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Campo Grande (MS): panorama*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/campo-grande/panorama>. Acesso em: 10 jul. 2026.

INPEA. *World Elder Abuse Awareness Day*. [S. l.]: INPEA, 2006. Disponível em: 3 WEAAD2006_FirstAnnual - 15 junho IPEA.pdf. Acesso em: 26.01.2026.

LUCENA, Júlia Escobar; CARVALHO, Cristiane Mafacioli. Temas sociais sensíveis no discurso publicitário: um estudo sobre o Idadismo. In: *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 47., 2024, Balneário Camboriú. Anais [...]. São Paulo: Intercom, 2024.

LOPES, Marlene Gonçalves. *Imagens e estereótipos de idoso e envelhecimento, em idosos institucionalizados e não institucionalizados*. 2010. 98 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia – Área de Psicologia Clínica e da Saúde) – Departamento de Psicologia e Educação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2010.

MATO GROSSO DO SUL. *Lei nº 5.215, de 12 de junho de 2018*. Institui o mês de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa, denominado ‘Junho Prata’, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Campo Grande, MS: Diário Oficial nº 9.676, de 15 de junho de 2018. Disponível em: 4 lei estadual 5.215 de 12_06_2018 cria Junho Prata.pdf. Acesso em: 26.01.2026.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação. *Perfil Estatístico de Mato Grosso do Sul 2025*. Campo Grande: SEMADESC, 2025. Disponível em: <https://www.semadesc.ms.gov.br/wp-content/uploads/2025/03/Perfil-Estatistico-de-Mato-Grosso-do-Sul-2025.pdf>. Acesso em: 25 set. 2025.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MENEZES, Lina; DUARTE, Yeda. *Pequeno Manual Anti-idadista: uma obra do Coletivo Velhices Cidadãs*. 2025.

MICHAUD, Yves. *A violência*. Tradução de L. Garcia. São Paulo: Ática, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JUNIOR, Carlos E. A. Introdução. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JUNIOR, Carlos E. A. (Org.). *Antropologia, saúde e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. p. 11-24.

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. *Resolução 66/127: Seguimento da Segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento*. Nova Iorque, NY: Nações Unidas, 2011. Disponível em: 2 Resolução 66_127 da AG das Nações Unidas sobre o Dia da Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa - c.pdf. Acesso em: 26.01.2026.

OBSERVATÓRIO DA CIDADANIA DE MATO GROSSO DO SUL. *Pessoas Idosas envelhecimento e idade mediana Campo Grande*. Campo Grande, 2025a. Disponível em: <https://observatoriodacidadania.ufms.br/pessoas-idosas/>. Acesso em: 9 nov. 2025.

OBSERVATÓRIO DA CIDADANIA DE MATO GROSSO DO SUL. *Pessoas Idosas no MS Observatório da Cidadania de MS*. Campo Grande, 2025b. Disponível em: <https://observatoriodacidadania.ufms.br/pessoas-idosas/>. Acesso em: 9 nov. 2025.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni P. Ser diferente é ser diferente: a quem interessam as Minorias?. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). *O outro, o diferente: linguagem, sociedade, políticas*. Campinas: RG; Pouso Alegre: Univás, 2014a. p. 33-34.

ORLANDI, Eni P. O Museu da Língua Portuguesa como Política de Língua. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *O outro, o diferente: linguagem, sociedade, políticas*. Campinas: RG; Pouso Alegre: Univás, 2014b. p. 74.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Introdução: destruição e construção do sentido (um estudo da ironia). In: ORLANDI, Eni Pulcinelli. *O histórico e o discursivo*. Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba, 1986.

ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Eu, Tu, Ele – Discurso e real da história*. Campinas: Pontes Editores, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento*. Tradução: Arlene Santos. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, 2002. Disponível em: <https://fiapam.org/wp-content/uploads/2013/11/idoso1.pdf>. Acesso em: 2 maio 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Década do Envelhecimento Saudável 2021-2030*. Genebra: OMS, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/pt/publications/m/item/decada-do-envelhecimento-saudavel-2021-2030>. Acesso em: 8 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *Relatório mundial sobre o idadismo*. D.C.: Organização Pan-Americana da Saúde, 2022. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstreams/87bb90e5-5103-4135-9f08-c62184061175/download>. Acesso em: 8 set. 2025.

PAGOTTO, Emilio Gozze. Camadas de Memória na Cidade Sociolinguística. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *O outro, o diferente: linguagem, sociedade, políticas*. Campinas: RG; Pouso Alegre: Univás, 2014. p. 153.

PAIM, Paulo. *Projeto de Lei n.º 3.561, de 22 de setembro de 1997*. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 1997. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1130962&filename=Dossie-PL%203561/1997. Acesso em: 8 set. 2025.

PALMORE, Erdman B.; BRANCH, Laurence; HARRIS, Diana K. (org.). *Encyclopedia of ageism*. New York: The Haworth Press, 1999.

PAVEAU, Marie-Anne. Éthique du discours numérique. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n. 37, p. 177-214, jan./jun. 2016.

PAVEAU, Marie-Anne. *Análise do discurso digital*: dicionário das formas e das práticas. Tradução de Julia Lourenço Costa e Roberto Leiser Baronas. Campinas: Pontes Editores, 2021.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso*: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana Mabel Serrani. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

RODRIGUES, Marlon Leal. Discurso e metodologia: tensão na análise. *Interface da Educação*, Paranaíba, v. 1, n. 1, p. 66-82, 2010.

RODRIGUES, Marlon Leal. *Introdução ao estudo da ideologia que sustenta o MST*. Dourados, MS: Nicanor Coelho-Editor, 2011.

SAMPAIO, Nádia; REIS, Luciana Araújo dos. "Quarenta anos com fôlego de vinte": memória social e o etarismo nos esportes. *Revista ComCiência*, v. 6, n. 8, p. 30-33, out. 2021.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, Elba Silveira Chagas. *O discurso etarista sobre o sujeito feminino*: efeitos de sentido da ordem do político e do ideológico mobilizados pela inscrição "#ATUALIZAPORCHAT" no ambiente digital. 2023. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023.

SILVA, Elba Carla Azevedo da; SILVA, Mayara Andresa Pires da. Corpos que resistem: uma discussão interseccional sobre etarismo e orientação sexual, a partir da série "LGBT 60+" de Yuri Alves Fernandes. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, v. 6, n. 2, p. 1-20, 2025. Disponível em: <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/645>. Acesso em: 18 fev. 2026.

SILVA, Anna Cruz de Araújo Pereira da; PEDROSA, Aline da Silva. Sexualidade e etarismo: análise do discurso em uma lista de debates na Internet. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 221-236, 2008.

SILVA-SOBRINHO, Helson Flávio da. Efeitos münchhausen políticos: oposições-disjunções e acobertamentos das contradições entre línguas, ciências e fronteiras... In: ORLANDI, Eni P. (org.). *O outro, o diferente*: linguagem, sociedade, políticas. Campinas: RG; Pouso Alegre: Univás, 2014. p. 44.

SILVA, Marcelo Pereira da *et al.* Comunicação, estereótipos e sustentabilidade humana nas redes sociais digitais: sentidos de humor em @idosos.confusos. *Revista Interdisciplinar*, [S. l.], v. 11, n. 3, 2026.

SIQUEIRA, Vinicius. *Análise do Discurso: Conceitos Fundamentais* de Michel Pêcheux. 1. ed. Mauá: Edição do Autor, 2017.